

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

THIAGO DE MELLO RECK

**BREVE ANÁLISE DA COBERTURA DE POLÍCIA
E SEGURANÇA PÚBLICA EM ZERO HORA E
CORREIO DO POVO NO PERÍODO ELEITORAL**

Porto Alegre

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

THIAGO DE MELLO RECK

**BREVE ANÁLISE DA COBERTURA DE POLÍCIA
E SEGURANÇA PÚBLICA EM ZERO HORA E
CORREIO DO POVO NO PERÍODO ELEITORAL**

Trabalho de conclusão do curso para a obtenção
do título de bacharel em jornalismo da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Wladimir Ungaretti.

Porto Alegre

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

THIAGO DE MELLO RECK

**BREVE ANÁLISE DA COBERTURA DE POLÍCIA
E SEGURANÇA PÚBLICA EM ZERO HORA E
CORREIO DO POVO NO PERÍODO ELEITORAL**

Trabalho de conclusão do curso para a obtenção
do título de bacharel em jornalismo da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BANCA EXAMINADORA

Wladimir Netto Ungaretti
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Orientador

Rosa Nívea Pedroso
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Examinador

Ilza Maria Tourinho Girardi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Examinador

AGRADECIMENTO

À minha família pelo apoio incondicional durante esses anos.
Ao meu orientador Wladimir Ungaretti por aceitar este desafio.
Aos professores por dividirem seu conhecimento.
À Universidade pela oportunidade oferecida.

RESUMO

Este trabalho é uma análise da cobertura de Zero Hora e Correio do Povo sobre os temas polícia e segurança pública, em agosto, setembro e outubro de 2010, período marcado pela realização das eleições gerais brasileiras. Primeiramente apresentaremos o olhar teórico que orienta esta monografia, tecendo breves considerações sobre a criminalização da miséria e a cobertura jornalística da violência. Em seguida, abordaremos as técnicas de análise de conteúdo utilizadas. Finalmente, estudaremos 92 edições de cada jornal. A análise desse material é dividida em três etapas: isolada, cruzada com dados estatísticos e comparativa. Nosso objetivo é encontrar semelhanças e diferenças entre as abordagens de um mesmo assunto por duas empresas jornalísticas diferentes. Esperamos assim contribuir para a produção de conhecimento sobre o jornalismo impresso no Brasil e no Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: jornalismo – segurança pública – criminalização da miséria

ABSTRACT

This paper is a analysis of the coverage of Zero Hora and Correio do Povo about the themes police and public security, in august, september and october 2010, when occurred brazilian national elections. First, we'll presents the theoretical gaze which guide this monograph, weaving brief considerations about misery criminalization and journalistic cover of violence. Next, we'll approach the tecnicos of content analysis used. Finally, we'll study the 92 editions of each newspaper. The analysis of this material is divided in three steps: isolated, crossed with statistical data and comparative. Our goal is to find similarities and differences between the approaches of a same subject by two differents journalistic companies. So we hope to contribute for the production of knowledge about printed journalism in Brazil and Rio Grande do Sul.

Keywords: journalism – public security – misery criminalization

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. OLHAR TEÓRICO	11
2.1. Criminalização da miséria.....	11
2.1.1. <i>A vidraça quebrada</i>	<i>11</i>
2.1.2. <i>Consequências sociais da tolerância zero.....</i>	<i>14</i>
2.1.3. <i>Expansão do Estado penal.....</i>	<i>21</i>
2.1.4. <i>Tolerância zero no Brasil.....</i>	<i>29</i>
2.2. Cobertura jornalística da segurança pública	30
3. CAPÍTULO METODOLÓGICO	34
4. UNIVERSO DE PESQUISA	38
4.1. Contexto.....	38
4.1.1. <i>Grupo RBS.....</i>	<i>39</i>
4.1.2. <i>Zero Hora</i>	<i>41</i>
4.1.3. <i>Grupo Record</i>	<i>44</i>
4.1.4. <i>Correio do Povo</i>	<i>44</i>
4.1.5. <i>Rio Grande do Sul</i>	<i>49</i>
4.1.6. <i>Eleições 2010.....</i>	<i>50</i>
4.2. Análise da cobertura de polícia e segurança pública no período eleitoral..	53
4.2.1. <i>Análise isolada.....</i>	<i>53</i>
4.2.2. <i>Análise cruzada com dados estatísticos</i>	<i>68</i>
4.2.3. <i>Análise comparativa</i>	<i>82</i>
4.2.4. <i>Análise especial</i>	<i>91</i>
5. CONCLUSÃO	95
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101

1. INTRODUÇÃO

Existem várias formas de se fazer jornalismo. O político-partidário surgiu, segundo Rüdiger (1993), no terceiro quarto do século XIX. Esse modelo é essencialmente opinativo. Os jornais são concebidos para divulgar a doutrina e a opinião dos partidos políticos. A folha *A Reforma*, do Partido Liberal, criada em 1869, é o marco do seu surgimento.

Os periódicos desta época não visavam ao lucro, mas a dirigir a opinião pública. Funcionavam como uma extensão do parlamento. Por meio de suas folhas, as forças políticas articulavam-se com a sociedade civil. O autor cita como exemplo o movimento abolicionista, que começou no início da década de oitenta daquele século com críticas ao sistema escravagista publicadas em jornais. São exemplos *A Voz do Escravo*, de Pelotas, *Gazeta Alegretense* e *Gazeta Pedritense*.

Este modelo sobreviveu até o Estado-Novo. As causas de sua decadência foram a sua inviabilidade econômica, decorrente de aumento no preços dos insumos (tinta e papel), bem como desvalorização da moeda nacional; transformações na sociedade, ou seja, o público passou a ter expectativas, tanto editoriais quanto gráficas, que essas folhas já não conseguiam mais atender; e mudanças no cenário político, com a Revolução de 30. O fim deste modelo deu-se com a abolição oficial de todos os partidos e o fechamento de diversos jornais, com os remanescentes tendo que se adaptar ao modelo noticioso.

O jornalismo literário independente é contemporâneo do político-partidário, porém, em vez de tentar convencer os leitores de suas ideias, adota o pensamento vigente de seu público-alvo. Ao invés de publicar artigos opinativos, veicula notícias e discussões literárias de temas da atualidade. Periódicos como *O Noticiador*, de Rio Grande, *Jornal do Commercio*, de Porto Alegre e *Correio Mercantil* de Pelotas, como exemplifica Rüdiger, apresentam-se como órgãos da opinião pública e se auto-proclamam neutros. O auge dessa forma de fazer jornalismo ocorreu de 1890 a 1920. O autor relata que a crise desse modelo se deu por dois motivos: o peso da política na sociedade rio-grandense, o que manteve o espaço do jornalismo literário reduzido, e as limitações do seu público-leitor, em termos de tamanho. Muitos jornais disputavam um pequeno nicho de leitores e anunciantes, o que tornava sua capitalização insignificante.

Assim esse modelo evoluiu para o jornalismo informativo moderno. Esse padrão não se difere do literário no conteúdo. Os jornais possuem um caráter informativo e apresentam-se como independentes. A diferença é a adoção de uma postura empresarial na condução do negócio. Investimentos em produtividade, maquinário, redução de custos, dentre outros, são realizados para tornar os jornais lucrativos. A postura neutra que os caracteriza visa ampliar o público-leitor em potencial. O maior exemplo desse modelo é a Empresa Jornalística Caldas Júnior, que dominou o mercado editorial gaúcho durante a maior parte do século XX.

Ressalte-se que nenhum desses modelos, seja o opinativo, seja o informativo, está certo ou errado. Ambos se diferenciam na abordagem objetiva e subjetiva. No texto jornalístico, a objetividade consiste em relatar os fatos sem aplicar juízos de valor. Já a subjetividade é tratar de um assunto sob um ponto de vista, desde que esta condição esteja clara para o leitor.

O problema é quando um veículo que se apresenta com objetivo transmite subjetividades escondidas em suas mensagens. Sob a ilusão da imparcialidade, passa-se por independente quando na verdade está difundindo uma ideologia a seus leitores. Isso pode ser feito de diversas formas, que geralmente passam despercebidos por uma leitura rápida. São exemplos a escolha de determinada palavra para compor um título, a seleção dos entrevistados, a veiculação de uma fotografia em vez de outra, o destaque dado à determinado assunto, dentre outros.

Com este trabalho, pretendemos fazer uma breve análise da cobertura de polícia e segurança pública em *Zero Hora* e *Correio do Povo* no período eleitoral. Assim serão estudados os materiais sobre os temas publicados em todas as editorias e suplementos dos jornais, em agosto, setembro e outubro de 2010. Esse ano foi escolhido, porque os brasileiros foram às urnas para eleger Presidente da República, Governadores, Senadores e Deputados Federais e Estaduais.

Esses títulos foram escolhidos por serem os de maior tiragem no Rio Grande do Sul, posição que os coloca dentre os dez maiores do Brasil. Ambos gozam de credibilidade perante o público-leitor e são elementos determinantes na formação da opinião pública do Estado. Tanto um quanto o outro atribuem importância significativa aos temas objeto deste estudo, tanto que lhe dedicam inclusive uma editoria específica.

Foram selecionadas as 92 edições de cada folha que circularam no período escolhido. Analisamos qualquer assunto que tenha relação com o Brasil ou com brasileiros, abordado em qualquer formato. O objeto a ser pesquisado consiste nas capas e contracapas (com suas manchetes, chamadas e fotos), notícias, artigos, colunas de opinião e editoriais.

É importante se estudar as capas e contracapa, pois é o espaço onde os jornais mostram para os leitores que fatos consideram mais importantes. As notícias e reportagens, por mais que possuam as características de objetividade da produção jornalística, não deixam de revelar o ponto de vista do veículo, seja por sua subjetividade implícita, seja pela própria seleção dos fatos que merecem cobertura. Os editoriais, colunas e artigos resultam de uma escolha dos editores e também mostram o olhar da empresa de comunicação sobre os temas em questão.

O trabalho será feito em três etapas. Primeiramente faremos uma análise isolada de cada jornal, selecionando as expressões e palavras-chaves utilizadas nos títulos, as fontes consultadas, as fotos de capa e contracapa e o espaço onde são veiculados os conteúdos. Em seguida, cruzaremos os dados com as estatísticas da segurança pública, mais especificamente o número de mortes registrado pela Secretaria Estadual de Segurança Pública, com os seguintes elementos: mortes noticiadas pelos jornais no Rio Grande do Sul, manchetes principais e secundárias de capa, manchetes de contracapa e chamadas de capa e contracapa.

Finalmente, faremos uma análise comparativa dos resultados dos dois jornais. Tatsch (2007) utilizou essa mesma metodologia para comparar a abordagem de Zero Hora nos três primeiros meses de 2003 e 2007, portanto compararemos os resultados encontrados pelo pesquisador com os obtidos por nós em 2010.

Ainda apresentaremos uma análise especial sobre as campanhas institucionais promovidas pelas empresas jornalísticas, ambas relacionadas com temas de nosso estudo: *Crack Nem Pensar*, do Grupo RBS, e *SegurançaRS*, do Grupo Record RS.

Antes, porém, explicitaremos o olhar teórico que orienta nossa monografia. Iremos tratar do fenômeno da criminalização da miséria, que proporcionou o surgimento da teoria da tolerância zero, exemplificar seus efeitos, discutindo o sistema prisional brasileiro, e tecer considerações sobre a cobertura midiática da violência.

O objetivo geral desta pesquisa é verificar a influência do contexto do período analisado (eleições 2010) sobre a linha editorial dos veículos. Pretendemos estabelecer um olhar sobre as abordagens da mídia impressa gaúcha sobre o mesmo assunto em um mesmo momento.

Para tanto, determinamos os seguintes objetivos específicos: produzir dados quantitativos sobre os diversos elementos que formam os jornais, tais como, expressões e palavras-chave dos títulos, fontes consultadas, espaço em que os conteúdos são veiculados, e manchetes, chamadas e fotos de capa e contracapa; cruzar os resultados obtidos com as

estatísticas oficiais da segurança; e comparar os dados dos dois jornais não somente entre si, mas também com os de uma cobertura realizada anteriormente (2003 e 2007).

Diversos trabalhos já trataram desta temática antes, e provavelmente muitos ainda venham a abordá-la, uma vez que se trata de um assunto que volta à tona a cada caso que desperte a atenção da mídia, bem como no decorrer dos ciclos eleitorais. Desejamos oferecer uma breve contribuição ao seu estudo, sem, no entanto, esgotar todas as possibilidades. Esperamos assim não somente fornecer respostas, mas também suscitar o surgimento de novas perguntas.

2. OLHAR TEÓRICO

2.1. Criminalização da miséria

De tempos em tempos, a segurança pública ocupa o centro dos noticiários. Basta um caso que mereça grande repercussão (especialmente se as vítimas pertencerem às parcelas abastadas da sociedade), para voltarem ao debate midiático temas como redução da maioria penal, endurecimento de penas, progressão de regime, fim das punições alternativas, dentre outros. São exemplos, nos últimos cinco anos, a onda de ataques do PCC em São Paulo, bem como os casos João Hélio, Isabela Nardoni, Eloá Pimentel e o do goleiro Bruno.

Entretanto a discussão da violência é superficial. Jamais são discutidas suas causas, as mazelas sociais. O foco é a ação dos órgãos estatais e como estes poderiam vencer a criminalidade. Nesses momentos, um chavão volta a ser repetido: a tolerância zero ao crime.

2.1.1. A vidraça quebrada

A doutrina da tolerância zero tem origem na ascensão do neoliberalismo, nos anos 80, durante os governos Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Margaret Thatcher, no Reino Unido. Trata-se da redefinição do papel do Estado. A sua diminuição nas áreas econômicas e sociais tem sua contrapartida no fortalecimento de sua função penal.

Segundo Löic Wacquant, a difusão desse pensamento parte de Nova York e Washington, vindo a se disseminar por boa parte do mundo, na década seguinte. Sua origem são os órgãos estatais da área penal, tais como, Ministério da Justiça Federal, Departamento

de Estado, entidades para-públicas e profissionais ligadas à polícia e à administração penitenciária (como associações de classe e sindicatos), associações de vítimas, mídia e empresas privadas com negócios na área da punição.

Porém, destaca o autor, papel mais decisivo cabe aos *think tanks* neoconservadores, na constituição e difusão dessa ideologia. Estes institutos de consultoria têm como missão difundir o liberalismo econômico pelo globo. Este trabalho é realizado por meio de conferências com grande apelo midiático e pela produção e divulgação de estudos com aparência de científicos.

De fato, os institutos de consultoria que, dos dois lados do Atlântico, prepararam o advento do "liberalismo real" sob Ronald Reagan e Margaret Thatcher através de um paciente trabalho de sabotagem intelectual das noções e das políticas keynesianas na frente econômica e social entre 1975 e 1985, com uma década de defasagem, alimentaram igualmente as elites políticas e midiáticas com conceitos, princípios e medidas em condições de justificar e acelerar o reforço do aparelho penal. Os mesmos - países, partidos, políticos e professores - que ontem militavam, com o sucesso insolente que se pode constatar dos dois lados do Atlântico, em favor de "menos Estado" para o que diz respeito aos privilégios do capital e à utilização da mão-de-obra, exigem hoje, com o mesmo ardor, "mais Estado" para mascarar e conter as consequências sociais deletérias, nas regiões inferiores do espaço social, da desregulamentação do trabalho assalariado e da deterioração da proteção social. (WACQUANT, 1999, p. 21 e 22)

O sociólogo francês faz questão de ressaltar que há uma longa cadeia de instituições e discursos, por meio dos quais a criminalização da miséria se espalha pelo globo (como o *American Enterprise Institute*, o *Cato Institute* e a *Heritage Foundation*), mas, por questão de concisão, limita-se a analisar o impacto de apenas um instituto de consultoria: o *Manhattan Institute*.

Este *think tank* foi fundado por Antony Fisher, mentor de Margaret Thatcher, e William J. Casey, futuro diretor da CIA. Sua missão é desenvolver e disseminar novas ideias que estimulem a liberdade econômica e a responsabilidade individual. Este foi o instituto que popularizou a teoria da vidraça quebrada, segundo a qual é lutando contra os pequenos distúrbios cotidianos que se combate a grande criminalidade. O pensamento central é que a criminalidade é alimentada pela impunidade em delitos de menor potencial ofensivo, como o vandalismo ou a mendicância.

Um determinado cético pode reconhecer que uma patrulha a pé qualificada pode manter a ordem, mas ainda insistir que esse tipo de "ordem" tem pouco a ver com as fontes reais de medo na comunidade - ou seja, com o crime violento. Até certo ponto, isso é verdade. Porém devemos ter duas coisas em mente. Em primeiro lugar, observadores externos não devem considerar que sabem o quanto a angústia agora endêmica em muitas vizinhanças nas grandes cidades se origina de um medo da criminalidade "real" e quanto da sensação de que as ruas são o terreno da desordem, uma fonte de desagradáveis, preocupantes encontros. O povo de Newark, a julgar por seu comportamento e por seus comentários a entrevistadores, aparentemente

atribuem um alto valor à ordem pública, e sentem-se aliviados e seguros quando a polícia os ajuda a manter a ordem.

Em segundo lugar, em nível comunitário, desordem e crime normalmente estão inextricavelmente ligados, numa espécie de sequência de desenvolvimento. Psicólogos sociais e policiais tendem a concordar que se uma vidraça em um prédio é quebrada e deixada sem reparo, todo o restante das vidraças será quebrado em breve. Isto é verdadeiro tanto nas boas vizinhanças como nas degradadas. Quebra de vidraças não necessariamente ocorre em larga escala porque algumas áreas são habitadas por determinados quebradores de vidraças, enquanto outras são povoadas por adoradores delas; ao contrário, uma vidraça quebrada sem reparo é um sinal de que ninguém se importa, então quebrar mais vidraças não leva a nada (é até divertido).¹

Tal estratégia caracteriza-se por combater, não exatamente a criminalidade, mas a sensação de insegurança da população. É uma política visível ao público. As pessoas percebem os resultados da ação dos órgãos de segurança pública, o que é atraente para os políticos, uma vez que traz dividendos eleitorais.

Com base nessa teoria, William Bratton, recém-promovido a chefe da polícia nova-iorquina, promove uma reorganização do trabalho da corporação. São tomadas as seguintes providências: aumento em 10 vezes do efetivo policial no espaço público; determinação de resultados quantitativos a serem alcançados pelos comissários de bairro, por exemplo, no número de abordagens e detenções; e implantação de um sistema informatizado de radar, disponível para consulta pelos agentes por meio de um microcomputador instalado nas viaturas. Assim, com o objetivo de refrear o medo das classes média e alta, aquelas que votam, a polícia passa a reprimir delitos menores, como a embriaguez, a jogatina, a mendicância, os atentados aos costumes, dentre outros comportamentos anti-sociais.

Assim as autoridades atribuem a queda dos índices de criminalidade em Nova York à implantação da tolerância zero. Esta conclusão é corroborada pela imprensa nacional, mesmo que a a variação negativa dos números tenha ocorrido já no três anos anteriores. William Bratton torna-se consultor em segurança e passa a difundir sua doutrina para o restante do mundo. O então prefeito Rudolph Giuliani fica marcado no seio político como modelo de administração. A imagem de que Nova York é a metrópole que venceu o crime está presente no senso comum, mesmo não havendo dados que comprovem tal afirmação.

A receita de Nova York contra a criminalidade

Como Nova York conseguiu reduzir drasticamente a criminalidade?– Com medidas simples. Basicamente, cumprindo mandados de prisão que estavam pendentes.

1 Wilson, James Q. e Kelling, George L., "Broken Windows: The police and neighborhood safety", revista Atlantic Monthly, março, 1982, disponível em <www.theatlantic.com/magazine/archive/1982/03/broken-windows/4465/>. Acessado em 06/02/2011. Tradução nossa.

A explicação é do subprocurador-geral do Estado Delmar Pacheco da Luz, que, anos atrás, a convite do Departamento de Estado americano, conheceu o sistema de segurança dos EUA. Pelo plano do prefeito Rudolph Giuliani (1994-2001), policiais com computadores de mão saíam às ruas de Manhattan, identificavam suspeitos e levantavam suas fichas criminais. Uma vez confirmado que se tratava de um bandido, era preso. Simples assim.

Com a experiência de quem atuou por sete anos como promotor do júri em Porto Alegre, Pacheco da Luz dá outro exemplo: no início dos anos 2000, os limpadores de para-brisa nas sinaleiras eram um problema por lá. Após um olhar mais apurado, concluiu-se que não passavam de cem jovens. Poucos, mas suficientes para atormentar a vida de quem circulava pela região de Downtown. Foram identificados e liberados, com a condição de não voltarem a fazer o mesmo, sob pena de serem detidos. Sumiram. Simples assim.

Giuliani conseguiu reduzir em 57% os índices de criminalidade e 65% os de homicídio. Hoje, Nova York é considerada uma das cidades mais seguras e com melhor qualidade de vida dos EUA. Giuliani também mudou o sistema de educação pública, criando o Fundo de Aperfeiçoamento das Escolas para ajudar as instituições na compra de equipamento e na melhoria das instalações, introduzindo novos programas de instrução de leitura, universalizando o acesso dos alunos a computadores, restaurando a educação artística no currículo escolar, instalando bibliotecas nas salas de aula e introduzindo aulas nos fins de semana. Simples assim. Mas ideias tão difíceis de vingar por aqui. (*Zero Hora*, 08/08/2010, Coluna Diários do Mundo de Rodrigo Lopes)

2.1.2. *Consequências sociais da tolerância zero*

O suposto sucesso da tolerância zero em Nova York se incorpora ao discurso de políticos de todo o mundo, que incorporam a prática à sua plataforma. A implantação dessa doutrina apresenta dividendos eleitorais, uma vez que ataca a pobreza que incomoda os eleitores – os incidentes e desordens que ocorrem no espaço público. Por meio do aumento dos efetivos policiais e do combate aos pequenos delitos cotidianos, combate-se a sensação de insegurança da população. A isso, junta-se a retórica da “guerra ao crime”, propagada pelas autoridades e assimilada pela mídia.

Wacquant descreve a rápida difusão dessa doutrina para países como Escócia, México, Argentina, França, Alemanha, Itália, Inglaterra, África do Sul, Áustria, Canadá e Nova Zelândia. Ao mesmo tempo, sua utilização começa a ser questionada no berço.

A aplicação da tolerância zero revelou-se violenta para as vítimas do rigor penal. Um imigrante de Guiné de 22 anos foi assassinado na portaria do próprio prédio por policiais que perseguiram um suspeito de estupro. Este fato desencadeou uma manifestação pacífica que contou com a participação de David Dinkins, ex-prefeito de Nova York e presidente da *National Association for the Advancement of Colored People (NAACP)*.

Após o incidente, a polícia foi alvo de diversos inquéritos administrativos e dois processos judiciais, sob a acusação de realizar prisões pelo aspecto racial e zombar dos direitos constitucionais dos suspeitos. Citando dados da *National Urban League*, Wacquant

revela que, em dois anos, a brigada que age a paisana e em carros comuns deteve e revistou 45 mil pessoas, apenas por suspeitas baseadas na aparência, comportamento e, especialmente, cor da pele. Destas, mais de 37 mil se revelaram gratuitas. Das 8 mil restantes, metade foi anulada ou invalidada pelos tribunais. As 4 mil prisões justificadas representam uma a cada onze. Segundo levantamento do jornal *New York Daily News*, cerca de 80% dos homens jovens negros e latinos foram detidos e revistados ao menos uma vez.

O autor acrescenta que o *Civilian Complaint Review Board*, órgão encarregado de receber denúncias sobre a conduta do Departamento de Polícia de Nova York, registrou aumento de 60% nas queixas entre 1992 e 1994, a maioria referente a patrulhas de rotinas, com negros e latinos respondendo por três quartos dos casos. Embora representem 20% da população, os afro-americanos foram responsáveis por 53% das reclamações. Dentre os requerimentos contra a violência e abuso policial, 80% foram feitos em 21 dos 76 distritos mais pobres da metrópole (WACQUANT, 1999, p. 35 e 36).

A tolerância zero apresenta, assim, uma série de consequências. A segregação racial é acentuada, por causa da diferença de tratamento, que se reflete na percepção sobre o trabalho da polícia.

Uma pesquisa recente revela que a esmagadora maioria dos negros da cidade de Nova York considera a polícia uma força hostil e violenta que representa para eles um perigo: 72% julgam que os policiais fazem um uso abusivo da força e 66% que suas brutalidades para com pessoas de cor são comuns e habituais (contra apenas 33% e 24% dos brancos). Dois terços pensam que a política de Giuliani agravou essas brutalidades policiais e apenas um terço diz ter a sensação de se sentir mais seguro atualmente na cidade, mesmo assim morando nos bairros onde a queda da violência criminal é estatisticamente mais nítida. Já os nova-iorquinos brancos são respectivamente 50% e 87% a declarar o contrário: elogiam a prefeitura por sua intolerância com respeito ao crime e sentem-se unanimemente menos ameaçados em sua cidade. A "tolerância zero" apresenta portanto duas fisionomias diametralmente opostas, segundo se é o alvo (negro) ou o beneficiário (branco), isto é, de acordo com o lado onde se encontra essa barreira de casta que a ascensão do Estado penal americano tem como efeito - ou função - restabelecer e radicalizar. (WACQUANT, 1999, p. 37)

O aumento da repressão reflete-se na sobrecarga dos sistemas judiciário e penitenciário. Mesmo com os índices de criminalidade em queda em Nova York, o número de prisões e julgamentos aumentou. Wacquant revela que, em 1998, os 77 juízes de casos passíveis de menos de um ano de prisão analisaram 275.379 processos (mais de 3.500 cada). É o dobro dos examinados em 1993. Assim o prazo médio de espera pelo julgamento passou de 208 dias, em 1991, para 284, sete anos mais tarde.

Não há, porém, consequência mais visível no Brasil da aplicação da tolerância zero do que as condições precárias das cadeias. Esses depósitos de seres humanos passam longe de

cumprir a função primária para o qual foram criados. A possibilidade de recuperação de presos e de sua reinserção na sociedade são praticamente inexistentes. Para ilustrar essa realidade, cabe citar o relatório final da CPI do Sistema Carcerário, promovida pela Câmara dos Deputados em 2008. Por questão de concisão, nos limitaremos a abordar os trechos que tratam das prisões gaúchas

Segundo o documento, o Rio Grande do Sul, cuja população é de mais de 10,5 milhões de habitantes, conta com 16.556 vagas, ocupadas por 24.665 detentos, o que totaliza um déficit de 8.306. O Estado dispõe de 20.670 policiais militares, 5.210 policiais civis e 2.101 agentes penitenciários. Constituído por 496 municípios e dividido em 135 comarcas, o RS conta 625 Juízes, 678 Promotores e 292 Defensores Públicos. Em solo gaúcho, a Comissão visitou duas casas: a Penitenciária Feminina *Madre Pelletier* e o Presídio Central de Porto Alegre, que abordaremos como exemplo das condições carcerárias no país.

Após diligências em 17 estados da federação e no Distrito Federal, o Central foi considerado o pior presídio dentre os visitados. Com 1.565 vagas, a instituição abriga 4.235 pessoas, o que significa aproximadamente 270% de superlotação. Dentre os detentos, apenas 1.700 (cerca de 40%) são condenados, sendo o restante presos provisórios.

Foram apontados pelos parlamentares vários problemas. De 2007 a março de 2008, não há informações sobre punições a funcionários, apesar da entrada de dois revólveres e 232 celulares. Dos quase 5.000 detentos, apenas 100 estudam, e 400 trabalham em atividade de pouca expressão econômica. Não é fornecida alimentação. As refeições são preparadas pelos próprios presos. Uma mercearia dentro do estabelecimento, arrendada mediante licitação, vende produtos acima do preço de mercado. Os familiares são proibidos de trazer produtos similares aos comercializados no local. A assistência à saúde é prestada por somente um médico. Há 123 internos infectados pela AIDS, e 56 por tuberculose. Em celas para 4, 6 e 8 presos, amontoam-se 20, 25 e 30 respectivamente.

Apelidada de “masmorra”, a parte superior do presídio é o pior lugar visto pela CPI. Em buracos de 1 metro por 1,5 metro, dormindo em camas de cimento, os presos convivem em sujeira, mofo e mal cheiro insuportável. Paredes quebradas e celas sem portas, privadas imundas (a água só é liberada uma vez por dia), sacos e roupas pendurados por todo lado... uma visão dantesca, grotesca, surreal, absurda e desumana. Um descaso!

Fios expostos em todas as paredes, grades enferrujadas, esgoto escorrendo pelas paredes, despejado no pátio. Sujeira e podridão fazem parte do cenário.

A visão é tenebrosa. Nessa “masmorra do século 21” habitam 300 presos, mas nem um deles estava lá na hora: foram retirados e levados para o pátio antes da entrada dos membros da Comissão e os Deputados não puderam falar com os “moradores” de um dos piores e mais insalubres presídios diligenciados pela CPI. (Relatório da CPI do Sistema Carcerário, p. 170 e 171)

A Brigada Militar administra o local. A segurança é realizada por 263 policiais militares em desvio de função. Segundo os poucos detentos que se dispuseram a falar (o relatório ressalta que a visita foi acompanhada de perto por brigadianos e que os internos estavam medrosos e acuados), o tratamento dispensado a eles é truculento, com o uso rotineiro de cassetetes de madeira e balas de borracha. O presídio é ainda controlado por três facções criminosas, que se reúnem uma vez por semana com o chefe da segurança da cadeia, uma forma, segundo policiais, de evitar rebeliões.

O futuro da pior cadeia

Conhecido na década de 90 como queijo suíço, pela quantidade de túneis subterrâneos escavados em tentativas de fuga, ele saltou para a categoria de pior cadeia do Brasil em 2008, na conclusão da CPI do Sistema Carcerário. Assim, sempre com marcas negativas, tem sido alicerçado o currículo do Presídio Central de Porto Alegre, a maior prisão gaúcha, palco dos mais sangrentos motins, mais superlotada do país e um dos principais desafios do novo governador do Estado.

O selo Vida Real de hoje trata sobre a desativação do Presídio Central de Porto Alegre, a retirada da Brigada Militar de algumas prisões e a reestruturação da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe). Na página ao lado, a opinião dos candidatos ao Piratini sobre os três temas polêmicos.

O Central é o símbolo da problemática do sistema penitenciário. E não se trata de uma chaga estática. Até o dia em que os gaúchos vão definir quem comandará o Rio Grande do Sul, em 3 de outubro, os problemas já terão aumentado. O Estado tem hoje 30,4 mil presidiários e faltam em torno de 11,5 mil vagas. Só o Central, situado no bairro Partenon, recebe, em média, 31 novos presos por dia. Na sexta-feira, 4.965 detentos estavam no Central, que tem um déficit de vagas em torno de 3 mil. Se tudo na maior prisão gaúcha é superlativo, as soluções também estão longe de serem simples.

Se quiser retomar o controle das galerias, evitando assim que novos presos sejam cooptados pelas quadrilhas que comandam os espaços da cadeia, o Estado teria de tirar de lá imediatamente os mais de 3 mil presos já condenados, diz o juiz Sidinei Brzuska, da Vara de Execuções Criminais de Porto Alegre (VEC).

— Para controlar, tem de tirar em torno de 3 mil presos. Existe uma decisão judicial há 15 anos determinando que todos os presos condenados saiam de lá.

Mas, para isso, teria de se construir sete presídios para 500 presos cada. O Central é um alimentador da criminalidade, tem captação de mão de obra criminosa, destaca Brzuska.

Sobre a recorrente discussão em torno da desativação total do Central, o juiz da VEC pondera:

— O fechamento não é providência simples. O que não é admissível é aceitarmos que todos os presos entrem no Central nesse ambiente. Nós entregamos essa pessoa para quem comanda o crime dentro e fora do presídio. O desafio é fazer com que uma pessoa que seja presa, e não tenha vínculos, fique isenta dessa contaminação.

Na contramão do que determinam as políticas penitenciárias, de que as prisões têm de ser menores para facilitar a ressocialização, o Central tem sido constantemente ampliado. Ele nasceu em 1959 com 500 vagas direcionadas a presos provisórios, ou

seja, ainda sem condenação. Hoje, tem 1.863 vagas distribuídas em 10 pavilhões. Quatro deles começaram a ser construídos em 2005 e foram inaugurados no ano passado.

Alternativa seria mantê-lo para presos sem condenação

Na avaliação do diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Airton Michels, uma alternativa razoável para o Central seria mantê-lo funcionando apenas para presos sem condenação.

– Para provisórios, é possível se ter casas maiores. O Central poderia ser reformado para isso. A indicação para presos condenados é de que as prisões não tenham mais que 500 vagas – diz Michels, que foi superintendente dos Serviços Penitenciários no Estado.

O presídio que disputava com o Central o título de mais superlotado do país, o Aníbal Bruno, de Recife, passa por uma reforma que custará R\$ 20 milhões financiados por recursos estaduais e federais. O Aníbal Bruno, com 1,4 mil vagas, está com 3,6 mil presos.

A solidariedade é uma conduta tanto mais urgente e evidente quanto maiores forem as privações e a dor dos seres humanos que, quando conhecidas, passam a ser compartilhadas por nós. A solidariedade devida aos encarcerados, entretanto, é rarefeita em sociedades como a nossa e é superada largamente pela indiferença, quando não pela noção medieval de vingança. Naturalmente, o senso comum produz a redução de todos os seres humanos que cumprem a pena privativa de liberdade à condição de "delinqüentes" ou, como prefere a cultura policial no Brasil, à classificação de "vagabundos". Não há, entretanto, qualquer ontologia do crime ou uma "essência" a definir o "criminoso". As pessoas que se encontram encarceradas possuem entre si pouco em comum além do fato de serem invariavelmente pobres, jovens e semi-alfabetizadas. O que as distingue não é, comumente, mais nem menos do que aquilo que nos faz diferentes. Nesse sentido, a instituição prisional é produtora de uma identidade criminosa além de ser, concretamente, um dos fatores criminogênicos mais importantes. O fato é que as chamadas "instituições totais" organizam de tal forma as privações e distribuem com tanta radicalidade o mal que, imediatamente, nos vemos confrontados em nossa condição humana pela própria desumanidade da instituição.

É hora de retirar a BM dos presídios?

A pergunta sobre a pretensão de reestruturar ou não a Susepe pode parecer simples para o candidato que tem de prometer sim ou não para o eleitor. O compromisso com mudanças, no entanto, significa mexer com uma estrutura quase intocável, abalada por denúncias de corrupção e viciada por indicações políticas. Há 15 anos, a Brigada Militar foi chamada a intervir nas quatro maiores prisões do Estado para retomar o controle sobre presos, reduzir número de fugas e motins e sufocar suspeitas de corrupção.

A medida foi determinada por seis meses e poderia ser renovada por mais seis. Para autoridades, o combate à corrupção tem de ser a principal medida de quem se diz favorável a reestruturar a área.

Fervorosos críticos da intervenção adotada em 1995 admitem que a BM fez e faz um bom trabalho, e que o Estado não tem condições de devolver as prisões que estão com a BM para a Susepe.

A BM ainda administra as duas maiores prisões do Estado – Presídio Central e Penitenciária Estadual do Jacuí –, a Penitenciária Modulada de Osório e o albergue feminino, na Capital. Para cuidar de cerca de 7,5 mil presos, são empregados 610 PMs. O plano para retirá-los da administração dessas casas esbarra nas condições de aumentar os quadros da Susepe: há um déficit de 2,3 mil agentes.

[...]

Tarso Genro

Vai manter o Presídio Central ou desativá-lo. Para onde irão os 5 mil presos?
Será reformado, reduzindo o número de presidiários. Mais tarde pode ser extinto, se tivermos condições para construção de outro. Podemos retomar recurso que o governo do Estado devolveu (à União), R\$ 72 milhões. De forma rápida, vamos reformá-lo, para torná-lo decente.

Vai tirar a BM dos presídios. Em quanto tempo?

Pretendo tirar, de forma progressiva, em um ano e meio, dois anos. Pretendo reorganizar a carreira de agente penitenciário.

Vai reestruturar a Susepe? Quando e o que muda?

Primeiro, é a qualificação dos agentes que tem de ser melhorada. Segundo, seus padrões salariais. A Susepe tem estrutura satisfatória.

Yeda Crusius

Vai manter o Presídio Central ou desativá-lo. Para onde irão os 5 mil presos?

Desde que a gente consiga concluir os cinco presídios no sistema fechado, mais a PPP em Canoas da criação de 3 mil vagas em sistema fechado, semiaberto no modelo do Recomeçar que eu tenho e que o prefeito de Canoas tem também. Então teremos naturalmente o desafogar do Presídio Central.

Vai tirar a BM dos presídios. Em quanto tempo?

Gostaria de não ter a Brigada Militar nos presídios. Ela está lá por falência do sistema anterior ao meu governo. Minha meta é retirar a Brigada.

Vai reestruturar a Susepe? Quando e o que muda?

Aprovamos a lei orgânica da Susepe no ano passado. Ela cria as condições dizer qual é a responsabilidade daquela carreira. Para implementar demora um pouco. (*Zero Hora*, 30/08/2010, p. 4 e 5)

Com base nos dados apresentados pelo Departamento Penitenciário Nacional em levantamento divulgado em junho de 2010, podemos analisar o perfil dos presos no Brasil.

Com uma população de mais de 190 milhões de pessoas, o país possui 494.237 detentos, o que significa 273,80 para cada 100 mil habitantes. Os dados revelam o predomínio do encarceramento sobre formas alternativas de punição. Mais de 41% dos detentos estão em regime fechado, e 37% são presos provisórios. Os do semi-aberto correspondem a aproximadamente 16%. Os do regime aberto não chegam a 4%.

TABELA 1 – Quantidade de presos custodiados no Sistema Penitenciário

Item	Quantidade	Porcentagem
Presos Provisórios	163.263	37,03%
Regime Fechado	183.184	41,55%
Regime Semi Aberto	72.734	16,50%
Regime Aberto	17.415	3,95%
Medida de Segurança - Internação	3.398	0,77%
Medida de Segurança - Tratamento ambulatorial	870	0,20%
Total	440.864	100,00%

Fonte: DEPEN, InfoPen – Estatística, junho/2010

Com relação à escolaridade, é visível a relação entre a falta de instrução e a possibilidade de acabar no sistema carcerário. Mais de 85% dos internos não completou o Ensino Médio. A maior parte da massa de detentos é formada por indivíduos com ensino fundamental incompleto, ou seja, 42,23%.

TABELA 2 – Quantidade de presos por grau de instrução

Item	Quantidade	Porcentagem
Analfabeto	26.266	5,96%
Alfabetizado	51.488	11,68%
Ensino Fundamental Incompleto	186.163	42,23%
Ensino Fundamental Completo	66.203	15,02%
Ensino Médio Incompleto	45.441	10,31%
Ensino Médio Completo	31.628	7,17%
Ensino Superior Incompleto	3.241	0,74%
Ensino Superior Completo	1.860	0,42%
Ensino acima de Superior Completo	67	0,02%
Não Informado	14.134	3,21%
Valor automático de correção de itens inconsistentes	14.373	3,26%
Total	440.864	100,00%

Fonte: DEPEN, InfoPen – Estatística, junho/2010

Relativamente à duração das penas, o predomínio das penas mais curtas evidencia a opção pelo encarceramento até nos delitos de menor potencial ofensivo.

TABELA 3 – Quantidade de presos por tempo total das penas

Item	Quantidade	Porcentagem
Até 4 anos	49.304	18,99%
Mais de 4 até 8 anos	75.100	28,93%
Mais de 8 até 15 anos	56.556	21,79%
Mais de 15 até 20 anos	27.253	10,50%
Mais de 20 até 30 anos	21.273	8,19%
Mais de 30 até 50 anos	26.943	10,38%
Mais de 50 até 100 anos	2.620	1,01%
Mais de 100 anos	542	0,21%
Total	259.591	100,00%

Fonte: DEPEN, InfoPen – Estatística, junho/2010

Quanto à faixa etária, os dados mostram uma relação inversa entre a idade e o número de presidiários. Quanto menor a faixa etária, maior o número de presos. Mais da metade dos internos tem menos de 30 anos.

TABELA 4 – Quantidade de presos por faixa etária

Item	Quantidade	Porcentagem
18 a 24 anos	122.616	31,70%
25 a 29 anos	105.396	27,25%
30 a 34 anos	69.935	18,08%
35 a 45 anos	61.423	15,88%
46 a 60 anos	23.264	6,01%
Mais de 60 anos	4.177	1,08%
Não Informado	4.378	1,13%
Total	386811	100,00%

Fonte: DEPEN, InfoPen – Estatística, junho/2010

Para análise quanto à cor/etnia, optamos por confrontar os dados de DEPEN com os da Síntese de Indicadores Sociais 2010 do IBGE. Os brancos correspondem a 48,2% da população brasileira² e a 37% dos presos. Os pardos, 44,2% da população e 43,15 dos encarcerados. Os negros, 6,9% da população e 16,84% dos detentos. Amarelos ou indígenas, 0,7% da população e 0,8% dos presidiários.

TABELA 5 – Quantidade de presos por cor/etnia

Item	Quantidade	Porcentagem
Branca	153.495	37,07%
Negra	69.748	16,84%
Parda	178.685	43,15%
Amarela	2.637	0,64%
Indígena	715	0,17%
Outras	8.831	2,13%
Total	414.111	100,00%

Fonte: DEPEN, InfoPen – Estatística, junho/2010

2.1.3. *Expansão do Estado penal*

2 Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais 2010. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acessado em 02/06/2011.

Wacquant não se limitou a estudar somente as consequências sociais e humanas do modelo de segurança exportado dos Estados Unidos para o resto do mundo. Também se debruçou sobre a estrutura que esse sistema exigiu, uma vez que menos Estado econômico e social demanda mais Estado penal.

O autor lista cinco tendências que caracterizam este processo nos EUA, ocorridas a partir da década de 60: expansão vertical do sistema ou a hiperinflação carcerária; extensão horizontal da rede penal; crescimento excessivo do setor penitenciário no seio das administrações públicas; ressurgimento e prosperidade da indústria privada carcerária; e política de "ação afirmativa carcerária". Trataremos resumidamente de cada uma delas.

2.1.3.1. A expansão vertical do sistema ou a hiperinflação carcerária

A primeira tendência refere-se ao crescimento do número de apenados. O autor constata que, desde a década de 60 até 1975, os índices de encarceramento apresentavam baixa, chegando a 380 mil pessoas no final do período mencionado. A partir de então, o que se vê é um aumento sem precedentes. Em dez anos, a população carcerária chegou a 780 mil, superando 1,5 milhão em 1995 e chegando perto de 2 milhões em 1998.

Em 1997, enquanto os Estados Unidos tinham 648 prisioneiros para cada 100 mil habitantes, Portugal, maior aprisionador da União Europeia à época, apresentava 145 para mesmo índice. Em matéria de encarceramento, os americanos somente eram superados pelos russos, cujo aprisionamento era de 750 presos para cada 100 mil habitantes.

Wacquant faz questão de ressaltar que essa explosão ocorreu em um momento em que a criminalidade permaneceu constante ou em queda. Tal fato ocorreu pela imposição da reclusão como punição aos delitos de menor potencial ofensivo, especialmente a pequenos delinquentes e viciados em drogas.

Pois, contrariamente ao discurso político e midiático dominante, as prisões americanas estão repletas não de criminosos perigosos e violentos, mas de vulgares condenados pelo direito comum por negócios com drogas, furto, roubo, ou simples atentados à ordem pública, em geral oriundos das parcelas precarizadas da classe trabalhadora e, sobretudo, das famílias do subproletariado de cor das cidades atingidas diretamente pela transformação conjunta do trabalho assalariado e da proteção social. De fato, em 1998, a quantidade de condenados por contenciosos não-violentos reclusos nas casas de detenção e nos estabelecimentos penais dos Estados Unidos rompeu sozinho a cifra simbólica do milhão. Nas prisões dos condados, seis penitenciários em cada 10 são negros ou latinos; menos da metade tinha emprego em tempo integral no momento de ser posta atrás das grades e dois terços provinham de famílias dispendo de uma renda inferior à metade do "limite de pobreza". (WACQUANT, 1999, p. 83)

2.1.3.2. A extensão horizontal da rede penal

Tal tendência diz respeito aos institutos da liberdade condicional (*parole*) e da *sursis* (*probation*)³. Segundo Wacquant, estas formas de punição avançaram ainda mais rapidamente do que o encarceramento, dada a impossibilidade de ampliação do parque carcerário no mesmo ritmo do aumento dos condenados.

Em 1997, o número de pessoas nessas condições chegou a 4 milhões, sendo 3,26 milhões em *probation* e 685 mil em *parole*. Somando-se aos encarcerados, totaliza-se 5,7 milhões de americanos no sistema penal. Esta cifra representa quase 5% da população masculina com mais 18 anos e 20% dos homens negros.

Juntamente aos institutos formais de punição, a administração do sistema penal americano, especialmente a *Law Enforcement Administration Agency*, responsável pela política contra a criminalidade, investiu nos meios eletrônicos de controle à distância. Nas décadas de 70 e 80, os órgãos de segurança pública de todos os estados implantaram bancos de dados centralizados e informatizados. O controle inclui até bancos de dados do DNA de suspeitos. Assim, no fim da década de 90, existiam 55 milhões de fichas criminais (20 milhões a mais do que dez anos antes), referentes a 30 milhões de pessoas, número que equivale a um terço da população adulta masculina do país.

Além das administrações públicas, o acesso a esses dados era compartilhado com organismos privados e utilizados, por exemplo, por empregadores para descartar candidatos com antecedentes criminais. Estados como Illinois, Flórida e Texas disponibilizaram esses dados na internet, possibilitando a qualquer pessoa o acesso às informações dos condenados (WACQUANT, 1999, p. 84 e 85).

O sociólogo ainda alerta que as liberdades condicionais não têm por objetivo a reinserção, mas recapturar o maior número possível de condenados. A vigilância exercida e a disciplina imposta, ilustradas pelo controle eletrônico, ratificam esta posição.

Citando dados da Califórnia, o autor revela que, de 1980 a 1996, o número de pessoas em liberdade condicional que voltaram à cadeia passou de 2.995 para 75.400, mais de três quartos devido ao não cumprimento das condições para libertação. De 1985 a 1997, o índice de êxito nas liberdades condicionais sob palavra caiu de 70% para 44%.

Essa mudança de objetivo e de resultado traduz o abandono do ideal da reabilitação, depois das críticas cruzadas da direita e da esquerda na década de 70 e de sua substituição por uma "nova penologia", cujo objetivo não é mais nem prevenir o crime, nem tratar os delinqüentes visando o seu eventual retorno à sociedade uma vez sua pena cumprida, mas isolar grupos considerados perigosos e neutralizar seus membros mais disruptivos mediante uma série padronizada de comportamentos e

3 Na *sursis*, a execução da privação de liberdade é suspensa, sob determinadas condições estabelecidas pelo juiz, como, por exemplo, não praticar nova infração penal.

uma gestão aleatória dos riscos, que se parecem mais com uma investigação operacional ou reciclagem de "detritos sociais" que com trabalho social. (WACQUANT, 1999, p. 86)

A tolerância zero enterra a possibilidade de reabilitação. Essa doutrina abandona definitivamente as causas da criminalidade e se concentra em esconder dos olhos da sociedade as suas consequências.

2.1.3.3. O crescimento excessivo do setor penitenciário no seio das administrações públicas

Essa tendência evidencia que, embora o discurso seja de menos Estado, somente ocorreu sua diminuição econômica e social. No campo da punição, seu aumento foi significativo.

Wacquant apresenta números que comprovam essa afirmação. Em 11 anos, de 1979 a 1990, os recursos destinados ao funcionamento do sistema carcerário cresceram 325%, enquanto as verbas para a construção de presídios tiveram alta de 612%. Os gastos do sistema penal cresceram três vezes mais rápido que os dos militares, que receberam provisões generosas durante os governos Reagan e Bush.

Em 1985, os montantes reservados para a administração das prisões superaram os dos principais programas de ajuda social. Em 1992, quatro Estados já tinham orçamentos superiores a um bilhão de dólares: Califórnia (3,2 bilhões), Nova York (2,1), Texas (1,3) e Flórida (1,1). Em 1993, as somas destinadas ao sistema carcerário superaram em 50% as do judiciário (32 bilhões contra 21), embora esse número fosse idêntico (sete bilhões) uma década atrás.

O autor ressalta que tal política não é exclusividade dos republicanos. Durante os cinco anos da administração Clinton, foram construídos 213 presídios (sem contar os realizados pela iniciativa privada). Ainda, o número de empregados em estabelecimentos penais estaduais e federais passou de 264 para 347 mil. Com 600 mil trabalhadores no total, incluindo os privados, as prisões eram o terceiro maior empregador dos EUA, somente atrás da General Motors e do Wal-Mart.

Este inchamento, ocorrido em período de baixa na arrecadação, foi financiado pela redução dos orçamentos destinados às ajudas sociais, saúde e educação. Wacquant cita que, entre 1979 e 1989, os créditos destinados aos hospitais ficaram estagnados, os dos liceus caíram 2% e os da assistência social despencaram 41%.

Os Estados Unidos fizeram a escolha de construir para seus pobres casas de detenção e estabelecimentos penais em lugar de dispensários, creches e escolas. Um

exemplo: no período de uma década (1988-98), o estado de Nova York aumentou seus gastos carcerários em 76% e cortou os fundos do ensino universitário em 29%. O montante bruto em dólares é praticamente equivalente: 615 milhões a menos para o campus da State University of New York e 761 milhões a mais para as prisões - e mais de um bilhão caso se contabilizem os 300 milhões aprovados separadamente para a construção urgente de 3.100 locais de detenção suplementares. (WACQUANT, 1999, p. 88)

O custo de cada prisioneiro chega a 22 mil dólares por ano, o equivalente a 3,3 vezes o valor pago a uma família de quatro pessoas, beneficiária do principal programa de ajuda social americano, o *Aid to Families with Dependent Children*, cujo fim ocorreu em 1996.

Para reduzir esse custo foram adotadas quatro técnicas: redução do nível de vida nas cadeias, com supressão de atividades como educação, esporte, entretenimento e práticas de reinserção social; utilização de alta tecnologia em vigilância, para aumentar a produtividade; transferência de gastos para as famílias dos detentos, ou seja, cobrar por estadia, alimentação, documentos, uso da lavanderia, oficina, eletricidade e telefone, por exemplo; e implantação do trabalho desqualificado dentro das prisões.

2.1.3.4. Ressurgimento e prosperidade da indústria privada carcerária

Na medida em que o Estado tinha dificuldades para lidar com os custos exigidos pela tolerância zero, uma alternativa foi transferir parte da atividade para a iniciativa privada. Segundo Wacquant, de 1983 a 1998, a indústria da punição passou de responsável por nenhum para 7% dos detentos, ou seja, 132.572 pessoas, em 140 presídios pertencentes a 17 empresas, espalhadas em 20 Estados.

Companhias como a *Corrections Corporation of America*, *Correctional Services Corporation*, *Securicor* e *Wackenhut* entraram na bolsa de valores. Este mercado, no fim dos anos 90, já movimentava aproximadamente 4 bilhões de dólares e apresentava taxa de crescimento anual de 45%.

No Brasil, tal alternativa exerce fascínio sobre os meios de comunicação. Somado ao estado precário dos estabelecimentos nacionais, há a visão de que somente a iniciativa privada é eficiente o bastante para a tarefa.

Presídios Privados

Esses dias me engalfinhei numa discussão com o advogado Frederico Guariglia, ele penitenciário, eu metido a penitenciário.

Óbvio que a discussão foi sobre presídios privados – ou público-privados –, ele contra, eu a favor.

Discuti até amavelmente com o ex-ministro Tarso Genro anteontem sobre isto.

Mas vamos ao que interessa: acontece que *Zero Hora* lançou seu olhar para Joinville, onde há um presídio privado modelo, com os excelentes resultados que a reportagem apresentou.

Vejamos o que o repórter Francisco Amorim constatou sobre Joinville:

-

Distante 623 quilômetros de Porto Alegre, a Penitenciária Industrial de Joinville (SC) em nada lembra uma prisão brasileira. Seus 366 detentos estão sempre uniformizados, e as celas são limpas e bem iluminadas. Têm até rádio-relógio. Detalhe: a capacidade da cadeia é para 366 presos. Essas condições tornam a primeira prisão privada de Santa Catarina modelo para o governo gaúcho, que recentemente revelou interesse em atrair investimentos de empresas para o setor prisional.

Para os gaúchos, acostumados a ver reportagens sobre o fétido e superlotado Presídio Central de Porto Alegre, imagens da rotina dos apenados catarinenses soam como irreais. Na penitenciária de Joinville – uma das 11 administradas em parcerias entre Estados e iniciativa privada no país –, não há grades enferrujadas, paredes com infiltração ou corredores com lâmpadas queimadas.

Onze detentos trabalham diariamente na manutenção das instalações. Mesmo cumprindo pena, eles foram contratados pela Montesinos, empresa terceirizada que presta os serviços carcerários desde a inauguração da casa prisional, em junho de 2005.

Além de bem conservadas, as celas que abrigam seis presos cada não cheiram a esgoto ou a fumaça de cigarro, até porque é proibido fumar no interior da penitenciária. A medida restritiva evita que os maços de cigarro virem moeda de troca, como ocorre em outras cadeias. A mesma precaução ocorre com alimentos e material de higiene: o ingresso de qualquer produto pessoal é vedado pela segurança. Das marmitas servidas nas refeições ao creme dental, passando pelo uniforme e pelo tênis para jogar bola, tudo é distribuído regularmente pela empresa terceirizada.

– O preso, quando entra, só fica com a aliança – explica o diretor da penitenciária, Richard Harrison Chagas dos Santos, um dos seis servidores públicos que atuam na casa.

As regras rígidas também se aplicam aos banhos de sol – apenas duas horas por dia – e às visitas. Cada preso só pode receber familiares uma vez por semana. Os encontros, no entanto, ocorrem em condições bem melhores do que na maioria das superlotadas casas prisionais gaúchas. Se a visita é social, há um pátio coberto e com bancos. Se o encontro é íntimo, o preso não recebe a mulher na cela, como geralmente ocorre em presídios superlotados. Em Joinville, ele tem a seu dispor um dos 10 quartos equipados com chuveiro quente, rádio, cama de casal e ventilador.

A Penitenciária de Joinville dispõe, ainda, de uma equipe multidisciplinar, contratada pela empresa, que garante assistência psicológica, pedagógica, médica e jurídica aos detentos. Para acelerar o atendimento, existe até um consultório odontológico, comprado com parte do salário dos presos, e uma farmácia que funciona 24 horas por dia. Se o medicamento não está disponível, um serviço de entrega busca o medicamento em até 60 minutos na cidade.

– Se o médico não vem trabalhar, mando outro em seu lugar – garante Moacir Sagas, gerente da empresa terceirizada.

Na unidade modelo, os detentos são estimulados a estudar. Nas salas de aula, são lecionadas para os 132 alunos disciplinas dos ensinamentos Fundamental e Médio por professores das redes municipal e estadual. Os presos que se destacam e apresentam bom comportamento ganham direito a fazer cursos técnicos fora da cadeia, mesmo cumprindo penas no regime fechado.

-

Há outras vantagens não arroladas por falta de espaço. E, ia me esquecendo, nunca se verificou sequer uma fuga naquele presídio.

Chega? Chega? (*Zero Hora*, 14/08/2010, Coluna de Paulo Sant'Anna , p. 55)

2.1.3.5. A política de "ação afirmativa carcerária"

O encarceramento de contingentes maiores de pessoas se dá sobretudo sobre os mais pobres, especialmente os negros. Para comprovar essa tendência, Waquant revela que, em 1989, pela primeira vez os afro-americanos eram maioria dentre os novatos nas cadeias, ainda que representassem apenas 2% da população.

Em 1995, dentre os 22 milhões de adultos negros, havia 767 mil em regime fechado, 999 mil em liberdade vigiada e 325 mil na condicional, soma que supera 2 milhões de pessoas sob as mãos da justiça e equivale a uma taxa de tutela penal de 9,4%. Para os 163 milhões de adultos brancos, esse índice é de 1,9%. Um homem negro tem uma chance em quatro de passar pelo menos um ano de vida na cadeia; um latino, uma sobre seis; e um branco, uma em 23.

Dentre os jovens, essa diferença é ainda maior. O autor francês afirma que mais de um terço dos negros entre 18 e 29 anos passa por uma das instâncias do sistema de punição. Essa proporção chega a 50% nas maiores cidades, alcançando picos de 80% nos guetos. Embora representem 13% dos consumidores de droga, o que equivale a sua representatividade populacional, os negros são um terço dos detidos e três quartos dos encarcerados por infração à legislação sobre entorpecentes.

O autor assinala que a política de “guerra à droga”, empreendida desde a administração Ronald Reagan, na qual abandona-se a reabilitação e promove-se a repressão, é uma das principais causas do aumento verificado na população carcerária.

Em 1995, seis novos condenados para cada 10 eram colocados atrás das grades por portar ou comerciar droga, e a esmagadora maioria dos presos por esse contencioso provinha de bairros pobres afro-americanos, pela simples razão de que "é mais fácil proceder a prisões nos bairros socialmente desorganizados, em contraste com os bairros operários estáveis ou os prósperos subúrbios de colarinhos brancos" (WACQUANT, 1999, p. 95)

O sociólogo conclui que o fim das ações afirmativas na América, que promoviam acesso à educação e emprego, coincidiu com a aplicação da política que levou os seus antigos beneficiários para o sistema penal. Em 1998, havia 34.800 afro-americanos nas penitenciárias estaduais de Nova York, contra 27.900 na *State University of New York*. Os latinos apresentavam 22.400 presos para 17.800 universitários.

2.1.3.6. A função do encarceramento na criminalização da miséria

Em complemento às cinco tendências que reproduzimos, Wacquant descreve três papéis das prisões no projeto neoliberal de redução do Estado norte-americano, que encontra no fortalecimento do sistema de punição o seu “negativo”.

O primeiro é a regulação do mercado do trabalho desqualificado. O que ocorre é a redução artificial dos índices de desemprego, seja com a prisão de contingentes que engrossavam essa estatística, seja pelos postos de trabalho precários gerados pela indústria do encarceramento em massa. Na década de 90, os presídios reduziram em 2 pontos os números do desemprego no EUA.

Entretanto, citando Western e Beckett⁴, o autor afirma que, no longo prazo, o efeito é de tornar milhões de pessoas inempregáveis e que a manutenção do desemprego em um nível baixo dependeria da expansão ininterrupta do sistema penal. Wacquant acrescenta ainda outro efeito, este ignorado pelos pesquisadores citados: colocar tanta gente atrás das grades significa desenvolver o mercado do trabalho assalariado da miséria e da economia informal. Por causa de seus débitos passados com a justiça, ex-detentos não conseguem nada além de empregos degradantes e de baixa remuneração.

O segundo papel é a perpetuação da ordem racial. O percentual maior de negros no sistema carcerário, em comparação com a sua representação populacional, mostra que a prisão é o novo espaço de isolamento destas pessoas, em vez do gueto. De 1915 a 1965, os negros forneceram mão-de-obra para a expansão industrial, migrando dos Estados segregacionistas dos sul para regiões operárias do norte. Assim esses bairros eram uma espécie de “prisão social”. Com as rebeliões ocorridas na década de 60, que representaram a crise do gueto, é a prisão que cumpre a função de excluir as parcelas indesejáveis da sociedade.

O terceiro é a modificação dos programas de assistência social. A estes, somam-se os mecanismos de vigilância. As ajudas passam a ser condicionadas a determinados comportamentos, sob o olhar atento das autoridades. A reforma do bem estar social, avalizada por Clinton em 1996, instituiu diversas práticas no sentido de supervisionar condutas, como, por exemplo, testes de detecção de drogas, igualmente aos que são feitos com condenados em condicional ou liberdade vigiada.

O mesmo fenômeno de mercantilização verificado no encarceramento ocorre na assistência social, pois Estados como o Texas ou o Tennessee contratam empresas para o

4 Bruce Western e Katherine Beckett, "How unregulated is the us labor market? The penal system as a labor market institution", *American Journal of Sociology*, 104, jan 1999, p.1135-72.

acompanhamento dos beneficiários dos programas sociais. Essa foi a forma de tornar “rentáveis” presos e pobres.

Wacquant denuncia o surgimento de um “complexo comercial carcerário-assistencial, ponta de lança do Estado liberal-paternalista nascente”, cuja função é vigiar e punir as populações insubmissas à ordem econômica. Enquanto o sistema carcerário ocupa-se majoritariamente dos homens, o assistencial exerce tutela principalmente sobre as mulheres.

2.1.4. Tolerância zero no Brasil

Ao reportar o surgimento das políticas de tolerância zero nos Estados Unidos e sua rápida difusão para a Europa, Wacquant trata também do Brasil. Para o pesquisador, a tentação de aplicar a doutrina neoliberal de penalização da miséria é ainda mais sedutora, bem como seus efeitos são mais devastadores, em países com forte desigualdade de condições e oportunidades e sem tradição democrática e instituições que possam amenizar seus efeitos.

O autor reconhece na América do Sul o mesmo dilema europeu entre o tratamento social da miséria, alternativa de longo prazo baseada na solidariedade e justiça social, e seu tratamento penal, opção focada no curto prazo dos ciclos eleitorais e alimentada pelo pânico propagado pela mídia. Cita como exemplos, além do Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Peru.

Caracterizado pela desigualdade social, o Brasil tem no crescimento da criminalidade seu problema mais visível nas grandes cidades. Desde 1989, a morte violenta ocupa o primeiro lugar entre as causas da mortalidade. O país alcança o índice de 20 homicídios para cada 100 mil habitantes – duas vezes a taxa norte americana e 20 vezes a europeia. Rio de Janeiro, São Paulo e Recife apresentam 40 assassinatos para cada 100 mil habitantes. A tais números, soma-se a difusão das armas de fogo e o crime organizado. A consequência é a sensação de insegurança no espaço público.

Outra particularidade é a intervenção das forças de segurança. Em vez de atenuar os efeitos da insegurança, sua atuação caracteriza-se por instaurar o medo e a desconfiança entre as classes populares. Para ilustrar essa afirmação, Wacquant acrescenta que, em 1992, 1.470 civis foram mortos pela Polícia Militar de São Paulo, um quarto das vítimas de morte violenta naquele ano. É o maior índice das Américas com folga. No mesmo período, As polícias de Nova York e Los Angeles mataram 24 e 25 civis respectivamente.

Uma terceira característica é a discriminação praticada pelos sistemas policial e judiciário. Pessoas de cor são alvo de maior vigilância pela polícia, têm mais dificuldade de

acesso à assistência jurídica e, pelos mesmos crimes, lhes são infringidas penas mais duras. Dentro da cadeia, sofrem mais violência e são submetidos a piores condições.

Nesse sentido, a política de encarceramento dos pobres encontra no Brasil ainda mais um agravante: a situação dos presídios, da qual tratamos anteriormente. Wacquant define nossas casas de detenção como “campos de concentração para pobres”. Além das condições precárias, os internos ainda convivem com a violência das autoridades, cujo ápice foi o massacre do Carandiru, no qual a Polícia Militar de São Paulo assassinou 111 detentos.

Há no Brasil uma cultura fortemente marcada pelo autoritarismo, consequência dos rastros deixados pela ditadura militar no pensamento da coletividade. Assim qualquer manifestação em favor de direitos humanos é interpretada como defesa dos bandidos. Além disso, as soluções privadas para a insegurança, como vigilância armada em bairros, são toleradas pelas autoridades e encorajadas por associações, movimentos e organizações não governamentais de defesa das vítimas.

Embora o país seja uma democracia constitucional desde a década de 80, Wacquant não teme afirmar que a gestão da ordem social por meio da intervenção policial, em resposta aos distúrbios causados pela precarização do trabalho assalariado e pela pauperização da população, equivale a estabelecer uma ditadura sobre os pobres.

Em suma, a adoção das medidas norte-americanas de limpeza policial das ruas e de aprisionamento maciço dos pobres, dos inúteis e dos insubmissos à ditadura do mercado desregulamentado só irá agravar os males de que já sofre a sociedade brasileira em seu difícil caminho rumo ao estabelecimento de uma democracia que não seja de fachada, quais sejam, "a deslegitimação das instituições legais e judiciárias, a escalada da criminalidade violenta e dos abusos policiais, a criminalização dos pobres, o crescimento significativo da defesa das práticas ilegais de repressão, a obstrução generalizada ao princípio da legalidade e a distribuição desigual e não equitativa dos direitos do cidadão". A despeito dos zeladores do Novo Éden neoliberal, a urgência, no Brasil como na maioria dos países do planeta, é lutar em todas as direções não contra os criminosos, mas contra a pobreza e a desigualdade, isto é, contra a insegurança social que, em todo lugar, impele ao crime e normatiza a economia informal de predação que alimenta a violência. (WACQUANT, 1999, p. 12)

2.2. Cobertura jornalística da segurança pública

A tolerância zero encontra terreno fértil para retornar ao debate público quando se dissemina uma espécie de pânico em massa em relação à segurança pública. Frequentemente expressões como “explosão da criminalidade” ou “impunidade generalizada” ganham status de fenômenos comprovados e inserem-se no senso comum.

O palco dessas histerias coletivas são os jornais, o rádio, a televisão e, mais recentemente, a internet. Juliano Tatsch percebeu a ocorrência de um fenômeno como este em

2007 e realizou um estudo exploratório sobre a cobertura da segurança pública em *Zero Hora* nos três primeiros meses daquele ano. Para ter um marco comparativo, optou por confrontar a abordagem com a realizada pelo mesmo jornal no mesmo período de 2003, também o primeiro ano de um novo governo.

O período analisado iniciou-se com a segurança pública elevada a um novo patamar de importância. Em 4 de janeiro, o jornal publicou um editorial no qual pede que se faça de 2007 o “ano nacional da segurança”. Em tom alarmista, o texto alerta que não há alternativa a não ser combater logo a criminalidade. Argumenta que os alguns crimes são cruéis, tanto pela violência empregada, quanto pela futilidade dos motivos que lhes dão causa. Acrescenta que “a frequência e gratuidade com que algumas pessoas matam ou são mortas, assaltam ou são assaltadas, revela que a criminalidade está prestes a fugir do controle das autoridades, além de conquistar um assustador caráter rotineiro.” Segundo o editorial, o crime estava tão presente que as pessoas não mais se escandalizavam.

Tatsch apurou que as 90 edições trouxeram sobre o tema 24 manchetes principais de capa (uma a cada 3,75 edições), 13 manchetes secundárias de capa, 19 reportagens especiais, 7 colunas de opiniões, 25 artigos e 25 editoriais. A cobertura, portanto, além de intensificada, foi espalhada por todo o jornal. Os crimes deixaram de ocupar tão somente as páginas de polícia e migraram para outros espaços. Soma-se a isso o enfoque das matérias: enquanto em 2003 eram as ações, ou seja, os crimes cometidos, em 2007, foram os agentes, isto é, a atuação dos órgãos de segurança pública.

Como já referimos, a adoção de tal linha editorial coincidiu com a posse de um novo governo. Nesses três meses, a presença do então secretário de segurança pública Enio Bacci foi constante. Apesar de ser filiado ao PDT, um partido teoricamente de esquerda, este político é conhecido defensor da tolerância zero e da “luta contra a bandidagem” (Wacquant já alertava que este pensamento é agora partilhado por esquerda e direita). Tatsch conclui que, no período analisado, *Zero Hora* tornou-se o veículo de comunicação oficial do governo estadual e da Secretaria de Segurança Pública.

A criação de subjetividades transparece a um estudo mais apurado da cobertura de ZH em 2007. O secretário de segurança do estado, Enio Bacci, é o homem que veio acabar com a criminalidade no Rio Grande do Sul, pulso firme, o defensor da sociedade “de bem”. O subcomandante da BM, Coronel Mendes, é o xerife, que está sempre na rua à caça dos meliantes. A força policial é a defensora dos valores sociais, os policiais são os heróis que se arriscam para defender os gaúchos. As causas sociais da criminalidade não são discutidas nem apontadas, a culpa, fica subentendido, é do indivíduo. (TATSCH, 2007, p. 94 e 95)

O autor percebe a presença da ideologia da criminalização da miséria na cobertura analisada, caracterizada por ignorar as causas sociais da violência, vitimizar as classes média e alta, valorizar e exaltar as ações policiais, defender o endurecimento das leis penais e criticar a progressão de regime e a adoção de penas alternativas. Tais características também apareceram na cobertura de 2003, entretanto as notícias se concentraram na editoria de polícia, e o destaque do noticiário foram as ações em vez dos agentes.

Outra inovação da cobertura de 2007 foi a criação da coluna “Sua Segurança”, definida pro Tatsch como “um marco na espetacularização jornalística de um tema delicado e deveras complexo, e na criação de subjetividades e imaginários”. Seu lançamento ocorreu em 7 de janeiro daquele ano, por meio um texto publicado no espaço “Cartas do Editor”. Por seu tom dramático (parece até que o editor Marcelo Rech o escreveu com lágrimas nos olhos) o reproduzimos na íntegra:

É com pesar que *Zero Hora* comunica o surgimento de uma nova coluna – dedicada exclusivamente a analisar a questão da segurança. Quando um veículo de porte de ZH convida um de seus mais talentosos e calejados repórteres para comentar, em bases cotidianas, a insegurança nossa de cada dia, é porque algo muito sério desandou no Brasil.

O sonho de todo brasileiro deveria ser que seu jornal tivesse mais comentários de teatro, dança, literatura, educação, até de trânsito, vá lá. Mas não. Como editor responsável por manter o jornal em sintonia máxima com a realidade dos leitores, vejo-me compelido a reconhecer que o tema da violência e da criminalidade ganhou ainda mais urgência e necessidade de tratamento editorial cada vez mais abrangente e especializado.

O que em nações pacíficas seria relegado ao fim da fila de prioridades jornalísticas no Brasil de 2007 recebe o esforço adicional de um jornal comprometido com o bem-estar de seus leitores. A nova coluna é parte da filosofia de ZH de servir como um guia para que seu público enfrente, vença e usufrua melhor um dia-a-dia complexo e muitas vezes inamistoso.

ZH atribuiu o novo espaço editorial a um às do jornalismo forjado em conflitos. Aos 44 anos, há 18 em ZH, Humberto Trezzi já preencheu prateleiras com prêmios originados em coberturas em territórios sobressaltados, da Colômbia e do Haiti ao Morro do Vidigal, no Rio, e às madrugadas de São Paulo riscadas por tiros do PCC.

É da sua base na Redação de ZH, contudo, que Trezzi testemunha, reporta e interpreta a crescente conflagração que assoma à nossa volta, bem aqui, no Rio Grande do Sul. Sua missão, além de seguir brindando os leitores com reportagens sobre conflitos, é também explicar as causas, as conseqüências e os bastidores da segurança, estejam eles no campo político, social ou policial.

Registre-se, pois: no dia 7 de janeiro de 2007, ao comunicar o lançamento da coluna Sua Segurança, ZH se transformou no primeiro grande veículo de comunicação brasileiro a elevar a questão da segurança a patamares de atenção editorial equivalente ao da política, da economia ou do esporte. É triste, mas necessário. (*Zero Hora*, 07/01/2007, p. 3, disponível em Tatsch, 2007, p. 87 e 88)

A nova coluna foi publicada em 35 edições nos três primeiros meses de 2007. Seu conteúdo caracteriza-se pela ausência de opinião. Os textos relatam fatos e discutem a segurança pública. Apresentam exemplos do combate ao crime em outros países e abordam temas como sistema penitenciário, redução da maioria penal, desarmamento, endurecimento das penas, entre outros. Dentre os assuntos, Chama nossa atenção quando Trezzi aborda uma prática implantada pela Polícia de Nova York no auge da tolerância zero da cidade.

Abordagem + prisão = promoção

Decidido a manter o ritmo de prisões efetuado pela Brigada Militar nestes primeiros dias de governo, o secretário estadual da Segurança Pública, Enio Bacci, pretende premiar os policiais que mais abordam suspeitos.

Como o Estado está quase quebrado, a idéia é que os campeões em detenções - desde que bem fundamentadas - sejam agraciados com pontos no seu plano de carreira, que contam para futuras promoções.

- O Artigo 67 do Estatuto das Promoções da BM prevê que policiais sejam promovidos por atos de bravura ou por se destacar em serviço. Pedimos ao comando da corporação que estude uma forma de premiar os que mais abordam suspeitos em barreiras - confirma o secretário.

Bacci assegura que será levada em conta a qualidade das averiguações e detenções feitas. Para isso a BM já instituiu uma pesquisa de abordagem. Cada PM preenche um boletim no qual consta o nome da pessoa abordada, seu endereço e dados pessoais. Por amostragem, estas pessoas serão procuradas e descreverão a maneira como a blitz aconteceu. Policiais que abusaram do poder serão investigados. Outros receberão cobrança pelo motivo oposto, o de não terem fiscalizado em proporção semelhante à dos colegas de corporação.

Apesar de ser uma tentativa de estimular os bons policiais, a iniciativa de Bacci é polêmica. Faz lembrar uma outra, que vigorou no Rio nos anos 90 e foi apelidada "gratificação-faroeste". Ela oferecia recompensa em dinheiro aos policiais que mais realizassem prisões. Recebeu muitas críticas por pessoas que compararam os policiais a mercenários.

O secretário Bacci estuda estender a pontuação que pode resultar em promoção também aos policiais civis. Ela terá critérios diferentes dos usados com os PMs. No caso dos agentes civis, talvez recebam mais pontos os que esclarecem crimes ou que encaminham os inquéritos mais bem feitos à Justiça.

(*Zero Hora*, 17/03/2007, coluna Sua Segurança, disponível em <www.abamfpf.com.br/destaque.php?idpagina=45>, acessado em 03/05/2011).

O texto mostra o quanto a adoção de uma nova política editorial está afinada com as práticas de criminalização da miséria utilizadas pelo novo governo estadual. Tal tendência confirma-se quando Tatsch constata que “em todas as 35 colunas publicadas, não há sequer uma crítica bem feita e embasada aos governantes ou aos órgãos governamentais”. A contribuição do novo espaço à cobertura é pouco relevante, limitando-se a abordar de um modo diferente aquilo que já é normalmente tratado por ZH.

Ao confrontar os números da cobertura de *Zero Hora* com as estatísticas oficiais, o autor verificou a desproporcionalidade entre eles. A Secretaria Estadual de Segurança Pública registrou 397 homicídios ou latrocínios, em 2003, e 365, em 2007. Apesar de terem ocorrido 32 mortes a menos, em ZH essa diferença foi de apenas 9 casos. Mesmo que o início de 2007 tenha sido menos violento que o de quatro anos atrás, o jornal trouxe 24 manchetes principais de capa (contra nenhuma em 2003), 13 manchetes secundárias de capa (contra 13), 10 manchetes de contracapa (contra 4) e 45 chamadas de capa (contra 35).

TABELA 6 – Relação entre o número oficial de mortes e os números da cobertura de *Zero Hora* em 2003 e 2007

Ocorrência	2003	2007
Mortes causadas por crime no RS	397	365
Mortes noticiadas	229	220
Manchetes Principais de capa	0	24
Manchetes secundárias de capa	1	13
Manchetes na contracapa	4	10
Chamadas de capa	35	45

Fonte: Tatsch (2007)

A suposta “explosão da criminalidade” que o jornal noticiou com tanto pesar não se confirma quando se verifica os dados oficiais. Portanto a sensação de insegurança transmitida pela cobertura nada tem a ver com aumento do crime.

3. CAPÍTULO METODOLÓGICO

Laurence Bardin conceitua as técnicas que utilizaremos neste trabalho, em seu livro *Análise de Conteúdo*, de 1977:

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise da comunicações.

Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (BARDIN, 1988, p. 31)

A análise de conteúdo desenvolveu-se nos Estados Unidos nas quatro primeiras décadas do século XX. A partir de trabalhos feitos com rigor científico pela Escola de

Jornalismo de Columbia, a execução de estudos quantitativos em material jornalístico se multiplicou pelo país. Bardin relata que tomou conta dos estudiosos um fascínio pela contagem e pela medida. Por ocasião das duas guerras mundiais, a técnica também foi aplicada no estudo da propaganda. A professora francesa considera Harold Lasswell, teórico que produziu análises de imprensa e propaganda, o primeiro nome que ilustra a história dessa metodologia.

Na década de 40, a ciência política foi a maior responsável pelo desenvolvimento da técnica. A autora apresenta um dado que corrobora essa afirmação: 25% dos estudos empíricos que utilizaram a análise de conteúdo pertencem a essa área, uma consequência das indagações levantadas durante a Segunda Guerra Mundial.

Em relação ao método, Bernard Berelson, auxiliado por Paul Lazarsfeld, elaborou as regras de análise. Este pesquisador é o responsável pela definição clássica: “A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo da comunicação” (BERELSON *apud* BARDIN, 1988, p. 19)

Bardin relata a preocupação dos estudiosos da época com a sistematização das amostras, a validação dos procedimentos e resultados, a fidelidade dos codificadores e a medição da produtividade da análise. Ela descreve este decênio como um período em que “as exigências de rigor e de objetividade pressentidas adquirem um caráter obsessivo, suscetível de encobrir outras necessidades ou possibilidades” (BARDIN, 1988, p. 19).

Os anos 50 são caracterizados pela difusão da técnica a novas disciplinas e pela evolução em termos metodológicos. Em relação ao primeiro ponto, a análise de conteúdo, antes limitada à sociologia, à psicologia, ao jornalismo e à ciência política, cativa pesquisadores das áreas de etnologia, história, psiquiatria, psicanálise e linguística. Quanto ao segundo, debate-se sobre análises quantitativas e qualitativas. A quantitativa registra a frequência em que aparecem certos elementos, enquanto a qualitativa considera a presença ou ausência de determinada característica em uma mensagem ou trecho.

Ocorre ainda o “desbloqueio” dessa metodologia, com a adoção de menor rigidez quanto à objetividade e com a aceitação da combinação dos dados obtidos com o que Bardin chama de “compreensão clínica”. Assim o objetivo da análise é a inferência, ou seja, a partir dos resultados, pode-se chegar às causas ou consequências de determinada mensagem. O objetivo é encontrar as condições de surgimento da comunicação, por meio de raciocínios de dedução lógica. Acrescentando este fator, a autora apresenta a definição moderna da análise de conteúdo:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1988, p. 42).

De 1960 até 1977, quando o livro foi escrito, três fenômenos afetaram a utilização da análise de conteúdo: o recurso ao computador; as pesquisas sobre a comunicação não verbal; e a inviabilidade de precisão em estudos linguísticos.

O recurso ao computador refere-se ao desenvolvimento e à utilização de computadores. Desde os anos 40, já haviam surgido o cérebro eletrônico, o transistor e os circuitos integrados, que permitiram o processamento de dados em quantidades impossíveis de se fazer manualmente. A análise automática dos resultados obrigou os pesquisadores a procederem com maior rigor, uma vez que deveriam fornecer às máquinas regras e definições precisas sobre o objeto de estudo.

Entretanto a evolução não foi apenas técnica, mas também metodológica. Além do prosseguimento dos trabalhos da década anterior, o conjunto de técnicas desenvolveu-se especialmente na semiologia (até então os sistemas de signos não linguísticos era pouco explorado) e na linguística.

Em linhas gerais, a análise de conteúdo permite a compreensão da mensagem além dos seus significados imediatos. Segundo Bardin, sua utilização serve a dois objetivos: a ultrapassagem da incerteza, ou seja, determinar se uma interpretação pessoal de uma mensagem pode ser partilhada por outras pessoas; e o enriquecimento da leitura, o que significa que conclusões tiradas de uma leitura espontânea podem ser verificadas por uma análise mais atenta, por meio de elementos de significação na mensagem que confirmem ou não esse entendimento. À análise interpretativa do pesquisador, adicionam-se processos técnicos de validação.

A autora afirma ainda que a análise de conteúdo possui duas funções: a heurística e a de administração de provas. Assim pode ser utilizada tanto para a investigação exploratória da realidade, aumentando a possibilidade de descobertas, quanto para a verificação de hipóteses, permitindo a obtenção de provas que venham ou não a confirmá-las.

Ressalte-se que as duas funções não são excludentes. Ambas podem coexistir, reforçando uma a outra. Depende da mensagem analisada e do que deseja o pesquisador. Trata-se de uma técnica que deve se adequar ao domínio e ao objetivo da pesquisa, portanto tem que ser sempre reinventada. Disso, decorre que quanto mais complexa e menos explorada

uma forma de comunicação, maior será o esforço do analista para elaborar a técnica adequada.

O campo de aplicação dessa metodologia compreende “qualquer comunicação, isto é, qualquer transporte de significado de um emissor para um receptor controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo” (BARDIN, 1988, p. 32).

Albert Kientz (1973) determina quatro regras a serem seguidas para a construção de uma análise: (1) ser objetivo; (2) ser sistemático; (3) abordar apenas o conteúdo manifesto; e (4) quantificar.

Para o autor, uma pesquisa objetiva é aquela que pode ser reproduzida e verificada a vontade. Assim qualquer pessoa que utilize os mesmos métodos deve chegar aos mesmos resultados. Portanto o sucesso nesse requisito depende da definição com clareza das categorias, escalas e critérios.

A exigência de ser sistemático consiste em “tomar em consideração tudo o que, no conteúdo, decorre do problema estudado e analisá-lo em todas as categorias retidas para fins de pesquisa” (KIENZ, 1973, p. 156). Esta regra impede que o pesquisador selecione arbitrariamente os elementos que venham a corroborar uma hipótese. Ao se deparar com um aspecto que contrarie eventuais resultados esperados, o estudioso não pode ignorar sua existência.

A regra da abordagem apenas dos conteúdos manifestos determina que análise deve recair somente sobre aquilo que está expresso. Se o pesquisador, devido a conhecimentos anteriores, sabe, por exemplo, a intenção dos emissores, deve eliminar essa informação e se concentrar apenas no objeto analisado. Entretanto o autor faz questão de ressaltar que o exame da mensagem em si mesma não significa abster-se de analisar qualquer aspecto que não esteja latente. Ao contrário, um dos objetivos da análise de conteúdo é identificar os elementos ocultos na comunicação.

A quantificação oferece rigor à análise, substituindo impressões inverificáveis por medidas precisas. Assim as mensagens são consideradas como uma “sequência de elementos isoláveis, suscetíveis de serem ordenados por categorias e tratados de maneira estatística” (KIENZ, 1973, P. 157).

Após discorrer sobre as regras para uma análise, Kientz divide seu processo em cinco etapas: (1) definir os objetivos da pesquisa; (2) constituir um *corpus*; (3) decompor o *corpus* em unidades; (4) reagrupar as unidades em categorias; e (5) tratar quantitativamente.

O autor considera que quando maior a definição dos objetivos, mais eficaz será a aplicação da análise de conteúdo. Sendo esta uma técnica onerosa, que exige tempo e energia em tarefas monótonas, como contar palavras, linhas, colunas, dentre outros elementos, a precisão na definição do que exatamente se busca evita o desperdício.

Em nosso trabalho, os objetivos são estabelecer um olhar sobre as abordagens da mídia impressa gaúcha sobre o mesmo assunto em um mesmo período, compará-las com a cobertura realizada em outros anos (2003 e 2007) e identificar a influência do contexto (eleições 2010) sobre a linha editorial dos veículos.

A constituição de um *corpus* consiste em reunir o material sobre o qual será feita a análise. Não se podendo analisar tudo, o pesquisador deve estabelecer uma amostra, dividida na escolha dos títulos, dos exemplares e dos conteúdos. Assim, quanto aos títulos, nos restringimos aos jornais *Zero Hora* e *Correio do Povo*. Quanto aos exemplares, serão analisadas as 92 edições de cada veículo no trimestre de agosto a outubro de 2010. Finalmente, quanto aos conteúdos, estudaremos os materiais publicados sobre os temas polícia e segurança pública referentes ao Brasil ou brasileiros.

A decomposição do *corpus* em unidades e seu reagrupamento em categorias é a etapa que marca a início da análise propriamente dita. Segundo Kientz, essa “primeira operação comum a toda análise consiste em decompor o material tratados em seus elementos constitutivos ou ‘itens’” (KIENZ, 1973, P. 164). Se há muita informação para análise, as unidades podem ainda ser divididas em quantas categorias forem necessárias.

Em nossa pesquisa, dividiremos o *corpus* em expressões e palavras-chave, fontes, espaço, fotos de capa e contracapa, manchetes principais de capa, manchetes secundárias de capa, chamadas de capa, manchetes de contracapa, chamadas de contracapa e mortes noticiadas.

Enfim, o tratamento quantitativo é aquilo que, segundo Kientz, permite a pesquisa ser “coroadada de êxito”. O autor cita diversos instrumentos, como a análise de frequência, análise associativa, análise avaliadora e coeficientes e índices. Para ele, a escolha depende dos objetivos da pesquisa.

4. UNIVERSO DE PESQUISA

4.1. Contexto

4.1.1. Grupo RBS

O Grupo RBS (*Rede Brasil Sul*) foi fundado em 1957, por Maurício Sirotsky Sobrinho. Sua história começa em 3 de julho de 1957, quando Sirotsky adquire a *Rádio Gaúcha*, em sociedade com Arnaldo Ballvé, Frederico Arnaldo Ballvé, Nestor Rizzo e Manoel Arroxelas Galvão.

O passo seguinte foi a inauguração da *TV Gaúcha* (hoje *RBS TV*) em 29 de dezembro de 1962. Segundo Schirmer (2002), para concorrer com a *TV Piratini*, Sirotsky apostou na produção local, em oposição à reprodução de programas das *TVs Tupi* do Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1967, a *TV Gaúcha* afilia-se à *Rede Globo*. A expansão televisiva do grupo continua em 1969, com a inauguração da *TV Caxias*. Em 1970 é adquirido o jornal *Zero Hora*.

Em 1976 começa a formação da rede de rádios FM, quando é inaugurada a *Rádio Gaúcha FM* (hoje *Atlântida*). No mesmo ano, o grupo instala um escritório em Brasília. Em 1979, são lançadas a *TV Catarinense*, emissora da *RBS TV* em Florianópolis, e a *Rádio Cidade FM*. Em 1981, é criada uma filial da *Atlântida* na capital catarinense. Em 1982, tem início a *Fundação RBS* (hoje *Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho*).

Em 1986, ano da morte de seu fundador, o grupo lança o *Diário Catarinense*, primeiro periódico impresso do grupo em Santa Catarina. Em 1992, é lançada a *NET Sul*, para operar no segmento de TV a cabo, e é incorporado o *Jornal de Santa Catarina*, de Blumenau. No ano seguinte, é comprada a folha *O Pioneiro*, de Caxias do Sul. No decorrer da década de 90, expande-se o ramo televisivo, com o lançamento das emissoras *TVCOM* e *Canal Rural*, em 1995 e 1996 respectivamente.

Em 1998, a *RBS* enfrenta uma crise. De acordo com Ferraretto, a empresa almejava “a integração dos seus investimentos tradicionais ao processo de convergência tecnológica entre comunicação de massa, telecomunicações e informática” (FERRARETTO, 2007, p.221). No ramo da internet, é adquirida a *Nutec*, logo renomeada para *ZAZ*. No de TV a cabo, é feita uma parceria com a *Globocabo*.

Nas telecomunicações, a rede alia-se à *Telefônica*. Assim em 19/06/1998 o consórcio *Telefônica Brasil Sul (TBS)* adquire o controle acionário da *Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações (CRT)*. Entretanto, na privatização da *Telebrás*, a aquisição pelo grupo espanhol da *Telesp* frustra os planos da *RBS* de comprar a *Tele Centro Sul*, uma vez que a legislação das privatizações impedia que um grupo adquirisse duas empresas no mesmo setor

de atuação (no caso, telefonia fixa). Ferraretto reproduz inclusive trecho de matéria do *Jornal do Comércio* sobre o assunto, com o título “*Telefónica* trai *RBS*”.

O lance da Telefónica de Espanha pela Telesp deixou o empresário Nelson Sirotsky, presidente da RBS, chocado e o levou a abandonar a sala da Bolsa de Valores do Rio na quarta-feira. Sócio dos espanhóis na Telefónica Brasil Sul, que controla a CRT, Sirotsky estava no Rio para adquirir as três companhias que atuam no Sul – o que a compra da Telesp impediu, apesar da proposta já apresentada (FERRARETTO, 2007, p.222).

Schirmer revela que o investimento feito na *NET Sul* seria solucionado com a fusão da empresa com a *CRT* e a *Tele Centro Sul*. Conforme Ferraretto, o fracasso do negócio causou a demissão de 275 dos 6.300 funcionários, em setembro de 1998. Para saldar os compromissos, foram vendidas a participação do grupo na *BCP* de São Paulo, o *ZAZ* (para a própria *Telefónica*), e ações da *NET Sul* (com a *Globocabo* passando a deter 90% do seu controle acionário).

Em 2000 são inaugurados o *Diário Gaúcho*, jornal popular distribuído em Porto Alegre e região metropolitana, o portal *ClicRBS*, a *TVCOM* Florianópolis e a *RBS Publicações*. No ano seguinte, começa a operar a *ViaLOG*, empresa de logística. Em 2002, são lançados o jornal *Diário de Santa Maria* e a gravadora *Orbeat Music*. Em 2003 e 2004, a rede de rádios se expande, com a formação da *Rede Itapema FM* e a incorporação da *Metrô FM*. Em 2005, é adquirido o *Kzuka*, empresa de marketing e relacionamento voltado ao público jovem e que hoje dá nome a um caderno de *ZH*. Em 2006, são lançados o jornal popular *Hora de Santa Catarina* e o portal *Hagah*, e é adquirido o impresso *A Notícia*, de Joinville.

Os anos de 2007 e 2008 marcam a inauguração dos portais com as versões digitais de *Zero Hora*, *A Notícia* e *O Pioneiro*. Ainda em 2008, a *Rádio Gaúcha* passa a transmitir também em FM, a *RBS TV* lança seu sinal digital e são adquiridos os portais *ObaOba* e *Guia da Semana*. Em 2009 e 2010, são inaugurados o *Parque Gráfico Nelson Sirotsky*, os sites da *Rádio Gaúcha*, do *Diário Gaúcho* e do *Canal Rural*, e os portais *Pense Carros*, *Eu Comparo* e *Desejomania*.

A plataforma multimídia do *Grupo RBS* inclui (dentre veículos que opera diretamente e contratos de afiliação) 18 emissoras de TV aberta afiliadas à *Rede Globo*, 2 emissoras de TV locais, 24 emissoras de rádio, 8 jornais, 7 portais de internet, 1 empresa de eventos, Operação mobile marketing, Operação segmento rural, Operação segmento jovem,

Operação e-business, 1 editora, 1 gravadora, 1 empresa de logística e a *Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho*⁵.

4.1.2. Zero Hora

A criação de *Zero Hora* está ligada à instauração do Regime Militar, porém sua origem está no periódico *Última Hora*. Segundo Antonio Hohlfeldt e Carolina Buckup, este jornal surgiu de um casamento de interesses entre Getúlio Vargas e Samuel Wainer. De uma entrevista realizada na fazenda do ex-presidente em São Borja, em que é antecipada a candidatura do então Senador à Presidência da República, nasce um projeto.

Wainer precisava de um financiador para deixar de ser um jornalista proletário e tornar-se um empresário da comunicação Vargas necessitava de uma voz para atingir as classes populares. Então o jornal é lançado no Rio de Janeiro em 12 de junho de 1951. Suas características: o nacionalismo, o populismo e o sensacionalismo:

Na verdade, conceitos que não chegam a se opor completamente, eis que atuam em diferentes faixas epistemológicas: o nacionalismo enquanto uma ideologia política; o populismo enquanto uma prática política; e o sensacionalismo enquanto uma práxis comunicacional, capaz de viabilizar, mediante a legitimação das massas de seus leitores, tanto um quanto o outro. Em nome do nacionalismo, *Última Hora* defendeu causas como a criação da Petrobrás; em nome do populismo, manobrou à vontade a perspectiva governamental com que traduzia os acontecimentos para seus leitores; em nome do sensacionalismo, revelou jornalistas, desenvolveu técnicas editoriais e inovou na linguagem jornalística.⁶

Os autores relatam que uma novidade apresentada pelo *Última Hora*, em relação aos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, foi a regionalização. Assim foram lançadas versões do jornal em São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Curitiba e Porto Alegre.

Rüdiger (1993) destaca que o periódico “não somente lançou a imprensa popular, como renovou os padrões gráficos e noticiosos do jornalismo gaúcho”. Acrescenta que o *Última Hora* desenvolveu um “jornalismo engajado na política populista da época, mas rico em conteúdo informativo e editorial”.

No Rio Grande do Sul, a publicação existiu de 15 de fevereiro de 1960 a 25 de abril de 1964. Com o golpe militar, o jornal foi ocupado e deixou de rodar. Voltou cerca de um mês

5 Disponível em <www.rbs.com.br>. Acessado em 02/06/2011.

6 HOHLFELDT, Antônio; BUCKUP, Carolina. O Sonho de Wainer: O projeto nacional de *Última Hora*. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/al260220033.htm>. Acessado em 14/03/2011

depois, sob a direção de Ary de Carvalho e com outro nome: *Zero Hora*. Sua primeira edição circulou em 4 de maio de 1964, com o seguinte editorial:

“Servir ao povo é o nosso lema”

Nasce hoje um novo jornal, autenticamente gaúcho. Democrático. Sem compromissos políticos. Nasce com um único objetivo: servir ao povo, defender seus direitos e reivindicações, dentro do respeito às leis e às autoridades.

O aparecimento de *Zero Hora*, totalmente desligada da Rede Nacional de jornais que anteriormente editava Última Hora, somente foi possível com a compra do controle acionário da Editora Flan S.A. por um grupo de representantes das diversas classes sociais.

A par de sua orientação, *Zero Hora* se manterá na linha de defesa dos princípios cristãos e de apoio a todos que, sem medir esforços ou sacrifícios, lutam para impedir a implantação em nosso país de ideologias contrárias às nossas tradições democráticas.

Zero Hora conserva alguns redatores e colunistas do jornal anterior, pela posição que esses profissionais desfrutam na imprensa gaúcha, bem como nomes realmente expressivos e já consagrados pelo público.

Ao entregar o 1º exemplar de *Zero Hora*, queremos agradecer às agências de publicidade e a todos anunciantes que prestigiam o lançamento deste jornal. Ao mesmo tempo, asseguramos aos leitores dar o máximo de nossos esforços para manter a melhor qualidade possível ao novo rebento da imprensa gaúcha.

De 1966 a 1970, ZH cresceu em tamanho, de 24 para 64 páginas, e passou de vespertino para matutino. Em 1968, ganhou uma nova sede na Avenida Ipiranga e, no ano seguinte, deixou de ser impresso nas oficinas dos Diários associados para inaugurar seu próprio parque gráfico. Foi o primeiro jornal da Região Sul a adotar a tecnologia *off-set* de impressão.

Em 21 de abril de 1970, foi adquirido por completo por Maurício e Jaime Sirotsky. Segundo Schirmer (2002), desde 1967 os irmãos detinham metade das ações do jornal, mas sua participação limitava-se à indicação do gerente comercial, com Ary de Carvalho exercendo a direção. Ocorreu que a instalação do parque gráfico e a construção da nova sede levaram a empresa à beira da insolvência. Assim os sócios determinaram o prazo de um mês para que um dos lados assumisse o controle, com prioridade para Carvalho. Com o insucesso deste em captar os recursos necessários, os irmãos Sirotsky assumiram a empreitada, colocando seus próprios bens como garantia das dívidas.

O autor relata inclusive que, diante da situação pré-falimentar por que ZH passava por volta de 1971, seus donos (por intermédio de Antônio Mafuz, da *MPM Propaganda*) ofereceram o jornal a Breno Caldas. Este recusou, entre outras justificativas, porque “o *Correio* já se acostumou a ver desaparecer os jornais que tentam lhe fazer concorrência. Vou esperar para assistir ao fim de mais este” (SCHIRMER, 2002, p. 72).

Após fracassarem também em atrair o *Grupo Abril*, de São Paulo, os proprietários recuperaram *Zero Hora* com o apoio da Rádio e TV *Gaúcha*. A integração do veículo à *RBS* deu-se por meio de uma mudança estrutural e visual: o azul foi retirado do logotipo, e o sensacionalismo refreado, com o abandono do sangue nas matérias de capa. Um exemplo da integração de *ZH* com os outros veículo da casa foi a criação do programa *Sala de Redação*, transmitido diretamente da redação de *Zero Hora*

Em 28 de março de 1973, a sede do jornal é atingida por um incêndio. As chamas se originaram no térreo e alcançaram o segundo e o terceiro andar. Foram atingidas áreas administrativas, a redação e estúdios da *Rádio Gaúcha*. Schirmer (2002) relata que a rotativa e os equipamentos de composição foram salvos, mas boa parte do acervo fotográfico se perdeu, incluindo negativos do *Última Hora*. Naquela madrugada, com o apoio do Jornal do Comércio, para onde se dirigiram jornalistas e gráficos, foi rodada um edição com o material já produzido até a hora do incêndio, que trazia a manchete “Incêndio não parou jornal”.

Em 14 de outubro de 1974, começa a circular o tabloide *Hoje*, um vespertino criado para concorrer com a Folha da Tarde. Embora tenha durado apenas nove meses (sua última edição saiu em 9 de julho de 1975), Schirmer considera sua extinção um marco na qualificação de *Zero Hora*, pois a equipe desta folha, formada por profissionais recrutados na Caldas Júnior e em sucursais de jornais de Rio de Janeiro e São Paulo, migrou para *ZH*.

No final da década de 70, é lançado o caderno de classificados, um sucesso tão grande que o veículo do Grupo RBS tornou-se em três anos o jornal brasileiro com maior resposta em classificados. Madruga Duarte, diretor comercial de *Zero Hora* de 1975 a 1988, conta que acompanhou o trabalho do *Miami Herald* no segmento e voltou para o Brasil com uma cópia do manual de operação do veículo norte-americano:

Tendo esse manual como guia, partimos para a batalha, com o lançamento do primeiro caderno em março de 1979. O *Correio* não dava comissão para agência, nós passamos a dar. O *Correio* só tinha a loja central, nós passamos a ter 40 pontos-de-venda e vendedores autônomos. Eles não tinham telefone para anúncios, *Zero Hora* conseguiu da CRT um número de três dígitos – 139 – para receber anúncios. Começamos cobrando um terço dos preços do *Correio*, projetando conquistar 15% do mercado em um ano, 20% no segundo, 25 no terceiro e 40% no quarto. Pois nosso sucesso foi tão espetacular que chegamos aos 15% em três meses, a mais de 50% no primeiro ano, no segundo alcançamos o concorrente que superamos no terceiro. E em 1984 o velho *Correio do Povo* faliu e deixou de circular. (SCHIRMER, 2002, p. 94)

Desde a crise do *Correio do Povo*, *Zero Hora* consolidou-se como principal jornal do Rio Grande do Sul. Em 2010, apresentou uma circulação média de 184.663 exemplares, o que o credencia como o sexto maior do Brasil⁷.

⁷ Fonte: site da Associação Nacional de Jornais (ANJ).

4.1.3. Grupo Record

A *Rede Record* estabeleceu-se no Rio Grande do Sul em 2007, com a aquisição das Rádios e da TV *Guaíba* e do jornal *Correio do Povo*.

Fundada por Paulo Machado de Carvalho a *TV Record* foi inaugurada às 20 horas de 27 de setembro de 1953. Foi a segunda emissora do Brasil a entrar no ar (três anos após a *TV Tupi*) e é a mais antiga ainda em funcionamento no Brasil.

A emissora consolidou-se como a principal do Brasil até a ascensão da *Globo* na década de 70. Nos anos 80, diante da impossibilidade de voltar a crescer com recursos próprios, os donos entram em sociedade com Sílvio Santos, que passa a deter 50% das ações. Assim a *Record* começa a operar em conjunto com a *TVS* do Rio de Janeiro (hoje *SBT*). Antonio Carlos Bellini (1999) afirma que a *Record* chegou ao fim da década sem apresentar lucro nem prejuízo. Segundo o autor, “de um lado, a família Machado de Carvalho luta contra a falta de recursos e procura conservar os pontos do Ibope. Do outro, Sílvio Santos, que já tem a *TVS* numa posição satisfatória no ranking das emissoras de TV, não tem interesse em investir na *Record*.”

Então, em 9 de novembro de 1989, a emissora é adquirida por Edir Macedo. Douglas Tavolaro (2007), autor da biografia do empresário, relata que o negócio que esteve ameaçado até o Presidente Collor de Mello assinar a renovação da concessão, no final de 1992.⁸

Em 2004, a emissora reformula sua grade de programação e adota o modelo consagrado pela Rede Globo, com investimentos em novelas e jornalismo. Assim consolida-se com a segunda maior rede do país.

Encabeçada pela *Rede Record*, a Central Record de Comunicação inclui mais duas emissoras de televisão: Rede Família e Record News; quatro rádios: Rádio Record, de São Paulo, Guaíba AM e FM, de Porto Alegre e Rádio Sociedade, de Salvador; dois jornais impressos: o gaúcho *Correio do Povo* e o mineiro *Hoje em Dia*; o portal de internet *R7*; e as empresas *Record Entretenimento* (entretenimento e licenciamento), *Record Produções* e *Gravações* (gravadora), *Banco Renner* (detém 40% das ações) e *Record Trips* (turismo).

4.1.4. Correio do Povo

A fundação do *Correio do Povo* está ligada à ascensão do jornalismo que Rüdiger (1993) classifica como informativo moderno. Este modelo possui duas características

8 Decreto s/nº de 30/09/1992, disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/Anterior%20a%202000/1992/Dnn1092.htm>. Acessado em 02/06/2011

principais. A primeira é o caráter noticioso do jornalismo, cuja proposta é apresentar notícias em vez de artigos políticos, independência que amplia o público-leitor em potencial. O autor ressalta que, nesta época, surgiram diversas folhas com essa proposta, notadamente o *Jornal do Comércio*, do qual o CP copiou a fórmula

Assim em 1º de outubro de 1895 circula sua primeira edição. Rüdiger transcreve texto que apresenta o novo jornal:

Como seu título indica, será uma folha essencialmente popular, pugnando pelas boas causas e proporcionando aos seus leitores informações detalhadas sobre tudo quanto há diariamente ocorrendo no desenvolvimento do nosso meio social e nos domínios da alta administração pública do Estado e do País. Este jornal vai ser feito para toda a massa, não para determinados indivíduos de uma única facção. (RÜDIGER, 1993, p. 58)

Galvani reproduz outro excerto:

O *Correio do Povo* será noticioso, literário e comercial, e ocupar-se-á de todos os assuntos de interesse geral, obedecendo à feição característica dos jornais modernos e só subordinando os seus intuitos às aspirações do bem público e do dever inerente às funções da imprensa livre e independente

[...]

Em política – somos pela República – e só alimentamos as aspirações patrióticas de vê-la pujante, amada e próspera, capaz de fazer a felicidade deste grande país, fadado aos mais altos destinos.

Independente, nobre e forte – procurará sempre sê-lo o *Correio do Povo*, que não é órgão de nenhuma facção partidária, que não se escraviza as cogitações de origem subalterna.. (GALVANI, 1995, p. 47)

A segunda característica foi a que permitiu ao *Correio do Povo* assumir a liderança do mercado em menos de duas décadas: a postura empresarial na condução do negócio. Segundo Rüdiger, enquanto os outros jornais apresentavam um caráter diletante e estatutário, bastando que não dessem prejuízo, Caldas Júnior promoveu sucessivos investimentos na estrutura tecnológica e administrativa. Assim, em 15 anos, a tiragem do jornal passou de mil para dez mil exemplares, graças à modernização das oficinas, que levaram à redução dos custos e ao aumento da produtividade. Em 1910, montou a primeira impressora rotativa e os quatro primeiros linotipos do Rio Grande do Sul. Em 1920, a tiragem chegou a 20 mil exemplares.

Caldas Júnior faleceu em 9 de abril de 1913. O comando ficou com a viúva Dolores Alcaraz Caldas, em um período marcado por dificuldades financeiras. Galvani (1995, p. 190) relata um fato curioso, causado pelo vazio deixado pelo fundador: o comando da redação foi dividido entre Emílio Kemp e Francisco de Leonardo Truda. A cada dia, um deles chefiava a redação. Esta situação permaneceu até 1920 quando Kemp deixou o emprego para fundar o A

Manhã, que durou pouco tempo. Só então Truda teve seu nome estampado na capa do jornal como redator-chefe. Ele deixou o cargo em 14 de agosto de 1924, quando foi comandar o *Diário de Notícias*, que se tornaria o segundo maior do Estado.

Em 1923, Alexandre Alcaraz assume a direção do jornal, após firmar sociedade com a viúva que durou até 1925. Neste mesmo ano, Fernando Caldas, filho do fundador, deixa *O Estado de São Paulo* e assume como redator-chefe do *Correio*. Em 1º de outubro de 1925, na comemoração dos seus 30 anos, o *CP* anuncia que firmou contrato para construção de uma rotativa com capacidade de produzir edições com até 48 páginas (contra 16 da antecessora) e de imprimir em duas cores. Este formato estrearia em preto e vermelho no aniversário de 33 anos, quando, com a volta de Alcaraz para o Rio de Janeiro, Fernando Caldas já havia tornado-se diretor (desde 1º de junho de 1927).

Fernando Caldas ocupou o posto até 8 de agosto de 1929. Foi quando assumiu Fábio de Barros, tendo Breno Alcaraz Caldas, aos 19 anos de idade, como redator-chefe. Barros permaneceu até 25 de junho de 1930. Alexandre Alcaraz retornou ao cargo, dividindo a direção com André Carrazzoni até 18 de dezembro de 1935, quando Breno Caldas tornou-se sócio da empresa e diretor, funções que ocupou até a derrocada do jornal em 1984.

Rüdiger esclarece que, a despeito de apresentar-se como neutro, o *Correio do Povo* nunca foi apolítico. Na década de 30, entrou em conflito com o governador Flores da Cunha, ao apoiar o modelo de desenvolvimento varguista. Galvani também aborda este aspecto, tratando do apoio do jornal à Aliança Liberal, de Getúlio Vargas e João Pessoa, nas eleições presidenciais de 1930, inclusive com o aporte de altas somas à campanha. Graças a esse patrocínio, 1929 e 1930 foram os únicos anos em que o *CP* teve prejuízo, até sua falência na década de 80.

Em 1936, é criada a *Folha da Tarde*, inspirada nos tabloides vespertinos de Buenos Aires e Londres. Galvani (1995, p. 325) relata que, já com toda a equipe formada, Érico Veríssimo foi convidado para a direção. Só não assumiu o cargo porque a Editora e Livraria do Globo cobriu a proposta. Assim o posto acabou com Viana Moog. O impresso começou a circular numa segunda-feira, 27 de abril, porém sua estreia foi um fiasco, uma vez que, programado para sair às seis da tarde, somente circulou às onze da noite.

Segundo Rüdiger (1993), a criação da *Folha da Tarde*, se deu em um espaço deixado pela concorrência. Em 1930, Ângelo Flores da Cunha fundou a *Cia. Jornalística Rio-grandense* e lançou o *Jornal da Manhã*. Um ano depois estreou o vespertino *Jornal da Noite*. Quando de sua criação, ambos tinham caráter noticioso e independente. Entretanto, com a alteração da conjuntura política, os veículos da empresa passam a sustentar os interesses do

governador Flores da Cunha (irmão do proprietário), contra Getúlio Vargas. Assim Breno Caldas aproveita-se da ociosidade de suas máquinas e do vazio de um vespertino independente no mercado para lançar a nova folha.

Em 1945, ano de seu cinquentenário, o *Correio do Povo* se mudou, da Rua dos Andradas, para o Edifício Hudson, na Rua Paissandu, rebatizada para Caldas Júnior, onde permanece até hoje. Em 30 de abril de 1957 foi inaugurada a *Rádio Guaíba*, que já operava em caráter experimental desde o final do ano anterior. Em 1958, a emissora foi primeira do Rio Grande do Sul a transmitir uma Copa do Mundo.

O golpe de 64 contou com apoio ostensivo do *Correio do Povo*, inclusive com a publicação de editoriais explicando as razões da “Revolução Redentora”. Luiz Cláudio Cunha explica as razões do proprietário do jornal:

Breno Caldas cultivava uma previsível hostilidade contra as reformas de base de João Goulart e antipatia ainda maior contra o cunhado do presidente, Leonel Brizola – que na crise de 1961 requisitou a sua rádio Guaíba para montar em torno dela a “Rede da Legalidade” que breou o golpe militar e garantiu a posse de Jango.⁹

Cunha ainda acrescenta que o empresário tinha relação estreita com primeiro Ministro do Exército do regime, Costa e Silva, uma vez que ambos eram criadores de cavalos. Quando Francisco Antônio, filho de Breno, ingressou no serviço militar, foi requisitado pelo futuro Presidente da República para ser seu motorista particular.

Em 1967, a *Folha da Tarde* implementou a revolução gráfica iniciada por jornais do centro do país, com a uso da diagramação, divisão em editorias, implantação da pauta e produção de reportagens investigativas. No mesmo ano, as vendas do vespertino superaram a do próprio *Correio*. Com a mesma orientação visual, em 12 de março de 1969 começa a circular o tabloide *Folha da Manhã*, que apresentava linguagem cotidiana e posição ideológica mais à esquerda, em relação ao principal veículo da empresa (especialmente sob a direção de Ruy Carlos Ostermann). Durou até 28 de março de 1980. Galvani relata que Breno Caldas sempre repudiou a “Folhinha”, por não ser criação sua e ter lhe sido imposta.

Em 20 de setembro de 1972, a Polícia Federal apreendeu toda a tiragem do *Correio do Povo*, por causa da publicação de notícia sobre censura à imprensa. Em 10 de março de 1979 entrou no ar a *TV Guaíba*. Em 6 de março de 1980, foi inaugurada a *Rádio Guaíba FM*.

O início da década de 80 foi marcado pela crise financeira da empresa, devido ao seu endividamento. Galvani cita levantamento de 24 de janeiro de 1983, quando os compromissos

9 CUNHA, Luiz Cláudio. *Ventos da mídia na tormenta de 1964*. Disponível em <www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=574AZL002> . Acessado em 03/05/2011.

já superavam 11,6 milhões de dólares. Em 4 de fevereiro daquele ano, o *Banrisul*, então maior credor, entrou com uma ação de execução. A Companhia enfrentou inclusive uma greve por atrasos de salários, de 12 de dezembro de 1983 até fevereiro de 1984. Então, em 16 de junho de 1984, um sábado, o *Correio do Povo* circula pela última vez como propriedade de Breno Caldas.

“Fiz uma porção de investimentos ao mesmo tempo. Comprei todo o equipamento gráfico – disse Breno Caldas numa entrevista 'depois da queda' em setembro de 1987 –, acabei com as linotipos, fiz ampliações da rotativa, construí o prédio novo para a rotativa, fiz a TV, construí o prédio da TV. Isso não se monta com conversa, isso se faz com dinheiro. Então tirei dinheiro nos bancos.” (GALVANI, 1995, P. 437)

A falência da *Caldas Júnior* foi decretada em 30 de setembro de 1985, um dia antes do seu aniversário de 90 anos. Apesar disso, relata o autor, a Rádio e a TV não deixaram de funcionar, uma vez que eram entidades jurídicas diferentes. Dessa forma, os veículos não formavam formalmente um grupo de comunicação. O processo trouxe a público que o maior credor da empresa não era a *Caixa Econômica Federal*, como se especulava na época, nem qualquer outro banco, mas o próprio Breno Caldas.

Em 4 de maio de 1986, faltando dois dias para o leilão dos prédios da Caldas Júnior, Renato Bastos Ribeiro fechou a compra de 68% da *Empresa Jornalística Caldas Júnior*, 98% da *Rádio Guaíba S/A* e 99% da *Televisão Guaíba*. Segundo o próprio empresário, em entrevista a Galvani (1995, p. 509), o valor do investimento foi de 20 milhões de dólares. Ribeiro, que atuava no setor da agroindústria, decidiu entrar no ramo da comunicação após ser alvo de reportagens que o acusavam de fraudes.

Em 1º de junho de 1986 circulou uma edição especial, com a manchete “Renasce o Correio do Povo”, feita para garantir a posse do título. Foi distribuída gratuitamente com uma tiragem de cem mil exemplares. Dois dias depois, o mesmo foi feito com a *Folha da Tarde*.

Saíram ainda mais duas edições “piloto”, em 15 de junho e 16 de julho, até o retorno definitivo do jornal em 31 de agosto. Inicialmente foram mantidos o formato e a linha editorial. Pouco depois, porém, foi promovida uma mudança com o objetivo de reduzir custos e tornar o produto viável economicamente. A partir de 27 de maio de 1987, foi adotado o formato tabloide. As edições diminuíram para 24 páginas. Os textos também foram encurtados. O valor da assinatura foi reduzido a um valor simbólico.

Breno Alcaraz Caldas faleceu em 10 de setembro de 1989. Em 1994, ao entrar em seu centésimo ano, o *Correio do Povo* já possuía uma redação totalmente informatizada e 193

mil assinantes¹⁰. Em 1996, a aquisição de quatro novas rotativas, com transmissão via satélite permitiu a impressão simultânea em três parques gráficos: Porto Alegre, São Sepé e Carazinho. Em 1997, o Correio foi o primeiro a disponibilizar suas edições integralmente na internet.

Em 12 de março de 2007, o jornal foi comprado pelo *Grupo Record*, de Edir Macedo, que no mês anterior já havia adquirido as rádios e a TV *Guaíba*. Em 2009, o portal do Correio do Povo na internet ganha uma equipe e passa a produzir material próprio.

Em 1º de outubro de 2010, na comemoração dos seus 115 anos, começa a ser publicado com um novo projeto gráfico, totalmente em cores. Para tanto, foram adquiridas, dentre outros equipamentos, 25 novas unidades de impressão dos norte-americanos *Washington Post* e *Miami Herald*, com capacidade para impressão de 64 páginas coloridas (até então só era possível imprimir 32, sendo 8 em cores). O investimento nos parques gráficos foi de 5,2 milhões de dólares¹¹.

Em 2010, apresentou uma circulação média de 157.409 exemplares, o que o credencia como o segundo maior do Rio Grande do Sul e oitavo do Brasil¹².

4.1.5. Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul é o Estado mais ao sul do Brasil. Apresenta os seguintes limites e fronteiras: Santa Catarina ao Norte, Uruguai ao Sul, Oceano Atlântico a Leste e Argentina a Oeste. Segundo o IBGE, possui uma área de 281.748,538 Km²¹³, dividida em 496 municípios e habitada por uma população de 10.695.532. Esta é formada por 5.205.705 (48,67%) homens e 5.489.827 (51,33%) mulheres. No meio urbano, vivem 9.102.241 pessoas (85,1%), e, no meio rural, 1.593.291 (14,9%)¹⁴.

O RS possui um Produto Interno Bruto de quase 200 milhões de reais, que representa uma participação de 6,6% no PIB nacional e coloca o Estado como a quarta maior economia do país¹⁵. Ostenta, ainda, segundo dados de 2009, a menor taxa de mortalidade infantil (12,7%), a terceira maior Esperança de vida ao nascer (75,5 anos) e a quarta menor taxa de analfabetismo (4,6%) do Brasil¹⁶.

10 Fonte: Galvani (1995), p. 558.

11 Fonte: Correio do Povo, 01/10/2010.

12 Fonte: site da Associação Nacional de Jornais (ANJ).

13 Fonte: IBGE, Resolução nº 05 de 10/10/2002

14 Fonte: IBGE, Primeiros Resultados do Censo 2010.

15 Fonte: IBGE, Contas Regionais do Brasil 2004-2008

16 Fonte: IBGE, Síntese dos Indicadores Sociais 2009

4.1.6. Eleições 2010

As eleições gerais brasileiras de 2010 ocorreram em 3 de outubro, em primeiro turno, e 31 do mesmo mês, em segundo turno. Os brasileiros foram às urnas para eleger *1 Presidente da República, 27 governadores, 54 senadores, 513 deputados federais e 1049 deputados estaduais.*

4.1.6.1. Eleição presidencial

O pleito reuniu nove candidatos, três deles alcançando mais de 2% dos votos no primeiro turno: Dilma Rouseff (PT) obteve 46,91% dos votos válidos, José Serra (PSDB), 32,61% e Marina Silva (PV), 19,33%. A candidata petista foi eleita em segundo turno com 56,05%, contra 43,95% de seu adversário tucano¹⁷.

O programa de governo da presidente eleita foi consolidado e resumido no documento “Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira”¹⁸. O tópico número 12 é intitulado “Garantir a segurança dos cidadãos e combater o crime organizado”. Segundo o texto, este compromisso será honrado com “a articulação entre a repressão qualificada e inteligente ao crime, a implementação de programas sociais com foco no jovem e a mobilização da sociedade”.

Dentre as ações prometidas, estão capacitação dos agentes de segurança; integração das polícias e dos sistemas de informação; ampliação dos Territórios da Paz e das Unidades de Polícia Pacificadora; fortalecimento da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança Pública, para o combate ao crime organizado, à lavagem de dinheiro e, juntamente com as forças armadas, a defesa das fronteiras. Garante, ainda, que prosseguirá nos esforços para mudar a lei processual penal e promover uma reforma radical no sistema penitenciário.

José Serra baseou sua campanha na criação do Ministério da Segurança Pública. Em seu programa de governo, apresenta, em tom catastrófico, números que justificam sua criação:

Todos os anos, mais de 80 mil pessoas morrem de forma violenta em nosso país. São pelo menos 220 pessoas por dia. É como se caísse um grande avião por dia. Destas 100 mil, 45 mil pessoas são assassinadas e milhões são vítimas de crimes como furto, roubo e sequestro.
[...]

17 Fonte: TSE

18 Disponível em <www.pt.org.br/portalpt/dados/bancoimg/c110110144818BookOs13compromissoBaixa25-10-10-1%5B2%5D.pdf>. Acesso em 02/06/2011

Além do custo inestimável e da dor das famílias que perderam seus entes queridos, o país perdeu 5% do PIB (segundo estudo do IPEA: 5,09%) com os custos ligados à toda esta violência.¹⁹

Não obstante os tons das campanhas serem opostos, muitas das propostas são semelhantes. Dentre as ações listadas estão o não contingenciamento de verbas da área; controle das fronteiras; investimento nas polícias (treinamento, controle de armas, melhor gestão, maiores salários); atuação na prevenção da violência; investimento em tecnologia, informação e inteligência; criação do Programa Nacional de Apoio às Vítimas; construção de presídios; aprimoramento da regulamentação da segurança privada. Outra proposta é a ampliação do tempo de internação de menores infratores, inclusive com a transferência para presídios de adultos quando completada a maioridade.

Dilma trata a segurança como um problema que está sendo vencido; Serra, como uma área à beira do caos. Embora muitas propostas se repitam nos dois programas de governo, também há diferenças. O petista se propõe a combater as causas e as consequências da violência, mesclando ações sociais com o combate ao crime (mesmo assim, quase todas as ações listadas referem-se à repressão). Já o do PSDB tem forte apelo na classe média, com foco nas vítimas de crimes e na punição aos delinquentes.

O programa de Marina Silva se debruça menos sobre a segurança pública, em relação aos dois candidatos que disputaram o segundo turno. Em dois parágrafos, propõe uma reestruturação do setor, “combinando a mudança do modelo policial com o investimento em políticas intersetoriais preventivas”²⁰. Apresenta propostas genéricas. Propõe ações como a unificação da carreira, com salários dignos, colaboração entre as esferas de governos e interação participativa com a sociedade. Pretende, ainda, discutir a política de drogas e investir em esclarecimento, prevenção e tratamento de dependentes, bem como focalizar o problema das armas e do crime organizado.

4.1.6.2. Eleição ao Governo do Rio Grande do Sul

A disputa estadual mobilizou nove postulantes, três deles alcançando mais de 2% dos votos válidos. Tarso Genro (PT) foi eleito com 54,35%. José Fogaça (PMDB) atingiu 24,74%. A governadora Yeda Crusius não conseguiu a reeleição, obtendo 18,4%.

19 *Programa de Governo José Serra: Uma Agenda para o Desenvolvimento Sustentável do Brasil*, p. 215. Disponível em < i0.ig.com/eleicoes2010/programa_governo_serra/programa_governo_serra.pdf >. Acessado em 02/06/2011

20 *Juntos pelo Brasil que queremos: diretrizes para programa de governo da candidatura Marina Silva para a Presidência da República*, p. 27. Disponível em <www.minhamarina.org.br/blog/wp-content/uploads/2010/06/Plano-de-Governo-PV.pdf>. Acessado em 02/06/2011.

O programa de governo de Tarso Genro²¹ traz como principal proposta a implantação de uma versão estadual do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), implantado em sua gestão no Ministério da Justiça. As propostas seguem a mesma linha de combinar prevenção e repressão ao crime do programa de Dilma Rousseff, entretanto lista propostas concretas também na prevenção, como programas de geração de renda para apenados e egressos das prisões, ações de reinclusão social e aplicação de penas alternativas. O documento ainda dedica parágrafos a temas que foram recorrentes na campanha, como o combate ao crack e a reestruturação do sistema prisional.

Em entrevista ao *Correio do Povo*, publicada em 23 de setembro (que iniciou um painel com todos os candidatos ao Piratini), o petista sustenta que a resolução dos problemas da segurança passa pelo tripé qualificação profissional, prevenção da criminalidade e repressão das quadrilhas organizadas. Suas diretrizes para a execução são a criação de gabinetes integrados para reunir as corporações; treinamento e organização dos agentes; e políticas para tirar os jovens do narcotráfico em áreas vulneráveis, como cursos profissionalizantes, esporte e cultura. Tarso ainda cita o uso da tecnologia para o monitoramento, como a utilização de câmeras de vigilância.

José Fogaça, cuja entrevista foi veiculada em 24 de setembro, propõe o aumento dos efetivos policiais e o reordenamento do sistema prisional, por meio da construção de presídios. Para a ressocialização dos detentos, sugere a regionalização das casas de detenção, para que o preso seja encarcerado próximo de seus familiares, bem como programas de formação educacional e profissional.

O jornal detalha as diretrizes do plano de governo do candidato para a área²²: meta de três policiais para cada mil habitantes; recuperação e modernização da estrutura do policiamento preventivo; ampliação do quadro de delegados e investigadores; zerar o déficit de dez mil vagas nas cadeias; reinserção dos detentos no mercado de trabalho; prevenção do uso de álcool e drogas; e recuperação de menores infratores em parceria com o setor privado.

No plano de governo registrado no TRE²³, Yeda Crusius optou por divulgar as realizações de seu governo. A candidata destaca a importância da prevenção da violência, em conjunto com a repressão, com a participação de diversas secretárias, de forma integrada. Cita

21 Disponível em <www.tarso13.com.br/wp-content/uploads/2010/07/programa-de-governo.pdf>. Acessado em 02/06/2011.

22 *Rio Grande do Sul: A mudança se faz com todas as forças: plano de governo fogaça/pompeo 2010-2014.*

23 Coligação Confirma Rio Grande: diretrizes para o segundo governo Yeda Crusius. Disponível em <divulgacand2010.tse.jus.br/divulgacand2010/jsp/abrirTelaDetalheCandidato.action?sqCand=210000001294&sgUe=RS#>. Acessado em 02/06/2011

como exemplo o “Projeto Prevenção da Violência”, com participação das pastas de Segurança, Justiça e Desenvolvimento Social, Educação e Saúde.

No Correio do Povo de 25 de setembro, a governadora também defende a prevenção, exemplificada por seu programa que oferece uma bolsa a menores infratores para que eles deixem a Fase e não venham a reincidir. Yeda afirma que, após contratar mais de oito mil policiais, pretende valorizar a carreira com melhores salários. Assim como o candidato do PMDB, defende a construção de presídios e a inclusão social do preso e tem como meta o déficit zero. A governadora garante que as iniciativas de seu governo “têm refletido na diminuição da sensação de insegurança por parte da comunidade rio-grandense”.

4.2. Análise da cobertura de polícia e segurança pública no período eleitoral

4.2.1. Análise isolada

4.2.1.1. Expressões e palavras-chave

Com a análise das expressões e palavras-chave empregadas pelos jornais nos títulos, verificamos o enfoque da cobertura.

4.2.1.1.1. Zero Hora

Expressões e palavras-chave utilizadas nos títulos dos textos sobre os temas polícia e segurança pública em agosto, setembro e outubro de 2010.

TABELA 7 – Expressões e palavras-chave mais utilizadas por *Zero Hora*

Expressão/palavra-chave	Ocorrências	Expressão/palavra-chave	Ocorrências
Preso(a,s)	68	Agência(s) (alvo de assalto)	5
Suspeito(a,s)	52	Albergue(s)	5
Morte(s)	49	Caso Elizeu	5
Polícia	44	Confessa	5
Morto(a,s)	29	Delegado (vítima)	5
PF	25	Detento(s)	5
BM	24	Executado(s)	5
Crack	24	Furto	5
Baleado(a)	21	Impunidade	5
Crime(s)	21	Menino(a) (vítima)	5
Justiça	21	Mulher(es) (suspeita)	5
Assalto(s)	20	Semiaberto	5
Ataque(s)	20	Sumiço	5
Ladrão(s)	20	Acusado	4
Prisão(s)	20	Adolescente(s) (suspeitos)	4
Droga(s)	19	Agressão	4

Expressão/palavra-chave	Ocorrências	Expressão/palavra-chave	Ocorrências
Homem(s) (vítima)	18	Agricultor (vítima)	4
Assassinado(a)	17	Alvo	4
Jovem(s) (vítima)	16	Apreensão	4
Policial(s)	16	Armado(a,s)	4
Mata(m)	15	Arromba(m)	4
Arma(s)	14	Assalta(m)	4
Corpo	14	Assalto a banco	4
Matar	14	Atacado(a,s)	4
PM(s)	14	Câmeras	4
Tráfico	14	Carro(s) (objeto de roubo)	4
Assassinato(s)	13	Casa Militar	4
Garoto(a) (vítima)	13	Casal (vítima)	4
Maconha	13	Central (presídio)	4
Quadrilha(s)	13	Combate	4
Brigada	12	Desmanche	4
Assaltante(s)	11	Eliza (vítima)	4
Bandido(s)	11	Empresário (vítima)	4
Mulher(es) (vítima)	11	Escola(s) (alvo de assalto)	4
Operação	11	Execução(s)	4
Papagaio (condenado)	11	Extorsão(s)	4
Refém(s)	11	Fase	4
Segurança	11	Filho(a,s) (vítima)	4
Tornozeleira(s)	11	Grupo	4
Ação(s)	10	Indícia	4
Apreende(m)	10	Jovem(s)	4
Banco	10	Mãe (suspeita)	4
Cadeia(s)	10	Matou	4
Homem(s) (suspeito)	10	Mistério	4
Juiz(a)	10	Polícia Civil	4
Roubo(s)	10	Policial (suspeito)	4
Taxista(s) (vítima)	10	Presídio(s) Privado(s)	4
Traficante(s)	10	Punição	4
Condenado(a)	9	Seco (condenado)	4
Golpe(s)	9	Sensor(es) caça-tiros	4
Homicídio(s)	9	Apura	3
Investigado(a,s)	9	Cerco	3
Morre	9	Comerciante(s) (vítima)	3
PM(s) (suspeito)	9	Comissão de segurança	3
Presídio(s)	9	Compra de votos	3
Violência	9	Conflito(s)	3
Vítima(s)	9	Confronto	3
Audiência	8	Crimes Ambientais	3
Bando	8	Criminalidade	3
Morto a Tiros	8	Criminoso(s)	3
Prende(m)	8	Denúncia	3
Susepe	8	Denuncia(m)	3
Viatura(s)	8	Denunciado(s)	3
Achado(a) morto(a)	7	Depoimento(s)	3
Apreendido(a,s)	7	Depor	3
Assaltado(a,s)	7	Disparo(s)	3

Expressão/palavra-chave	Ocorrências	Expressão/palavra-chave	Ocorrências
Ataca(m)	7	DP	3
Briga	7	Drama	3
Bruno (suspeito)	7	Enterrado	3
Casa(s) (alvo de assalto)	7	Exército	3
Celular(es)	7	Explosivos	3
Ferido(s)	7	Foragido	3
Goleiro (suspeito)	7	Força	3
Promotor(es)	7	Fuzil(s)	3
Testemunha(s)	7	Insegurança	3
Adolescente(s) (vítimas)	6	Intriga	3
Cocaína	6	Investigação	3
Contrabando	6	Italiano (suspeito)	3
Depõe(m)	6	Jornalista (suspeito)	3
Dupla (suspeitos)	6	Lei	3
Encontrado	6	Morto a facadas	3
Fuga(s)	6	Padre (vítima)	3
Investiga	6	Pai (suspeito)	3
Joalheria(s)	6	Perícia	3
Jovem(s) (suspeito)	6	PM (vítima)	3
Júri	6	PRF	3
Leva(m)	6	Reforço	3
MP	6	Roubado(a,s)	3
Policia (vítima)	6	Roubar	3
Reage(m)	6	Sanfelice (condenado)	3
Sargento (suspeito)	6	Segurança (vítima)	3
Tiro(s)	6	Torcedor (vítima)	3
Tiroteio	6	Tragédia	3
Trio (suspeitos)	6	Usuário(s)	3
Advogado(a,s)	5	Vigilância	3

As palavras mais utilizadas foram: preso(a,s), com 68 ocorrências; suspeito(a,s), com 52; *Morte(s)*, com 49; *polícia*, com 44; *morto(a,s)*, com 29; *PF*, *BM* e *Crack*, com 24. Isso indica que o enfoque da cobertura foi os agentes, ou seja, a atuação dos órgãos de segurança pública. O foco está nas ações somente quando há notícias de mortes.

O uso em 24 oportunidades da palavra crack evidencia o aumento da publicação de notícias sobre esta droga, objeto de campanha institucional do Grupo RBS. De acordo com o estudo de Tatsch (2007), esta palavra apareceu nos títulos das matérias 7 vezes em 2003 e apenas 2 em 2007. Dentre as outras drogas ilícitas, em 2010, maconha apareceu em 13 oportunidades, e cocaína em 6. Portanto a política de “guerra à droga” foi um assunto recorrente na cobertura.

Em 2007, Tatsch constatou que “as palavras crime(s), segurança e violência, são utilizadas em 57, 30 e 19 vezes, o que mostra a tendência em transmitir uma sensação de

insegurança na população e, assim, justificar as ações dos órgãos policiais”. Em 2010, os mesmos termos apareceram em 21, 11 e 9 ocasiões, respectivamente.

4.2.1.1.2. *Correio do Povo*

Expressões e palavras-chave utilizadas nos títulos dos textos sobre os temas polícia e segurança pública em agosto, setembro e outubro de 2010.

TABELA 8 – Expressões e palavras-chave mais utilizadas pelo *Correio do Povo*.

Expressão/palavra-chave	Ocorrências	Expressão/palavra-chave	Ocorrências
Preso(a,s)	56	Dupla (suspeitos)	5
PF	32	Encontrado(a)	5
BM	28	Flagra	5
Droga(s)	28	Ilegal	5
Prisão(s)	28	Invade(m)	5
Morto(a,s)	26	Invadido(a)	5
Segurança	25	Matar	5
Operação(s)	21	Menor(es) (suspeito)	5
Quadrilha	21	Mulher (suspeita)	5
Apreende(m)	19	PM(s) (suspeito)	5
Crime(s)	19	Roubado(a,s)	5
Policia(l)s	19	Agressão(s)	4
Suspeito(a,s)	18	Albergue(s)	4
Apreendido(a,s)	16	BPM	4
Assalto(s)	16	Briga	4
Brigada	16	Brigada Militar	4
Presídio(s)	16	Bruno (suspeito)	4
Violência	16	Bullying	4
Polícia(s)	15	Busca(s)	4
Acusado(a,s)	14	Caça-níqueis	4
Prende	14	Caso Becker	4
Ação(s)	13	Comerciante(s) (vítima)	4
Assassinato(s)	13	Condenado	4
Homem(s) (vítima)	13	Confronto	4
Homicídio(s)	13	Criminalidade	4
Justiça	13	Denúncia(s)	4
Contrabando	12	Desarticulado(a)	4
MP	12	Desmanche(s)	4
Sargento (suspeito)	12	Encontra(m)	4
Vítima(s)	12	Escola (alvo de assalto)	4
Crack	11	Família (vítima)	4
Detido(a,s)	11	Governador (suspeito)	4
Ladrão(s)	11	Grupo	4

Expressão/palavra-chave	Ocorrências	Expressão/palavra-chave	Ocorrências
Tiro(s)	11	Hábeas	4
Assaltante(s)	10	Incendiado(a,s)	4
Cocaína	10	Investigação	4
Delegado(s)	10	Investigado(a)	4
Ferido(s)	10	Jornalista (suspeito)	4
Joalheria(s) (alvo de assalto)	10	Jovem(s)	4
Mata(m)	10	Perícia(s)	4
PRF	10	Polícia Civil	4
Taxista(s) (vítima)	10	Rouba	4
Agência(s) (alvo de assalto)	9	Segurança pública	4
Assassinado(a,s)	9	Semiaberto	4
Baleado	9	Amilcar (promotor)	3
Caso(s)	9	Apenados	3
Combate(m)	9	Apreensão(s)	3
Investiga(m)	9	Arsenal	3
Maconha	9	Assalta(m)	3
Menino(a,s) (vítima)	9	Assaltar	3
Morte(s)	9	Audiência	3
Roubo(s)	9	Brasileiro(a,s) (vítima)	3
Traficante(s)	9	Casa Militar	3
Tráfico	9	Compra de votos	3
Arma(s)	8	Delegacia	3
Assaltado(s)	8	Denuncia	3
Bando	8	Depor	3
Corpo(s)	8	DP	3
Golpe(s)	8	Efetivo	3
Homem (suspeito)	8	Empresário (vítima)	3
Morre	8	Encontrado morto	3
Papagaio (condenado)	8	Enfrenta(m)	3
PM(s)	8	Estupro	3
Promotor(a)	8	Fase	3
Advogado(s)	7	Filho(a,s) (vítima)	3
Arrombado(a)	7	Flagrante(s)	3
Ataca(m)	7	Foge(m)	3
Banco (alvo de assalto)	7	Fraude(s)	3
Criminoso(s)	7	Fronteira(s)	3
Defesa	7	Furto	3
Jovem(s) (vítima)	7	Guajuviras (bairro)	3
Trio (suspeitos)	7	Guarda Municipal	3
Carga(s) (objeto de roubo)	6	Inspetor(es)	3
Denarc	6	Investigar	3
Depõe(m)	6	Juiz(a,s)	3
Executado(s)	6	Leva(m)	3
Foragido	6	Liberdade	3
Insegurança	6	ONG	3

Expressão/palavra-chave	Ocorrências	Expressão/palavra-chave	Ocorrências
Mulher(es) (vítima)	6	Pedofilia	3
PCC	6	Policial civil (vítima)	3
Pena(s)	6	Prevenção	3
Refém(s)	6	Reage	3
Tornozeleira(s)	6	Reforço	3
Achado(a,s)	5	SegurançaRS	3
Ataque(s)	5	Susepe	3
Bebê (vítima)	5	Testemunhas	3
Capturado(a)	5	Tiroteio	3
Celular(es)	5	TJ	3
Delegado (vítima)	5	Tutancamon (suspeito)	3
Depoimento(s)	5	Viaturas	3
Detento(s)	5	Violência contra a mulher	3

As palavras mais utilizadas foram: *preso(a,s)*, com 56 ocorrências; *PF*, com 32; *BM*, *droga(s)* e *prisão(s)*, com 28; *morto(a,s)*, com 26; e *segurança*, com 24. Isso indica que o enfoque da cobertura foram os agentes, ou seja, a atuação dos órgãos de segurança pública. O foco está nas ações somente quando há das notícias de homicídios. Isso também fica evidente ao analisarmos os verbos mais utilizados. Além de *preso(a,s)*, palavra já citada, apremem *apreende(m)* (19 ocorrências), *apreendido(a,s)* (16) e *prende* (14).

No *CP*, as palavras *segurança* e *violência* apareceram 25 e 16 vezes (mais vezes que em *ZH*, um jornal com maior número de páginas), enquanto que *crime* foi usada em 19 ocasiões. Isso evidencia que, nos meses analisados, a cobertura teve por característica transmitir aos leitores uma sensação de insegurança, o que justificaria as ações policiais que estão no foco da cobertura. Essa tendência fica ainda mais evidente com o início da campanha institucional *SegurançaRS*, no final de setembro.

A utilização em 11 oportunidades da palavra *crack* (mais vezes do que a própria *ZH* utilizou em 2003 e 2007 somados), bem como o de *droga* em 24, evidencia que o *Correio* também focou sua cobertura na temática da “guerra à droga”. Trata-se de um indício de que a campanha institucional do concorrente pautou a cobertura do *Correio do Povo*.

4.2.1.2. Fontes

Com a análise das fontes consultadas pelos jornais, verificamos o enfoque da cobertura.

4.2.1.2.1. Zero Hora

Zero Hora consultou 275 fontes diferentes, em 1275 ocorrências desse tipo, em agosto, setembro e outubro de 2010.

TABELA 9 – Fontes mais consultadas por *Zero Hora*.

Fonte	Ocorrências	Fonte	Ocorrências
Delegado(a)	163	Governador eleito	5
Testemunha(s)	55	Irmão(a) de vítima	5
Brigada Militar	51	Participante de projeto contra as drogas	5
Vítima	47	Polícia Militar	5
Promotor(a)	41	Policial Civil	5
Advogado(a) de suspeito(a,s)	40	Sargento da Brigada Militar	5
Juiz(a)	32	Tio de vítima	5
Polícia Civil	30	Agentes da Polícia Civil	4
Suspeito(a)	30	Amigo de vítima	4
Polícia	28	Candidato a Presidente da República	4
Assessoria de Imprensa	18	Chefe de Comunicação Social da polícia	4
Comandante de Batalhão da Polícia Militar (BPM)	18	Diretor do Denarc	4
Delegado da Polícia Federal	17	Empresário	4
Candidato a Governador	15	Ex-policial civil	4
Superintendente substituto da Susepe	15	Major da Brigada Militar	4
Comandante-Geral da Brigada Militar	14	Presidente de partido	4
Investigadores	13	Presidente de Sindicato	4
Polícia Federal	13	Religioso	4
Presidente de Associação	13	Secretaria Estadual de Obras	4
Superintendente da Polícia Federal	13	Secretário Estadual da Transparência	4
Advogado de vítima	12	Subcomandante de Batalhão da Polícia Militar	4
Chefe de Investigações de Delegacia	12	Tenente da Brigada Militar	4
Mãe de vítima	10	Vereador(a)	4
Comandante da Brigada Militar	9	Vizinho(a,s) de vítima	4
Advogado(a) de Condenado	8	Assessor jurídico	3
Secretária-Geral de Governo	8	Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (Ciosp)	3
Colega de vítima	7	Chefe da Polícia Civil	3
Governador(a)	7	Comerciante	3
Inspetor da Polícia Civil	7	Coordenador de Unidade de	3

Fonte	Ocorrências	Fonte	Ocorrências
		Dependência Química	
Pai de vítima	7	Delegado Regional da Polícia Federal	3
Policial(s)	7	Deputado Estadual	3
Prefeito	7	Diretor de presídio	3
Professor/pesquisador(a)	7	Diretor(a) de escola	3
Refém	7	Engenheiro responsável por obras em penitenciárias	3
Soldado da Brigada Militar	7	Futuro delegado	3
Adolescente infrator(a)	6	Prefeitura	3
Capitão da Brigada Militar	6	Presidente de Conselho	3
Chefe de Polícia	6	Presidente do Banrisul	3
Secretário de Ministério	6	Psiquiatra	3
Secretário Municipal de Segurança	6	Secretaria Estadual de Segurança	3
Susepe	6	Secretário Estadual de Segurança	3
Associação de classe	5	Senador	3
Comandante do Policiamento da Capital	5	Serviço/Setor de Inteligência	3
Consultor em Segurança	5	Subcomandante-Geral da Brigada Militar	3
Delegacia	5	Superintendente da Susepe	3
Diretor do Deic	5	Tenente-Coronel da Brigada Militar	3
Diretor(a) da Polícia Civil	5	Usuário de crack recuperado	3
Esposa de vítima	5		

As mais consultadas foram: delegado(a), com 163 ocorrências; testemunha(s), com 55; Brigada Militar, com 51; vítima, com 47; promotor, com 41; e advogado de suspeito(a,s), com 40.

Embora continue como a fonte mais consultada por *Zero Hora* nas matérias de polícia e segurança pública, houve um aumento de mais de três vezes no número de aparições dos delegados de polícia. Em 2003 e 2007, foram 50 e 51 ocorrências, respectivamente. Isso evidencia que o foco da cobertura foi a investigação de crimes. A forte presença de vítimas e testemunhas corrobora essa conclusão.

A presença de advogados nas matérias evidencia que as notícias não se limitam apenas à investigação policial, mas também enfocam o andamento dos casos no Poder Judiciário. Trata-se de uma proposta que *Zero Hora* defendeu abertamente: o acompanhamento dos casos com o passar do tempo. Para isso, foi criado inclusive um blog, chamado “Caso de Polícia”, cuja criação foi divulgada na edição de 14 de setembro.

O aparecimento de promotores como fonte, em 41 ocasiões (contra duas em 2003 e quatro em 2007) é consequência do Caso do Sargento, escândalo político-policial (conforme definiu a colunista de *ZH* Rosane de Oliveira) que explodiu durante o mês de setembro, em meio à corrida eleitoral e que constrangeu a alta cúpula da Brigada Militar. O promotor de justiça que conduz as investigações foi uma fonte recorrente durante a cobertura, inclusive com a reprodução de comentários postados por ele em redes sociais na internet.

A Secretaria Estadual de Segurança e seu titular foram citados como fonte somente em três ocasiões cada. Em 2003 e 2007, foram 10 e 30 vezes, respectivamente. Do secretariado estadual, a fonte mais recorrente foi a Secretária-geral de Governo, em 8 oportunidades. Em suas aparições, o tema recorrente foi a construção de presídios. Este assunto também foi responsável pela presença das Secretarias de Obras e da Transparência no noticiário policial.

4.2.1.2.2. *Correio do Povo*

O *Correio do Povo* consultou 269 fontes diferentes, em 882 ocorrências desse tipo, nos três meses de observação.

TABELA 10 – Fontes mais consultadas pelo *Correio do Povo*.

Fonte	Ocorrências	Fonte	Ocorrências
Delegado(a)	100	Secretário Estadual de Segurança	5
Brigada Militar	39	Subcomandante de Batalhão da Polícia Militar	5
Testemunha(s)	26	Subcomandante-geral da Brigada Militar	5
Advogado de suspeito(a)	24	Superintendente substituto da Susepe	5
Promotor(a)	24	Assessoria de imprensa	4
Polícia	22	Chefe de Polícia	4
Vítima	18	Diretor de Empresa	4
Delegado(a) da Polícia Federal	17	Diretor do Deic	4
Juiz(a)	16	Diretora de Escola	4
Candidato(a) a Governador	15	Governador eleito	4
Superintendente da Polícia Federal	15	Inspetor da Polícia Civil	4
Capitão da Brigada Militar	13	Presidente do Banrisul	4
Governador(a)	13	Professor	4
Polícia Federal	13	Secretaria Estadual de Segurança Pública	4

Fonte	Ocorrências	Fonte	Ocorrências
Comandante de Batalhão da Polícia Militar (BPM)	11	Secretária-Geral de Governo	4
Presidente da Associação de Classe	11	Soldado da Brigada Militar	4
Susepe	11	Tenente da Brigada Militar	4
PoliciaI Militar(s)	10	Advogada de condenado	3
Suspeito(a,s)	10	Agentes da Polícia Civil	3
Advogado de vítima	9	Comandante de Batalhão de Operações Especiais (BOE)	3
Morador(a,s)	9	Comandante Regional de Policiamento	3
Chefe de investigações de delegacia	8	Diretor do Denarc	3
Comandante-Geral da Brigada Militar	8	Jornalista de Polícia	3
Prefeito(a)	8	Mãe de vítima	3
Candidato(a) a Presidente	7	Major da Brigada Militar	3
Comandante da Brigada Militar	7	Ministério Público	3
Polícia Civil	7	Polícia Militar	3
Batalhão da Polícia Militar (BPM)	6	PoliciaI Civil	3
Comandante do Policiamento da Capital	6	Sargento da Brigada Militar	3
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Ministério Público	6	Secretário Estadual da Transparência	3
Diretor(a) de Sindicato	6	Secretário Estadual de Justiça	3
Presidente de Sindicato	6	Superintendente da Susepe	3
Secretário Municipal de Segurança	6	Tio de vítima	3
Ministro da Justiça	5	Vice-presidente de sindicato	3
PoliciaI(s)	5		

As mais consultadas foram: delegado(a), com 100 ocorrências; Brigada Militar, com 39; testemunha(s), com 26; advogado de suspeito(a) e promotor(a), com 24; e polícia, com 22.

O fato de delegados serem a fonte mais consultada, com mais de o dobro de ocorrências da segunda colocada, mostra que o foco da cobertura foi a investigação de crimes.

A aparição em 15 oportunidades da fonte “candidato a governador” é explicada pela *SegurançaRS*. Com o início da campanha, o *Correio do Povo* promoveu painel com todos os postulantes ao cargo sobre o tema. As opiniões saíram nas edições de 23 a 26 de setembro e foram publicadas na editoria de política. No primeiro dia, foi ouvido Tarso; no segundo, Fogaça; no terceiro, Yeda; e, no quarto, os outros seis candidatos.

4.2.1.3. Fotos de capa e contracapa

Com a análise das fotos de capa e contracapa, verificamos as imagens escolhidas pelos editores para representar os assuntos abordados na cobertura.

4.2.1.3.1. Zero Hora

Zero Hora publicou 18 fotografias durante os três meses de observação, sendo oito na capa e dez na contracapa.

Em agosto, ZH veiculou quatro imagens. A de 03/08 mostra uma vítima sobre a carroceria de um caminhão, ao lado de seu carro furtado, recém recuperado, após uma “odisseia” para reavê-lo. A de 07/08 apresenta uma van transformada em consultório ambulante para o combate ao crack. Em 26/08 apareceram duas, ambas referentes à notícia de que um general gaúcho foi indicado para o cargo criado na reestruturação das forças armadas que dá ao exército poder de polícia nas fronteiras: a maior exhibe militares em frente à bandeira do Brasil, em desfile do Dia Soldado, enquanto a menor apresenta o rosto do general.

Em setembro, foram sete fotos. Duas ilustram a manchete principal de capa da edição de 03/09 sobre a explosão do Caso Banrisul. A maior mostra o Superintendente da Polícia Federal Ildo Gasparetto de microfone em mãos, ao lado dos demais líderes da Operação Mercari, na entrevista coletiva em que a Polícia Federal trouxe a público o episódio. Já a menor detalha os maços de dinheiros apreendidos pela corporação.

A de 05/09 mostra Maria Tavares, 98 anos, fundadora do Patronato Lima Drummond, que atende a presos do semiaberto. A de 14/09 exhibe 61 facas na bainha em frente a um pano nas cores da bandeira rio-grandense, referente à notícia da morte a facadas de um homem no acampamento farroupilha. A de 15/09 mostra dois policiais civis no local da apreensão de 201 Kg de cocaína. Eles aparecem agachados mexendo nos pacotes da droga que estão sobre a grama. A de 25/09 exhibe uma lancha adquirida pela Polícia Federal navegando no Guaíba, em frente aos armazéns do Cais do Porto. Por fim, a de 28/09 mostra o rosto de um universitário desaparecido.

Em outubro, aparecem sete fotografias. A de 09/10 mostra um protesto contra a violência na Praça de Maio, em Buenos Aires. A de 10/10 exhibe um treinamento na Academia de Polícia de delegados recém nomeados. As de 15/10 e 16/10 apresentam respectivamente os rostos do condenado Papagaio e de um menino assassinado por traficantes. A de 17/10 mostra Euclides Kliemann, deputado assassinado nos anos 60, cujo caso foi transformado em livro.

A de 24/10 ilustra um campeão de hipismo que voltou a competir após deixar o crack. Finalmente, a de 29/10 exibe uma vítima de furto de carro abraçada ao cão que foi levado junto pelos bandidos.

Ressalte-se que, dentre as imagens publicadas na capa, somente duas são as imagens de maior destaque e tamanho na primeira página (as dos dias 03/09 e 24/10). As demais aparecem em tamanho reduzido, sendo que três apenas ilustram o rosto de personagens da notícia. Portanto Zero Hora optou por pouco utilizar as fotografias de capa em sua cobertura de polícia e segurança pública.

Já na contracapa, a relação é inversa. Das dez fotos publicadas nesse espaço, sete são as de maior destaque. As exceções são as veiculadas em 07/08 e 17/10, além da de 26/08, quando apareceram duas fotografias na última página da edição.

Da análise das dezoito fotografias publicadas, verifica-se que em sete delas o foco foi a ação dos órgãos de segurança pública e em seis, a vítima. Outras duas trazem ilustrações referentes ao combate às drogas. As imagens apresentadas caracterizam-se pela ausência de violência. Constata-se que em nenhum momento aparecem suspeitos de crimes, nem os resultados de ações violentas. A única aparição de um criminoso é uma imagem ao estilo foto 3X4 do condenado Papagaio. Ainda assim, a matéria é sobre um impasse que o impede de trabalhar, logo trata de sua recuperação.

4.2.1.3.2. *Correio do Povo*

O *Correio do Povo* publicou 23 fotos no decorrer dos meses de observação, todas na capa.

Em agosto, foram sete fotografias. A de 03/08 mostra um bombeiro de costas, em frente a um Instituto Penal destruído por um incêndio. As de 04/08 e 11/08, quase idênticas, apresentam as fachadas de duas agências do Banco do Brasil, destruídas após ataque de bandidos. A de 15/08 (em ângulo semelhante às duas anteriores) traz a porta de vidro de um restaurante do McDonald's destruída durante briga e quebradeira ocorrida na madrugada. A de 21/08 destaca um grupo de hackers preso pela polícia. A de 26/08 mostra o carro acidentado de universitário morto em assalto. Finalmente, a de 27/08 exibe os corpos enfileirados de vítimas de chacina ocorrida no México. Esta última foi considerada para o nosso estudo, pois, entre os mortos, havia quatro brasileiros.

Em setembro, o *CP* veiculou nove fotos na capa. Em 02/09, somaram-se duas imagens à manchete principal de capa sobre a Operação Mercari da Polícia Federal, que

revelou o esquema de corrupção no Banrisul. Na primeira, agentes da PF carregam caixas de documentos; na segunda, em tamanho menor, temos o dinheiro apreendido sobre uma mesa.

Dentre as outras sete, a de 10/09 mostra Policiais Federais em frente a uma viatura, após a prisão de 16 pessoas. A de 11/09 apresenta malas com dinheiro, referente à notícia da prisão do Governador do Amapá. A de 15/09 mostra Policiais civis na sala de imprensa, atrás de 858 kg de cocaína apreendidos. A de 21/09 exhibe pipoca vendida com crack, tendo ao fundo o braço de um policial, destacando o símbolo no Pelotão de Operações Especiais da BM. A de 26/09 exhibe policiais em uma comunidade pobre, enquanto, ao fundo, um menino passa correndo. Por último, a de 28/09 traz o Ministro da Justiça mexendo em um computador da Central de Monitoramento de Tiros de Canoas.

Em outubro, sete fotos mereceram lugar na primeira página. A de 07/10 mostra o goleiro Bruno sendo levado de maca, após desmaiar durante depoimento. A de 09/10 ilustra vaca da Cow Parade que foi roubada. A de 19/10 é uma imagem do local em que um taxista foi assassinado e destaca, as viaturas da Polícia Civil entre os táxis. A de 20/10 mostra policiais civis em frente a uma agência do Banco do Brasil alvo de assalto. A de 22/10 traz um policial civil exibindo na tela de seu computador a foto de um hacker preso. Na de 23/10, dois brigadianos conduzem algemado e de cabeça baixa um artista da Cow Parade, preso por suspeita de pedofilia. Por fim, na de 28/10, integrantes do pelotão mirim da Brigada Militar plantam árvores

Da análise das 23 fotografias publicadas, verifica-se que em 13 delas é destaque a ação dos órgãos de segurança pública. Em quatro, o foco são os alvos atacados por bandidos, três em agosto e uma em outubro. Já três destacam as vítimas, duas em agosto e uma em setembro.

Percebe-se uma mudança de foco de agosto para os dois meses seguintes. No mesmo mês em que foi lançada a campanha *SegurançaRS*, a prioridade deixou de ser a ação dos criminosos, com as fotografias ilustrando seus alvos e vítimas, e passou a ser a atuação dos órgãos de segurança pública. Das 13 imagens que destacam ações policiais, 12 foram nos dois últimos meses de análise.

4.2.1.4. Espaço

A análise do espaço permite a verificação da importância dada ao tema pelos jornais. Optamos por tratar desse aspecto de acordo com as editoriais em que foram publicados textos sobre os temas polícia e segurança pública. Contamos o número de edições em que foram publicados conteúdos sobre as temáticas, em cada editoria, em agosto, setembro e outubro de

2010. Para descobrir se a influência da proximidade das eleições altera a frequência da veiculação de notícias, decidimos dividir a contagem também por mês.

4.2.1.4.1. Zero Hora

Nos três meses analisados, *Zero Hora* publicou textos sobre polícia e segurança pública em todas as editorias. Também foram veiculadas notícias sobre os temas nos suplementos *Segundo Caderno* e *ZH digital*.

Ressaltamos que os textos publicados em colunas foram considerados em sua respectiva editoria: A coluna *De Brasília*, por seu conteúdo, foi considerada como parte da editoria de política (embora esteja na página de Artigos). A coluna de Paulo Sant'anna não se encaixa em nenhuma editoria e foi contabilizada sozinha. Quanto à editoria de Mundo, consideramos somente as matérias em que brasileiros figuram como personagens.

TABELA 11 – Locais da cobertura de polícia e segurança pública em *Zero Hora*.

Espaço	Número de edições			Total
	Agosto	Setembro	Outubro	
Capa	23	23	14	60
Do Leitor	15	7	10	32
Informe Especial	9	14	14	37
Reportagem Especial	3	2	2	7
Política	14	22	20	56
Editorial	5	8	5	18
Artigos	11	5	6	22
Economia	1	8	1	10
Indicadores	1	0	1	2
Mundo	4	2	3	9
Geral	26	25	24	75
Polícia	30	30	31	91
Região Metropolitana	3	0	2	5
Esporte	2	1	4	7
Paulo Sant'Anna	1	2	0	3
Contracapa	7	6	7	20
Segundo Caderno	1	0	2	3
ZH Digital	0	0	1	1

Das 92 edições analisadas, somente em uma a editoria de polícia esteve ausente. Este fato ocorreu em 8 de agosto, um domingo. Entretanto isso não significou ausência de cobertura. As matérias foram veiculadas nas páginas de geral. Inclusive foram noticiadas quatro mortes causadas por crime.

Constata-se que a cobertura foi consideravelmente espalhada pelo jornal, da mesma forma que em 2007. A publicação de notícias de polícia na editoria de geral em 75 edições mostra que essa é uma política editorial de *Zero Hora*.

A análise dividida por mês evidencia que a proximidade das eleições provoca um crescimento da veiculação de textos sobre os temas objetos desse estudo nas páginas de política. Esse crescimento foi provocado pelos escândalos político-policiais, cuja cobertura é diária e apresenta continuidade. A campanha no Rio Grande do Sul foi marcada por dois escândalos concomitantes que, entre os dias 03 e 16 de setembro, foram responsáveis por quatro manchetes principais e quatro chamadas de capa: o “Caso do Sargento”, em que um sargento lotado na Casa Militar utilizou o sistemas de Consultas Integradas para espionar autoridades e extorquir contraventoras, e o Caso Banrisul, originado de uma operação da Polícia Federal que prendeu diversas pessoas acusadas de praticar fraudes com contratos de publicidade. Este último foi o responsável por notícias sobre os temas polícia e segurança pública serem veiculados em oito edições na editoria de economia durante o mês de setembro.

4.2.1.4.2. *Correio do Povo*

Nos meses analisados, foram publicados textos sobre polícia e segurança pública em todos os espaços do jornal, exceto na contracapa. Foram veiculadas ainda notícias sobre os temas nos suplementos *Cidades* e *Arte & Agenda*.

TABELA 12 – Locais da cobertura de polícia e segurança pública no *Correio do Povo*.

Espaço	Número de edições			Total
	Agosto	Setembro	Outubro	
Capa	12	16	14	42
Editorial	2	1	5	8
Opinião	9	7	6	22
Política	14	26	17	57
Economia	3	5	5	13
Internacional	3	3	4	10
Geral	21	19	24	64
Rural	1	0	0	1
Ensino	4	6	5	15
Espaço Jurídico	0	1	1	2
Polícia	31	30	31	92
Esportes	5	3	4	12
Contracapa	0	0	0	0
Cidades	5	6	8	19
Arte & Agenda	1	1	5	7

A ausência de textos na contracapa é explicada pelo fato desse espaço ser dedicado ao esporte. Ainda que os temas que tenham aparecido 12 vezes nessa editoria, nenhuma ocorreu na última página.

Verifica-se que a cobertura foi consideravelmente espalhada pelo jornal. Além da página de polícia, o *CP* abordou os temas polícia e segurança pública principalmente na capa e nas editorias de geral e política. Por consequência dos casos Banrisul e do Sargento, a seção de política apresentou aumento de ocorrências em setembro.

Ainda que a aparição nas páginas de geral tenha sido constante com o passar do tempo, com 21, 19 e 24 ocorrências em cada um dos meses pesquisados, um fato é digno de nota. Com o início da campanha Segurança RS, a editoria de Geral passou a abrigar uma segunda página de polícia. Enquanto a página antiga continuou noticiando crimes e investigações, a nova se propôs a fazer uma discussão da violência e sugerir formas de combate ao crime. Ressalte-se que em nenhum momento se faz a discussão sobre as causas da violência, isto é, as mazelas sociais. A cobertura se restringe às ações que poderiam ser efetuadas por parte dos órgãos de segurança. É predominantemente nesta nova página em que aparece o selo da campanha.

4.2.2. Análise cruzada com dados estatísticos

Esta análise nos permite realizar um paralelo entre a realidade factual e a apresentada aos leitores por meio da cobertura jornalística. Como parâmetro, serão utilizadas as estatísticas de crimes divulgadas pela Secretaria Estadual de Segurança Pública nos meses pesquisados, especificamente o número de mortes causadas por crime no Rio Grande do Sul em agosto, setembro e outubro de 2010.

4.2.2.1. Número de mortes noticiadas

A análise do número de mortes noticiadas por edição permite estabelecer uma relação entre o número de homicídios e latrocínios registrados oficialmente no Estado em 2010 e as mortes causadas por crimes veiculadas nos jornais.

4.2.2.1.1. Zero Hora

4.2.2.1.1.1. Agosto

Nos 31 dias de agosto, *Zero Hora* publicou 99 mortes causadas por crime no Rio Grande do Sul. Em seis edições não foi divulgado nenhum caso, dias 1º, 6, 14, 15, 18 e 29. O número máximo de mortes noticiadas ocorreu nos dias 16 e 24, com 9 ocorrências.

4.2.2.1.1.2. Setembro

Nos 30 dias de setembro, o principal jornal do *Grupo RBS* publicou 77 mortes causadas por crime no Estado. Em quatro edições não foi divulgado nenhum caso, dias 8, 14, 16 e 28. O número máximo de mortes noticiadas ocorreu no dia 27, com 10 ocorrências.

4.2.2.1.1.3. Outubro

Nos 31 dias de outubro, *ZH* publicou 80 mortes causadas por crime no Rio Grande do Sul. Em seis edições não foi divulgado nenhum caso, dias 2, 3, 17, 24 e 31. O número máximo de mortes noticiadas ocorreu no dia 18, com 9 ocorrências.

4.2.2.1.2. Correio do Povo

4.2.2.1.2.1. Agosto

Nos 31 dias de agosto, o *Correio do Povo* publicou 79 mortes causadas por crime no Rio Grande do Sul. Em seis edições não foi divulgado nenhum caso, dias 1º, 5, 12, 15, 29 e 31. O número máximo de mortes noticiadas ocorreu no dia 2, com 10 ocorrências.

4.2.2.1.2.2. Setembro

Nos 30 dias de setembro, o jornal do *Grupo Record RS* publicou 63 mortes causadas por crime no Rio Grande do Sul. Em onze edições não foi divulgado nenhum caso, dias 1º, 2, 4, 9, 11, 12, 14, 15, 19, 21 e 26. O número máximo de mortes noticiadas ocorreu no dia 30, com 12 ocorrências.

4.2.2.1.2.3. Outubro

Nos 31 dias de outubro, o *Correio do Povo* publicou 74 mortes causadas por crime no Rio Grande do Sul. Em onze edições não foi divulgado nenhum caso, dias 1º, 2, 4, 5, 15, 17, 21, 24, 27, 30 e 31. O número máximo de mortes noticiadas ocorreu no dia 11, com 12 ocorrências.

4.2.2.1.3. Análise

De acordo com os dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública, foram registrados 414 homicídios ou latrocínios, sendo 143 em agosto, 132 em setembro e 139 em outubro.

Durante o período pesquisado, *Zero Hora* estampou em suas páginas 256 mortes causadas por crime no Rio Grande do Sul: 99 em agosto; 77 em setembro; e 80 em outubro.

A comparação dos dados mostra que ZH noticiou aproximadamente 1 a cada 1,44 caso, em agosto, 1 a cada 1,71 em setembro e 1 a cada 1,74 em outubro. Verifica-se que a cobertura foi mais “presente” em agosto e mais “leve” nos meses de setembro e outubro, a despeito dos números oficiais se mostrarem estáveis. Entre setembro, o mês menos violento, e agosto, o mais, houve nove registros de mortes a mais nos dados oficiais, enquanto no jornal a diferença foi de 22 mortes. No total, o jornal divulgou 1 a cada 1,62 homicídio ou latrocínio no RS.

Já o *Correio do Povo* estampou em suas páginas 216 mortes causadas por crime no Rio Grande do Sul: 79 em agosto; 63 em setembro; e 74 em outubro.

A comparação dos dados mostra que o *CP* noticiou aproximadamente 1 a cada 1,81 caso, em agosto, 1 a cada 2,09 em setembro e 1 a cada 1,88 em outubro. Verifica-se que a cobertura foi mais “presente” em agosto e outubro e mais “leve” em setembro, ainda que, como já frisamos os números oficiais tenham se mantido estáveis. A despeito da já referida diferença de nove casos entre setembro e agosto, o jornal publicou 16 mortes a mais no primeiro mês. No total, o periódico divulgou 1 a cada 1,91 homicídio ou latrocínio no RS.

4.2.2.2. Manchetes principais de capa

A análise do número de manchetes principais de capa sobre polícia e segurança pública permite que se verifique a importância conferida ao tema pelos jornais, bem como, se faça uma relação com as estatísticas oficiais da violência.

4.2.2.2.1. Zero Hora

4.2.2.2.1.1. Agosto

Em agosto, *Zero Hora* publicou cinco manchetes principais de capa sobre polícia e segurança pública, todas referentes ao Rio Grande do Sul.

QUADRO 1 – manchetes principais de capa publicadas por *Zero Hora* sobre polícia e segurança pública em agosto de 2010.

#	Data	Manchete Principal de Capa
1	04/08/10	Da Pasc, sócio de Beira-Mar comandava tráfico no Sul
2	10/08/10	Polícia devassa Câmaras de vereadores turistas
3	20/08/10	Trotes custam R\$ 225 mil à BM por mês na capital
4	21/08/10	Polícia desarticula desvio em contas correntes no RS
5	31/08/10	Bolsa-infrator reduz a volta de jovens ao crime no Estado

4.2.2.2.1.2. Setembro

Em setembro, *Zero Hora* publicou nove manchetes principais de capa sobre polícia e segurança pública. Destas, sete referem-se ao Rio Grande do Sul. Das outras duas, uma é relativa à prisão do Governador do Amapá, e a outra trata da liberação de verbas federais para o combate ao crack, tema objeto de campanha institucional do *Grupo RBS*.

QUADRO 2 – manchetes principais de capa publicadas por *Zero Hora* sobre polícia e segurança pública em setembro de 2010.

#	Data	Manchete Principal de Capa
1	03/09/10	Banrisul é vítima de quadrilha, diz PF
2	07/09/10	Espionagem derruba oficial e faz Piratini rever acesso a dados sigilosos
3	08/09/10	MP vê indícios de que espião era elo entre políticos e bicheiros
4	11/09/10	Operação antifraude prende Governador do Amapá e mais 17
5	14/09/10	Yeda reduz o poder da casa Militar após caso de espionagem
6	15/09/10	Maior apreensão de cocaína em 17 anos atinge tráfico no RS
7	18/09/10	Liminar cria impasse no uso de viaturas e expõe conflito na BM
8	21/09/10	Planalto começa a liberar verbas contra o crack
9	28/09/10	Escutas revelam mortes ordenadas das prisões

4.2.2.2.1.3. Outubro

Em outubro, *Zero Hora* publicou quatro manchetes principais de capa sobre polícia e segurança pública. Destas, três são referentes ao Rio Grande do Sul. Apenas a manchete sobre a disseminação do tráfico virtual de drogas trata de um assunto de âmbito nacional.

QUADRO 3 – manchetes principais de capa publicadas por *Zero Hora* sobre polícia e segurança pública em outubro de 2010.

#	Data	Manchete Principal de Capa
1	11/10/10	Novo governo questiona modelo de presídio privado
2	17/10/10	Venda de Drogas se dissemina pela internet
3	22/10/10	Tripluca a apreensão de caça-níqueis no Estado
4	24/10/10	A vida depois do crack

4.2.2.2.2. *Correio do Povo*

4.2.2.2.2.1. Agosto

Em agosto, o *Correio do Povo* publicou duas manchetes principais de capa sobre polícia e segurança pública, ambas referentes ao Rio Grande do Sul.

QUADRO 4 – manchetes principais de capa publicadas pelo *Correio do Povo* sobre polícia e segurança pública em agosto de 2010.

#	Data	Manchete Principal de Capa
1	13/08/10	Médica e dois filhos encontrados mortos
2	24/08/10	Brigada prende 14 por crimes ambientais

4.2.2.2.2.2. Setembro

Em setembro, o *Correio do Povo* publicou sete manchetes principais de capa sobre polícia e segurança pública, todas abordando assuntos de âmbito estadual.

QUADRO 5 – manchetes principais de capa publicadas pelo *Correio do Povo* sobre polícia e segurança pública em setembro de 2010.

#	Data	Manchete Principal de Capa
1	03/09/10	Polícia Federal investiga esquema contra o Bannisul
2	07/09/10	Invasão sem limites
3	08/09/10	Divergências de posições
4	24/09/10	Prisão expõe ação do PCC no Sul
5	26/09/10	Um diagnóstico da Segurança no RS
6	27/09/10	Violência marca fim de semana
7	30/09/10	11 mortos em 12 horas

4.2.2.2.2.3. Outubro

Em outubro, o *CP* publicou somente uma manchete principal de capa sobre polícia e segurança pública, sendo esta relacionada ao RS.

QUADRO 6 – manchetes principais de capa publicadas pelo *Correio do Povo* sobre polícia e segurança pública em outubro de 2010

#	Data	Manchete Principal de Capa
1	19/10/10	Tiroteio mata taxista e fere 2 na Zona Norte

4.2.2.2.3. Análise

Conforme a Secretaria Estadual de Segurança Pública, foram registrados 414 ocorrências, entre homicídios e latrocínios, sendo 143 em agosto, 132 em setembro e 139 em outubro.

Em agosto, *Zero Hora* publicou cinco manchetes principais de capa sobre polícia e segurança pública relacionadas ao Rio Grande do Sul. Em setembro, foram sete. Em outubro, três. Nos três meses de observação, ZH produziu 15 manchetes principais de capa de âmbito local sobre os temas estudados.

Já no *Correio do Povo*, todas foram relativas ao Rio Grande do Sul. Em agosto, o CP trouxe duas manchetes principais de capa sobre polícia e segurança pública. Em setembro foram sete. Em outubro, somente uma. Nas 92 edições produzidas no período, o jornal apresentou dez manchetes principais de capa sobre os temas em questão.

Verifica-se que ambos os jornais conferiram maior importância aos temas analisados em setembro. Esse fato é explicado pela cobertura dos casos Banrisul e do Sargento. Foram publicadas quatro manchetes principais sobre os casos pela ZH, e Três pelo CP.

Entretanto um detalhe chama a atenção no caso do *Correio do Povo*. Podemos dividir as manchetes principais de capa veiculadas em setembro em dois grupos. As três publicadas nos dias 2, 7 e 9 referem-se aos referidos escândalos. Entretanto, do dia 23 até o fim do mês, as notícias referentes à violência urbana passaram a merecer tal destaque. Assim foram publicadas cinco manchetes de capa (quatro principais e uma secundária), em oito dias. No mesmo período, ZH trouxe apenas uma, no dia 28. Esta “explosão” da cobertura policial nas páginas do jornal é consequência da campanha *SegurançaRS*, lançada na reta final da campanha eleitoral.

Em outubro, o jornal voltou à “normalidade”, visto que houve somente uma manchete principal de capa, número semelhante ao verificado em agosto. Esse comportamento do *Correio do Povo* caracteriza-se pela transmissão uma sensação de insegurança e serve como justificativa para a iniciativa institucional do *Grupo Record RS*.

4.2.2.3. Manchetes secundárias de capa

A análise do número de manchetes secundárias de capa sobre polícia e segurança pública permite que se verifique a importância conferida aos temas pelos jornais, bem como, se faça uma relação com as estatísticas oficiais da violência. São consideradas manchetes secundárias aquelas que não ocupam a parte superior da capa do jornal

4.2.2.3.1. Zero Hora

Nos três meses de observação, *Zero Hora* publicou três manchetes secundárias de capa, todas em agosto. Duas delas são relacionadas ao Rio Grande do Sul, e a outra trata de um assunto nacional.

QUADRO 7 – manchetes secundárias de capa publicadas por *Zero Hora* sobre polícia e segurança pública em agosto, setembro e outubro de 2010.

#	Data	Manchete Secundária de Capa
1	05/08/10	Exército terá poder de polícia nas fronteiras
2	06/08/10	Operação derruba o diretor da Pasc
3	22/08/10	Presas se organizam em facções do crime

4.2.2.3.2. *Correio do Povo*

Em agosto, setembro e outubro de 2010, o *Correio do Povo* publicou apenas uma manchete secundária de capa, em 23/09, referente ao lançamento da campanha *SegurançaRS*.

QUADRO 8 – manchetes secundárias de capa publicadas pelo *Correio do Povo* sobre polícia e segurança pública em agosto, setembro e outubro de 2010

#	Data	Manchete Secundária de Capa
1	23/09/10	Campanha por segurança no RS

4.2.2.3.3. *Análise*

Conforme a Secretaria Estadual de Segurança Pública, foram contabilizadas 414 ocorrências, entre homicídios e latrocínios, sendo 143 em agosto, 132 em setembro e 139 em outubro.

Zero Hora publicou duas manchetes secundárias de capa sobre polícia e segurança pública referentes ao Estado, todas em agosto. Já o *Correio do Povo* apresentou apenas uma ocorrência desse tipo, em setembro.

Chama a atenção o fato do *Correio do Povo* publicar o lançamento de sua campanha com uma manchete secundária, em vez de uma principal, até porque a notícia de maior destaque na primeira página não foi nenhum acontecimento bombástico, mas a divulgação de um estudo do Instituto de Cardiologia, sob o título “Metade dos gaúchos está acima do peso”.

4.2.2.4. Chamadas de capa

A análise do número de chamadas de capa sobre polícia e segurança pública permite que se verifique a importância conferida ao tema pelos jornais, bem como sua relação com as estatísticas oficiais da violência.

4.2.2.4.1. Zero Hora

4.2.2.4.1.1. Agosto

Em agosto, *Zero Hora* publicou 21 chamadas de capa sobre os temas. Destas, 15 relacionadas com o Rio Grande do Sul. Dentre as outras seis, uma reportagem questionando um estudo de uma Universidade paulista para uso terapêutico da maconha, um assunto nacional, e outras quatro referentes a São Paulo, Distrito Federal, Pará (ainda que o foco seja a participação de um gaúcho na elucidação de um crime ocorrido lá) e Rio de Janeiro.

QUADRO 9 – chamadas de capa publicadas por *Zero Hora* sobre polícia e segurança pública em agosto de 2010.

#	Data	Chamada de Capa
1	02/08/10	A polêmica em estudo sobre maconha
2	02/08/10	Atentados reavivem terror do PCC
3	03/08/10	Incêndio agrava situação do semiaberto
4	07/08/10	Exército teme confusão de papéis
5	10/08/10	Policia Rodoviário é morto a tiros
6	10/08/10	Albergues sofrem interdição judicial
7	14/08/10	Pelo crack, viciadas negociam os filhos
8	15/08/10	O trauma na cidade refém de assaltantes
9	17/08/10	Estado adota tornozeleiras eletrônicas
10	18/08/10	Desmontada sonegação do ICMS
11	18/08/10	Reviravolta no caso de ex-ministro do TSE
12	19/08/10	Gaúcho elucida crime pela web
13	22/08/10	Bandidos invadem hotel de luxo no Rio
14	23/08/10	MC explica música contra policial
15	24/08/10	Criança vê o pai ser morto dentro do carro
16	25/08/10	Contratos estariam por trás de morte
17	26/08/10	Investigação sobre a máfia surpreende RS
18	28/08/10	Os prós e contras do presídio privado
19	29/08/10	Semiaberto força BM ao retrabalho
20	30/08/10	A posição dos candidatos sobre as cadeias
21	31/08/10	Denúncia no caso da Matriz surpreende

4.2.2.4.1.2. Setembro

Em setembro, foram 20 chamadas de capa, todas relacionadas com o Estado.

QUADRO 10 – chamadas de capa publicadas por *Zero Hora* sobre polícia e segurança pública em agosto de 2010.

#	Data	Chamada de Capa
1	01/09/10	Preso grupo que desviava cartões
2	02/09/10	Celulares eram lançados de arco e flecha
3	04/09/10	PF prende mais um suspeito
4	05/09/10	O calvário do jovem preso por engano
5	07/09/10	Justiça criará serviço para coibir fugas
6	07/09/10	Soltos três suspeitos do caso Banrisul
7	09/09/10	Pivô do caso do "homem errado" se apresenta
8	10/09/10	PF desmonta rota de droga nas Missões
9	15/09/10	Como opera o polêmico sistema de consultas
10	16/09/10	Sargento do caso da espionagem é solto
11	17/09/10	Capital bate o Rio em sequestros relâmpagos
12	17/09/10	A posição sobre o projeto da Fase
13	19/09/10	Por que o tráfico mira o porto
14	20/09/10	Família gaúcha vive drama em Santa Catarina
15	21/09/10	BM ignora limite judicial ao uso de viaturas
16	23/09/10	Crime causa comoção no norte do RS
17	26/09/10	Delegado é alvo de ataque no interior
18	27/09/10	Morte de taxista revolta colegas
19	28/09/10	Universitário desaparece no Vale dos Sinos
20	29/09/10	Sete indiciados por mau uso de diárias

4.2.2.4.1.3. Outubro

Em outubro, *ZH* trouxe 13 chamadas de capa. Destas, 12 tratam de assuntos locais. A única exceção ocorreu no dia 28, em reportagem de âmbito nacional sobre projeto de Emenda Constitucional que prevê o aumento de 30 para 50 anos do tempo máximo que alguém pode permanecer preso.

QUADRO 11 – chamadas de capa publicadas por *Zero Hora* sobre polícia e segurança pública em agosto de 2010.

#	Data	Chamada de Capa
1	02/10/10	Sumiço de garota tem fim trágico
2	03/10/10	Por que os golpes virtuais preocupam
3	08/10/10	Casal é morto ao ter carro parado por assaltantes
4	15/10/10	Impasse impede Papagaio de trabalhar
5	16/10/10	Aos 14 anos, vítima da droga e da brutalidade

#	Data	Chamada de Capa
6	16/10/10	Seleção da polícia reúne 4,4 mil
7	19/10/10	Taxista é morto após confusão em ponto
8	19/10/10	MP contesta construção de seis prisões
9	20/10/10	Presos com tornozeleira são flagrados
10	24/10/10	O duplo golpe do estelionato
11	27/10/10	Presos usam celular 3G para driblar escutas
12	28/10/10	Senado debate elevar o limite de prisão para 50 anos
13	29/10/10	Cão vai com carro furtado

4.2.2.4.2. *Correio do Povo*

4.2.2.4.2.1. Agosto

Em agosto, o *Correio do Povo* publicou 12 chamadas de capa sobre polícia e segurança pública. Destas, nove são de temas relacionados ao Rio Grande do Sul. Dentre as outras três, uma trata de um tema nacional, o combate à pornografia infantil na internet, e outra de um assunto internacional, a chacina promovida por traficantes no México que vitimou quatro brasileiros. A terceira aborda o estupro de uma adolescente, em Santa Catarina, que mereceu destaque em várias edições do jornal, pois um dos suspeitos é filho de um diretor da *RBS*.

QUADRO 12 – chamadas de capa publicadas pelo *Correio do Povo* sobre polícia e segurança pública em agosto de 2010.

#	Data	Chamada de Capa
1	02/08/10	Começa guerra à pornografia infantil
2	03/08/10	Fogo destrói Instituto Penal
3	04/08/10	Banco atacado com explosivos
4	09/08/10	BM caça bandidos dos explosivos
5	11/08/10	Bandidos assaltam banco com machados
6	13/08/10	Estupradores têm pena leve em SC
7	15/08/10	Briga e quebradeira em lanchonete
8	21/08/10	Hackers atacam Banrisul
9	21/08/10	Suspeita de crime eleitoral
10	26/08/10	Universitário morto em assalto
11	27/08/10	Chacina mexicana
12	31/08/10	Mais segurança para joalherias

4.2.2.4.2.2. Setembro

Em setembro, o jornal do *Grupo Record RS* trouxe 12 chamadas em sua primeira página sobre os temas deste estudo. Dentre estas, 11 tratam de assuntos locais. A exceção é a notícia da prisão do Governador do Amapá.

QUADRO 13 – chamadas de capa publicadas pelo *Correio do Povo* sobre polícia e segurança pública em setembro de 2010.

#	Data	Chamada de Capa
1	01/09/10	Bandidos usam até arco e flecha
2	04/09/10	PF revela dados do golpe no Banrisul
3	04/09/10	Sargento da BM preso por cobrar propina
4	08/09/10	Banrisul: caso é examinado
5	10/09/10	Federais prendem 16 no Estado
6	11/09/10	Governador preso por desvio de dinheiro
7	14/09/10	Casa Militar é reestruturada
8	15/09/10	Apreendidos 858 kg de cocaína
9	21/09/10	Pipoca com crack
10	23/09/10	Denúncia de tortura choca Canoas
11	28/09/10	Carreata de taxistas contra a violência
12	28/09/10	Monitoramento de tiros

4.2.2.4.2.3. Outubro

Em outubro, o *CP* veiculou 14 chamadas de capa. Destas, 12 abordam assuntos referentes ao RS. Dentre as outras duas, uma é de âmbito nacional, a cobertura do Caso Bruno, e a outra trata do tráfico internacional de drogas.

QUADRO 14 – chamadas de capa publicadas pelo *Correio do Povo* sobre polícia e segurança pública em agosto de 2010.

#	Data	Chamada de Capa
1	03/10/11	Gaúcho teme a violência
2	05/10/10	Donos de restaurantes roubam distribuidora de carnes
3	06/10/10	Médico é assassinado com seis tiros no bairro São Sebastião, em Porto Alegre
4	07/10/10	Ex-goleiro desmaia na hora de depor
5	09/10/10	Vaca artística: Uma já está desaparecida
6	09/10/10	Bandidos assaltam Banco do Brasil com explosivos
7	10/10/10	Vaca reaparece no Centro em plena manhã de sábado
8	11/10/10	Bando ataca fazenda e leva joias e armas em Viamão
9	17/10/10	Cocaína preta: Brasil na rota
10	20/10/10	Encapuzados atacam com marreta
11	20/10/10	Operação do Comando Militar do Sul é feita em rios e rodovias

#	Data	Chamada de Capa
12	22/10/10	Hacker: Pioneiro do crime é preso
13	23/10/10	Artista da Cow Parade detido por pedofilia
14	24/10/10	Operação mostra avanço trazido pelo Gaes à Susepe

4.2.2.4.3. Análise

Segundo as estatísticas oficiais, ocorreram 414 mortes causadas por crimes no Rio Grande do Sul, 143 em agosto, 132 em setembro e 139 em outubro.

Verificando-se as chamadas de capa sobre polícia e segurança pública, relativas ao Estado, *Zero Hora* publicou 15 em agosto, 20 em setembro e 12 em outubro. Ao todo, nos três meses de observação, apareceram 47 chamadas na primeira página do jornal sobre assuntos locais. O diário do *Grupo RBS* apresentou uma cobertura mais “presente” em setembro, mês menos violento entre os analisados.

Já o *Correio do Povo* veiculou 9 chamadas na capa em agosto, 11 em setembro e 12 em outubro, o que totaliza 32 ocorrências desse tipo. Apesar da pequena variação, verifica-se a tendência de intensificação da abordagem da violência nos últimos dois meses da análise.

4.2.2.5. Manchetes de contracapa

A análise do número de manchetes de contracapa sobre polícia e segurança pública permite que se verifique a importância conferida ao tema pelos jornais, bem como se faça uma relação com as estatísticas oficiais da violência.

4.2.2.5.1. Zero Hora

Em *Zero Hora*, cada manchete de contracapa corresponde uma fotografia de destaque, o que confere ainda mais importância às matérias divulgadas neste espaço. Isso explica a razão pela qual essas manchetes apresentam tamanho menor (a maior, de 03/08, contém somente 28 caracteres), em relação a outros títulos escolhidos pelo jornal.

Nos três meses de observação, ZH apresentou sete manchetes de contracapa. Destas, cinco tratam de assuntos referentes ao Rio Grande do Sul. Dentre as outras duas, a de 26/08 trata de um assunto nacional, exército com poder de polícia, e a outra de uma questão internacional, um protesto contra a violência na Argentina. Incluímos essa chamada na nossa análise, pois a reportagem cita a preocupação dos turistas e do Consulado brasileiro com a insegurança nesse país.

QUADRO 15 – manchetes de contracapa publicadas por *Zero Hora* sobre polícia e segurança pública em agosto, setembro e outubro de 2010

#	Data	Manchete de Contracapa
1	03/08/10	Odisseia para reaver o carro
2	26/08/10	Mostra de força
3	05/09/10	Recuperadora de presos
4	14/09/10	Polêmica da faca
5	25/09/10	Reforço aquático
6	09/10/10	Insegurança na Argentina
7	10/10/10	Dupla renovação na Polícia

4.2.2.5.2. *Correio do Povo*

Uma vez que a contracapa do *Correio do Povo* é dedicada à cobertura esportiva, não houve publicação de manchetes e chamadas sobre os temas estudados, portanto analisaremos somente os resultados da *Zero Hora*.

4.2.2.5.3. *Análise*

Conforme a Secretaria Estadual de Segurança Pública, foram registradas 414 mortes causadas por crimes no Rio Grande do Sul, sendo 143 em agosto, 132 em setembro e 139 em outubro.

Zero Hora, veiculou cinco manchetes de contracapa relativas ao Rio Grande do Sul, uma em agosto, três em setembro e uma em outubro. Verifica-se mais uma vez que a cobertura foi mais “presente” em setembro, mês em que houve menor número de mortes. Nesse caso, este fato se repetiu mesmo que nenhuma das manchetes seja relativa aos escândalos político-policiais.

4.2.2.6. Chamadas de contracapa

A análise do número de chamadas de contracapa sobre polícia e segurança pública permite que se verifique a importância conferida ao tema pelos jornais, bem como, se faça uma relação com as estatísticas oficiais da violência.

4.2.2.6.1. *Zero Hora*

Ressaltamos que *ZH* traz todos os dias, chamadas para os editoriais publicados, citando título e assunto tratado. Um exemplo desse formato é a veiculada em 14/09: “*Pauta Negativa* comenta campanha eleitoral e *Protejam as escolas* trata de segurança nas

instituições de ensino.”. Em agosto, foram publicados oito editoriais e, portanto, oito chamadas desse tipo. Em setembro e outubro, cinco em cada mês.

4.2.2.6.1.1. Agosto

Excluídas as que se referiam a editoriais, *Zero Hora* trouxe em agosto oito chamadas de contracapa. Destas, cinco tratam de assuntos relacionados ao Rio Grande do Sul, e duas, publicadas nos dias 06 e 26, abordam o mesmo tema nacional: a reestruturação das forças armadas que deu aos militares poder de polícia. Já a do dia 14, destaca uma coluna de Nilson Souza, no Segundo Caderno, que podemos considerá-la como tratando de um assunto nacional, pois trata da violência em geral. Sob o título “Por que se rouba tanto?”, o autor fala em tom de desabafo sobre a criminalidade.

QUADRO 16 – chamadas de contracapa publicadas por *Zero Hora* sobre polícia e segurança pública em agosto de 2010.

#	Data	Chamada de Contracapa
1	01/08/10	Gráfico mostra como a Interpol agiu na busca de Sanfelice
2	01/08/10	Vigilância gaúcha no ar
3	06/08/10	O que ganha o exército com o poder de polícia
4	07/08/10	Consultório ambulante no combate ao crack
5	11/08/10	Após cinco anos, justiça para Preta
6	14/08/10	Não entendo porque se rouba tanto no Brasil
7	14/08/10	Juiz tenta salvar um exemplo de presídio
8	26/08/10	O gaúcho que comandará o Estado-Maior Conjunto

4.2.2.6.1.2. Setembro

Em setembro, *ZH* publicou quatro chamadas de contracapa. Todas tratam de assuntos relacionados ao RS. Ressaltamos que a do dia 07 destaca, ao mesmo tempo, assuntos de esfera local e nacional. A chamada se refere à coluna de Rosane de Oliveira, tratando tanto do episódio da quebra de sigilo na Receita Federal, como do “Caso do Sargento”.

QUADRO 17 – chamadas de contracapa publicadas por *Zero Hora* sobre polícia e segurança pública em setembro de 2010.

#	Data	Chamada de Contracapa
1	07/09/10	Sigilo vira ficção no Brasil dos Arapongas
2	12/09/10	Por que as joalherias passaram a ser alvo do crime organizado
3	14/09/10	Blog Caso de Polícia: o monitoramento online de crimes no Estado
4	15/09/10	A segurança nas casas da dupla

4.2.2.6.1.3. Outubro

Em outubro, *Zero Hora* veiculou cinco chamadas de contracapa, todas com assuntos relativos ao Rio Grande do Sul. Destacamos que mais uma vez uma coluna publicada no Segundo Caderno mereceu destaque na contracapa. Na edição de 20/10, em crônica intitulada “O revólver e o relógio”, José Pedro Goulart narra um episódio de violência em que ele próprio foi a vítima.

QUADRO 18 – chamadas de contracapa publicadas por *Zero Hora* sobre polícia e segurança pública em outubro de 2010.

#	Data	Chamada de Contracapa
1	08/10/10	Brigada Militar nos Emirados
2	09/10/10	Provas para escrivão da Polícia Civil ocorrem amanhã
3	17/10/10	Mistério volta à tona com livro
4	20/10/10	O relato da fuga de um assalto
5	29/10/10	Faxina no sistema de consulta

4.2.2.6.2. *Correio do Povo*

Uma vez que a contracapa do *Correio do Povo* é dedicada à cobertura esportiva, não houve publicação de manchetes e chamadas sobre os temas estudados, portanto analisaremos somente os resultados da *Zero Hora*.

4.2.2.6.3. *Análise*

Segundo as estatísticas oficiais, ocorreram 414 mortes causadas por crimes no Rio Grande do Sul, sendo 143 em agosto, 132 em setembro e 139 em outubro.

Nos três meses de observação, *Zero Hora* publicou 14 chamadas de contracapa relativas ao Estado, cinco em agosto, quatro em setembro e cinco em outubro. A publicação de chamadas de contracapa apresentou pouca variação de um mês para outro, resultado semelhante ao dos dados oficiais.

4.2.3. *Análise comparativa*

Por meio da análise comparativa, cruzaremos as análises de *Zero Hora* e *Correio do Povo*. Assim veremos as semelhanças e diferenças na cobertura de cada jornal no mesmo período. Também iremos comparar os resultados com os de 2003 e 2007, para verificar a que tipo de cobertura cada veículo mais se aproxima.

4.2.3.1. Expressões e palavras-chave

A análise das expressões e palavras-chave utilizadas por *Zero Hora* e *Correio do Povo* nos meses de agosto, setembro e outubro de 2010 mostra coberturas semelhantes. Em ambas, o enfoque foi a ação dos órgãos de segurança. O foco deu-se nas ações somente nos casos de morte, bem como nos assuntos relacionados ao combate às drogas.

Entretanto foi mais presente no *CP* a transmissão de uma sensação de insegurança aos leitores, comprovada pelo uso maior das palavras *segurança* e *violência*.

Há diferença entre as duas folhas quanto à veiculação do nome de organizações criminosas. Enquanto no *Correio do Povo*, a sigla *PCC (Primeiro Comando da Capital)* é empregada em seis oportunidades (figurando inclusive na capa em 24/09), em *Zero Hora* o nome do grupo paulista é omitido.

4.2.3.2. Fontes

O número de fontes consultadas é semelhante, embora *Zero Hora* tenha apresentado uma quantidade maior de ocorrências em suas páginas. Ainda que as fontes mais consultadas sejam as mesmas, elas apareceram muito mais vezes em *ZH* do que no *CP*. Delegados, 163 e 100, respectivamente; testemunha(s), 55 e 26; Brigada Militar, 51 e 39; vítima, 47 e 18; promotor(a), 41 e 24; advogado(a) de suspeito(a,s), 40 e 24. Portanto *Zero Hora* consultou mais vezes as mesmas fontes, enquanto o *Correio do Povo* apresentou uma maior variedade. Constata-se também que, em ambos, predominam as fontes oficiais.

4.2.3.3. Fotos de capa e contracapa

Enquanto *Zero Hora* focou as imagens de capa e contracapa nas ações dos órgãos de segurança pública durante todo o período analisado, o *Correio do Povo* teve como enfoque, em agosto, os resultados das ações criminosas. Já nos dois últimos meses, o *CP* apresentou comportamento semelhante à *ZH* na escolha das imagens.

4.2.3.4. Espaço

Em ambos os jornais a cobertura foi consideravelmente espalhada pelas editoriais, com predominância das páginas de polícia, política e geral e da capa.

Merece uma análise especial a cobertura dos casos Banrisul e do Sargento. Como foram casos de ampla repercussão no Estado, mereceram destaque nos dois jornais. Ambos vieram a tona com diferença de quatro dias: o do banco estatal nas edições de 3 de setembro;

e o da Casa Militar nas de 7 do mesmo mês (embora tenha iniciado dias antes, com a notícia da prisão do sargento por extorquir contraventores). Os assuntos apareceram nas capas dos jornais até o dia 14.

Em 3 de setembro explodiu o escândalo do Banrisul. O assunto mereceu a manchete principal de capa das duas folhas, além de duas fotos na primeira página, uma de destaque e outra menor. *ZH* veiculou a seguinte manchete: “Banrisul é vítima de quadrilha, diz PF”, ilustrada por uma imagem da coletiva de imprensa, com o Superintendente Ildo Gasparetto em destaque. Já o *CP* publicou o seguinte título: “Polícia Federal investiga esquema contra o Banrisul”, ilustrada por uma fotografia da ação policial de apreensão de documentos. Nos dois, a foto menor foi a mesma: o dinheiro apreendido na operação Mercari. Verifica-se que *Zero Hora* publicou uma manchete mais “pesada” e uma foto mais “amena”, enquanto o *Correio do Povo* apresentou comportamento contrário.

Nesse primeiro dia, *ZH* publicou a matéria sobre o caso no espaço Reportagem Especial, além de um editorial e textos nas colunas Página 10 e informe Econômico. O *CP* abordou o assunto na editoria de polícia (que nessa edição teve mereceu duas páginas, uma dedicada somente a esse tópico) e na coluna de Taline Oppitz (páginas de política).

Nas edições de 4 de setembro, continuou a cobertura do Caso Banrisul e iniciou a do Sargento. Sobre o primeiro, ambos os jornais veicularam uma chamada de capa. Novamente *Zero Hora* trouxe um título mais “pesado”: “PF prende mais um suspeito”, enquanto o do *Correio* foi: “PF revela dados do golpe no Banrisul”. *ZH* tratou do caso na editoria de economia. Já o *CP*, novamente na de polícia.

O segundo começou com a prisão do sargento por extorsão de contraventores, que revelou também o acesso por ele de dados sigilosos no sistema de consultas da segurança pública. Nesse primeiro dia, o *Correio do Povo* dedicou uma chamada de capa ao caso e tratou do assunto na coluna de Taline Oppitz e na página de polícia. *ZH* não publicou nada na primeira página e apresentou a notícia também na editoria de polícia.

O episódio envolvendo a Casa Militar tomou ares de escândalo a partir da divulgação dos nomes das autoridades espionadas. Assim ambos os jornais dedicaram ao tema as manchetes principais de capa das edições de 7 e 8 de setembro. Os periódicos publicaram as seguintes manchetes: *ZH*, 07/09 – “Espionagem derruba oficial e faz Piratini rever acesso a dados sigilosos”; *CP*, 07/09 - Invasão sem limites; *ZH*, 08/09 – MP vê indícios de que espião era elo entre políticos e bicheiros; *CP*, 08/09 – Divergências de posições.

Além das matérias, em ambos os jornais, os temas foram tratados com chamadas de capa e foram repercutidos em editoriais e colunas de opinião. No decorrer da cobertura *Zero*

Hora apresentou as matérias do Caso Bannisul nas páginas de economia e as do Caso do Sargento nas de política. Já o *CP* continuou tratando da fraude bancária nas páginas policiais, porém, a partir da edição do dia 6, as notícias do caso de espionagem deixaram as páginas de polícia e passaram a figurar nas de política, tal como no concorrente. Assim como nas notícias sobre drogas, especialmente a respeito do crack, há mais um indício de que a cobertura da *Zero Hora* pautou a do *Correio do Povo*.

4.2.3.5. Número de mortes noticiadas

De acordo com as estatísticas divulgadas pela Secretaria de Segurança Pública, ocorreram 414 homicídios ou latrocínios no Rio Grande do Sul, sendo 143 em agosto, 132 em setembro e 139 em outubro. *Zero Hora* noticiou 256 casos: 99 em agosto; 77 em setembro; e 80 em outubro. O *Correio do Povo* noticiou 216: 79 em agosto; 63 em setembro; e 74 em outubro.

Os dois jornais apresentaram comportamento semelhante nos dois primeiros meses: cobertura mais “presente” em agosto e menos em setembro. Embora tenha havido uma pequena diminuição no número de mortes, conforme os dados oficiais (de 143 para 132, 11 a menos), na cobertura de ambos os periódicos a diferença foi maior (22 a menos em *ZH* e 16 no *CP*).

Porém, em outubro, enquanto a cobertura de *Zero Hora* foi mais “leve”, em níveis semelhantes ao de setembro, a do *Correio do Povo* foi mais “intensa, se assemelhando à de agosto. *ZH* noticiou apenas três mortes a mais que o mês anterior, a despeito de os órgãos de segurança terem registrado aumento de sete casos. Já o *Correio do Povo* noticiou onze mortes a mais.

TABELA 13 – Relação entre o número de mortes oficiais e o de mortes noticiadas

Mês	Mortes Oficiais	Mortes Noticiadas ZH	Mortes Noticiadas CP
Agosto	143	99	79
Setembro	132	77	63
Outubro	139	80	74
Total	414	256	216

Tatsch (2007) assim relatou sua análise comparativa das coberturas de *Zero Hora* nos três primeiros meses de 2003 e 2007:

Ao analisarmos comparativamente as coberturas de segurança pública de *Zero Hora* nos anos de 2003 e de 2007, tendo como base o número de mortes noticiadas pelo

jornal, temos que, em 2003, ocorreram 397 casos de morte oficiais no RS e o jornal noticiou 229 destes casos e, em 2007, ocorreram 365 casos de mortes oficiais contra 220 mortes noticiadas por *ZH*, o que dá uma relação de 1 morte noticiada por cada 1,73 mortes ocorridas em 2003, e 1 morte noticiada para cada 1,65 mortes ocorridas em 2007. Pode-se dizer, portanto, que, apesar do maior número de mortes ocasionadas por crimes registradas no ano de 2003, a cobertura de segurança pública de *Zero Hora* foi maior em 2007.

Em 2010, ocorreram 414 casos de morte no Rio Grande do Sul, segundo dados oficiais. *Zero Hora* noticiou 256; o *Correio do Povo*, 216. Assim *ZH* divulgou 1 morte a cada 1,62; o *CP* 1 a cada 1,92.

Portanto a cobertura de *Zero Hora*, relativamente às mortes causadas por crime no Rio Grande do Sul, foi ainda mais “presente” que em 2007. Entretanto, diferentemente da comparação entre 2003 e 2007, esse aumento é acompanhado por uma alta nos índices da violência.

Já o *Correio do Povo*, ainda que tenha intensificado a sua cobertura da segurança pública, inclusive com o lançamento de uma campanha institucional, noticiou 40 casos a menos que o concorrente, durante os meses analisados. Quando à divulgação de mortes, a cobertura do *CP*, é mais “leve” até que a de *ZH* em 2003.

TABELA 14 – Relação entre o número de mortes oficiais e o de mortes noticiadas: comparação com 2003 e 2007

Ano (Jornal)	Mortes Oficiais	Mortes Noticiadas	Relação
2003 (ZH)	397	229	1,73
2007 (ZH)	365	220	1,66
2010 (ZH)	414	256	1,62
2010 (CP)	414	216	1,92

Quanto ao conteúdo, percebemos uma diferença na veiculação das mortes. *ZH* prefere se utilizar de pequenas notas. Disso decorre que todos os casos aparecem nos títulos dos textos. Um exemplo é o veiculado em 18 de outubro: “Três assassinatos em seis horas”: Já o *CP* tem por costume destacar uma morte no título, mesmo que no corpo do texto haja outras.

Um caso que chamou a atenção ocorreu na edição de 8 de setembro. Na mesma notícia, foram divulgados dois casos de violência não relacionados um com o outro. No primeiro, um aluno de escola particular foi esfaqueado, mas sobreviveu. No segundo, uma pessoa foi executada e duas foram feridas. O título da matéria foi o seguinte: “Estudante ferido à facadas em santa Maria”. Verifica-se a vitimização da classe média na cobertura. A

condição social da vítima teve mais impacto para os editores como valor-notícia do que o resultado dos crimes.

4.2.3.6. Manchetes principais de capa

Analisando-se o número de manchetes principais de capa verifica-se as coberturas foram semelhantes. Nos meses analisados, houve 414 mortes causadas por crime no Rio Grande do Sul, sendo 143 em agosto, 132 em setembro e 139 em outubro. *Zero Hora* publicou, no mesmo período, 15 manchetes principais de capa, sendo 5 no primeiro mês de análise, 7 no segundo e 3 no terceiro. Já o *Correio do Povo* veiculou 10 manchetes, 2 em agosto, 7 em setembro e 1 em outubro.

Em ambos os jornais, o mês menos violento mereceu mais manchetes principais. O resultado é explicado pela explosão dos casos Banrisul e do Sargento, jornalisticamente os fatos de maior repercussão no período dentro dos temas polícia e segurança pública, uma vez que são relacionados com a campanha eleitoral.

Entretanto, no caso do *CP*, mesmo descontando as notícias sobre os escândalos, setembro permanece como o mês em que a cobertura foi mais presente. Com o início da campanha institucional *SegurançaRS*, em 23 de setembro, foram publicadas quatro manchetes principais de capa sobre a violência urbana. Curiosamente, essa intensificação da cobertura durou até o fim das eleições estaduais, não se repetindo no decorrer de outubro, quando ocorreu o segundo turno do pleito presidencial.

TABELA 15 – Relação entre o número de mortes oficiais e o de manchetes principais de capa

Mês	Mortes Oficiais	Manchetes ZH	Manchetes CP
Agosto	143	5	2
Setembro	132	7	7
Outubro	139	3	1
Total	414	15	10

Comparando-se com os dados obtidos por Tatsch (2007), verifica-se que, embora as estatísticas da segurança pública indiquem um aumento na violência, em relação a 2007, os jornais veicularam menos manchetes principais sobre o tema. Entretanto, quando se compara com 2003, que apresenta número de mortes oficiais próximo do atual, percebe-se que a cobertura foi mais “intensa”.

TABELA 16 – Relação entre o número de mortes oficiais e o de manchetes principais de capa: comparação com 2003 e 2007

Ano (Jornal)	Mortes Oficiais	Manchetes Principais de Capa	Relação
2003 (ZH)	397	0	-
2007 (ZH)	365	24	15,21
2010 (ZH)	414	15	27,60
2010 (CP)	414	10	41,40

4.2.3.7. Manchetes secundárias de capa

Apesar de terem ocorrido 414 casos de mortes causadas por crime no Rio Grande do Sul, sendo 143 em agosto, 132 em setembro e 139 em outubro, os jornais pouco veicularam manchetes secundárias de capa sobre polícia e segurança pública. Enquanto *Zero Hora* apresentou três, o *Correio do Povo* trouxe somente uma. Todas foram publicadas no período em que a cobertura foi mais “presente” em cada jornal, agosto, no caso de ZH, e últimos oito dias de setembro, em relação ao CP.

TABELA 17 – Relação entre o número de mortes oficiais e o de manchetes secundárias de capa

Mês	Mortes Oficiais	Manchetes ZH	Manchetes CP
Agosto	143	3	0
Setembro	132	0	1
Outubro	139	0	0
Total	414	3	1

Comparando-se com os resultados de 2003 e 2007, a utilização de manchetes secundárias de capa em 2010 aproxima-se da cobertura de *Zero Hora* em 2003, quando nenhuma foi publicada. A utilização desse recurso foi uma característica apenas da cobertura de ZH 2007. Quanto ao *Correio do Povo*, o único tema que mereceu uma manchete secundária foi o lançamento da campanha *SegurançaRS*.

TABELA 18 – Relação entre o número de mortes oficiais e o de manchetes secundárias de capa: comparação com 2003 e 2007

Ano (Jornal)	Mortes Oficiais	Manchetes Secundárias de Capa	Relação
2003 (ZH)	397	1	397,00
2007 (ZH)	365	13	28,08
2010 (ZH)	414	3	138,00
2010 (CP)	414	1	414,00

4.2.3.8. Chamadas de capa

No período analisado, ocorreram 414 casos de homicídios ou latrocínios, 143 em agosto, 132 em setembro e 139 em outubro. Nesse intervalo de tempo, *Zero Hora* estampou 47 chamadas em sua primeira página, sendo 15 em agosto, 20 em setembro e 12 em outubro. O *Correio do Povo*, publicou 32, sendo 9 em agosto, 11 em setembro e 12 em outubro.

Novamente *ZH* veiculou mais chamadas no mês menos violento. Já o *Correio do Povo* apresentou uma pequena variação no decorrer dos meses, permanecendo estável o resultado. Entretanto, a despeito da variação ser pequena, o mês mais violento mereceu menor número de chamadas. Verifica-se também que o início da campanha *SegurançaRS* se refletiu no fato de que pela primeira vez encontramos resultado não inferior ao de *Zero Hora* em um dos dados analisados: cada jornal veiculou 12 chamadas de capa sobre polícia e segurança pública em outubro.

TABELA 19 – Relação entre o número de mortes oficiais e o de chamadas de capa.

Mês	Mortes Oficiais	Chamadas ZH	Chamadas CP
Agosto	143	15	9
Setembro	132	20	11
Outubro	139	12	12
Total	414	47	32

Confrontando-se os resultados de 2010 com os do estudo de Tatsch, constata-se que *ZH* publicou apenas duas chamadas a mais do que em 2007, apesar de terem ocorrido 49 casos a mais de morte causadas por crime no Estado. O *Correio do Povo* apresentou número menor de chamadas de capa do que as publicadas por *ZH* em 2003, ainda que os índices da violência tenham aumentado e que a segurança pública tenha merecido uma campanha institucional.

Em ambos os periódicos constata-se que as notícias relacionadas ao Rio Grande do Sul são predominantes no merecimento de chamadas de capa. Tal resultado aproxima a cobertura dos dois jornais da realizada por *ZH* nos três primeiros meses de 2007 e difere da feita em 2003.

TABELA 20 – Relação entre o número de mortes oficiais e o de chamadas de capa: comparação com 2003 e 2007.

Ano (Jornal)	Mortes Oficiais	Chamadas de Capa	Relação
2003 (ZH)	397	35	11,34

Ano (Jornal)	Mortes Oficiais	Chamadas de Capa	Relação
2007 (ZH)	365	45	8,11
2010 (ZH)	414	47	8,81
2010 (CP)	414	32	12,94

4.2.3.9. Manchetes de contracapa

Uma vez que a contracapa do *Correio do Povo* é dedicada ao esporte e nenhum dos textos sobre publicados sobre polícia e segurança nessa editoria ocorreu nesse espaço, não é viável uma comparação com os dados da *Zero Hora*.

TABELA 21 – Relação entre o número de mortes oficiais e o de manchetes de contracapa

Mês	Mortes Oficiais	Manchetes ZH	Manchetes CP
Agosto	143	5	0
Setembro	132	3	0
Outubro	139	1	0
Total	414	9	0

Em 2003, *Zero Hora* publicou uma manchete de contracapa a cada 99,25 mortes registradas pelos órgãos de segurança. Em 2007, essa relação foi de 1 a cada 36,50 mortes. Em 2010, 1 a cada 46,00. Portanto a cobertura de ZH, em agosto, setembro e outubro de 2010 aproxima-se mais da realizada em 2007, quanto a essas manchetes.

TABELA 22 – Relação entre o número de mortes oficiais e o de manchetes de contracapa: comparação com 2003 e 2007

Ano (Jornal)	Mortes Oficiais	Manchetes de Contracapa	Relação
2003 (ZH)	397	4	99,25
2007 (ZH)	365	10	36,50
2010 (ZH)	414	9	46,00
2010 (CP)	414	0	-

4.2.3.10. Chamadas de contracapa

Uma vez que a contracapa do *Correio do Povo* é dedicada ao esporte e nenhum dos textos sobre publicados sobre polícia e segurança nessa editoria ocorreu nesse espaço, não é viável uma comparação com os dados da *Zero Hora*. Da mesma forma, em 2003 e 2007, *Zero Hora* não publicava chamadas de contracapa, portanto não há parâmetros para uma análise comparativa.

TABELA 23 – Relação entre o número de mortes oficiais e o de chamadas de contracapa

Mês	Mortes Oficiais	Chamadas ZH	Chamadas CP
Agosto	143	5	0
Setembro	132	4	0
Outubro	139	5	0
Total	414	14	0

4.2.4. Análise especial

4.2.4.1. Campanha *Crack Nem Pensar*

A campanha *Crack Nem Pensar* foi lançada em 2009 pelo grupo RBS e, segundo seu site oficial, apoia-se em quatro pilares de atuação: publicitário, editorial, institucional e mobilização do público interno²⁴. Em 2009, seu foco foi divulgar os efeitos causados pelo uso da droga, especialmente os danos à saúde do usuário. Na segunda fase da campanha, em 2010, foi promovida a captação de recursos financeiros para 20 instituições selecionadas pela *Fundação Maurício Sirotski Sobrinho*, com o objetivo de implementar iniciativas práticas para o combate às drogas.

Em 23 de novembro de 2010, foi lançado o *Instituto Crack Nem Pensar*, uma organização de direito privado, sem fins lucrativos, cuja missão é o “desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão, apoiando iniciativas da sociedade para o enfrentamento do consumo do crack e outras drogas”.

Em *Zero Hora*, a iniciativa está presente por meio de anúncios publicitários e do selo da campanha, presente em textos sobre o tema. Foram veiculados anúncios em sete edições durante o período analisado: 4, 10 e 14 de agosto, 4 e 19 de setembro e 10 e 28 de outubro. O tom da peças é descrito no próprio site da campanha:

Criadas pela agência Matriz, de Porto Alegre, as peças publicitárias mostram em cenas duras — com o mesmo realismo da campanha anterior — o sofrimento que o uso da droga causa a familiares, como pai, mãe e filhos, e amigos e parceiros dos usuários. Os rostos retratados pelo fotógrafo gaúcho Raul Krebs expressam as sensações de medo, desistência, vergonha, desespero, fuga, afastamento e repulsa experimentadas pelos que vivem ao lado dos usuários.

O selo da campanha ilustrou conteúdo jornalístico em 31 ocasiões: 15 em agosto, 8 em setembro e 8 em outubro. Figurou 3 vezes na capa e 1 na contracapa, sendo que, em 21 de setembro, acompanhou a manchete principal da edição. Quanto às editorias, apareceu 12

²⁴ Disponível em <zerohora.clicrbs.com.br/especial/rs/cracknempensar>. Acessado em 02/06/2011.

vezes em Geral, 9 em Polícia, 2 em Região Metropolitana e Do Leitor e 1 em Reportagem Especial e Editorial.

QUADRO 19 – Panorama das aparições do selo da campanha *Crack Nem Pensar em Zero Hora*.

#	Data	Local	Título
1	02/08/2010	Do Leitor	Um desafio de todos
2	02/08/2010	Geral	A nova polêmica da maconha
3	03/08/2010	Editorial	Criatividade contra as drogas
4	06/08/2010	Região Metropolitana	Van vira consultório de rua na Zona Norte
5	07/08/2010	Geral	Van vai atender usuário de crack
6	07/08/2010	Contracapa	Consultório ambulante no combate ao crack
7	10/08/2010	Geral	DF veste a camisa contra o crack
8	13/08/2010	Região Metropolitana	Curso orienta no combate ao crack
9	14/08/2010	Capa	Pelo crack, viciadas negociam os filhos
10	14/08/2010	Reportagem Especial	Trocados pelo vício
11	14/08/2010	Polícia	Polícia flagra laboratório do crack em Montenegro
12	15/08/2010	Geral	Crack dobra número de bebês abandonados
13	16/08/2010	Geral	Veto a plano antidrogas causa debate na capital
14	19/08/2010	Do Leitor	Cuidado com a maconha
15	21/08/2010	Política	Pedra no meio do caminho
16	02/09/2010	Geral	Projeto vetado
17	11/09/2010	Polícia	Menino e garota são flagrados com droga
18	13/09/2010	Polícia	Droga apreendida
19	17/09/2010	Geral	Peça sobre o crack é encenada
20	21/09/2010	Capa	Planalto começa a liberar verbas contra o crack
21	21/09/2010	Geral	Largada para o plano anticrack
22	21/09/2010	Polícia	Pipoqueira vendia crack em carrinho no centro
23	25/09/2010	Geral	Ofensiva contra o crack ganha reforço
24	09/10/2010	Geral	Saúde incentivará pesquisas sobre crack
25	15/10/2010	Geral	Combate ao crack
26	16/10/2010	Capa	Aos 14 anos, vítima da droga e da brutalidade
27	16/10/2010	Polícia	O brutal julgamento de Dionatan
28	22/10/2010	Polícia	Polícia diz que traficante de 23 anos matou garoto
29	23/10/2010	Polícia	Assaltantes atacam jovem com deficiência
30	24/10/2010	Geral	Um salto sobre o crack
31	27/10/2010	Polícia	Mulher usa facção para assaltar ônibus

As aparições do selo da campanha evidenciam o engajamento do jornal na política de “guerra à droga”. Logo no primeiro dia de agosto, um artigo de Marcos Rolim, intitulado “Maconha, porta de saída?” trata do uso terapêutico da maconha no tratamento de viciados em

crack. O título é uma referência a uma notícia publicada na edição de 25 de maio de 2009 (e reproduzida no site da campanha), “Maconha é porta de entrada”. A nota, citando um estudo do Serviço Nacional de Orientações e Informações sobre a Prevenção ao Uso Indevido de Drogas (Vivavoz), informa que metade dos usuários de maconha costuma utilizar drogas mais pesadas.

Na edição seguinte, Zero Hora trata de desconstruir a argumentação de Rolim. Ilustrada pelo selo da campanha, a matéria “A nova polêmica da maconha”ouve especialistas contrários ao seu uso terapêutico. Em um quadro, é resumido o estudo que deu origem ao artigo de Rolim, as críticas à metodologia desse trabalho e “o que os estudos científicos aceitos dizem”, ou seja, que a maconha é porta de entrada para o crack.

O uso do logo da campanha em uma matéria sobre outra droga já evidencia a posição do jornal sobre o assunto. Mesmo oferecendo espaço aos defensores da maconha, é clara a posição contrária do jornal a qualquer droga ilícita. A escolha pelos editores de uma manifestação contrária de um leitor na edição de 19 de agosto é um indicador disso.

4.2.4.2. Campanha *Segurança RS*

A Campanha *Segurança RS* teve início em 23 de setembro de 2010. Promovida pelo Grupo Record RS, envolveu todos os veículos da empresa no Rio Grande do Sul: *Correio do Povo*, *Rádio Guaíba* e *TV Record*.

A campanha esteve presente nas páginas do *Correio* por meio das aparições do selo da campanha nas matérias e de anúncios publicitários nas edições de 23 e 24 de setembro e 2 e 3 de outubro..

O logo ilustrou conteúdo jornalístico em 33 ocasiões: 18 nos últimos 8 dias de setembro, e 15 nos 31 dias de outubro. Figurou 6 vezes na capa, sendo que, em 4 acompanhou a manchete principal ou secundária de capa. Quanto às editorias, apareceu 21 vezes em *Geral* e 4 em *Política* e 2 em *Polícia*.

QUADRO 20 – Panorama das aparições do selo da campanha *SegurançaRS* no *Correio do Povo*.

#	Data	Local	Título
1	23/09/2010	Capa	Campanha por segurança no RS
2	23/09/2010	Política	Tarso propõe qualificar servidor da segurança
3	24/09/2010	Política	Fogaça defende o aumento do número de policiais
4	24/09/2010	Geral	Record envolve gaúchos na campanha SegurançaRS
5	25/09/2010	Política	Yeda destaca prevenção na área da segurança

#	Data	Local	Título
6	25/09/2010	Geral	Gaúchos investem em segurança
7	26/09/2010	Capa	Um diagnóstico da Segurança no RS
8	26/09/2010	Política	Investimento em segurança é preocupação unânime
9	26/09/2010	Geral	Progressão de regime alimenta criminalidade
10	26/09/2010	Polícia	SegurançaRS: Cidadania e Tolerância Zero
11	27/09/2010	Capa	Violência marca fim de semana
12	27/09/2010	Geral	Litoral Norte atemorizado com a atuação dos 'bondes'
13	28/09/2010	Capa	Carreata de taxistas contra a violência
14	28/09/2010	Geral	Série especial da TV Record aborda falta de segurança
15	29/09/2010	Geral	Litoral se torna mercado consumidor de drogas
16	30/09/2010	Capa	11 mortos em 12 horas
17	30/09/2010	Geral	Região somou 11 assassinatos em 12 horas
18	30/09/2010	Polícia	Papagaio é apresentado na Vogel
19	02/10/2010	Geral	SegurançaRS tem adesões
20	03/10/2010	Capa	Gaúcho teme a violência
21	12/10/2010	Geral	Vara judicial seguirá plano
22	13/10/2010	Geral	33º BPM: 100% mais detenções até agora
23	14/10/2010	Geral	Rádio Guaíba aborda insegurança escolar
24	15/10/2010	Geral	RS terá PMs temporários
25	16/10/2010	Geral	PC: concurso público para inspetor
26	18/10/2010	Geral	Começou disputa por 250 vagas de inspetor
27	19/10/2010	Geral	Cão do Gaes vai farejar celulares
28	20/10/2010	Geral	Cai prisão de pichadores
29	21/10/2010	Geral	Ressocialização de presas
30	22/10/2010	Geral	Vigilância privada está em crescimento
31	23/10/2010	Geral	Sindesp adverte sobre ilegalidade
32	26/10/2010	Geral	Reforço para salvamento
33	27/10/2010	Geral	Ampliação da Lei Maria da Penha

Mesmo com a iniciativa tendo iniciado no decorrer do período analisado, o selo *SegurançaRS* apareceu mais vezes no *CP* do que o logo *Crack Nem Pensar* em *ZH*. A campanha também pode ser dividida em dois momentos, da mesma forma que a cobertura. A maioria das aparições (20 em 33) foi durante o interregno de 23 de setembro a 3 de outubro. Nesse período, as aparições ocorreram em 6 das 11 capas. O selo figurou no interior do jornal em todos os dias (exceto 1º de outubro, data do aniversário do *Correio do Povo*), ilustrando matérias de geral, política e polícia.

No dia seguinte à eleição, o selo desapareceu. Só voltou a figurar em 12 de outubro. Dessa edição até a do dia 27 (última aparição), a campanha se concentrou na editoria de geral, com uma ocorrência por dia, exceto em 17, 24 e 25 de outubro, quando não apareceu.

No primeiro momento, a veiculação do selo *SegurançaRS* ocorreu em maior número e de forma mais espalhada pelo jornal. O conteúdo das matérias foi mais “pesado”, com a maioria das aparições ocorrendo em notícias sobre a violência urbana. Só a leitura dos títulos já evidencia o clima passado pela cobertura. Além disso, todas os 4 anúncios publicitários da campanha foram nesse período. Já retorno da campanha às páginas do jornal se deu em menor número (no máximo uma inserção por dia), com as ocorrências concentradas em uma editoria (geral) e em matérias mais “leves”.

5. CONCLUSÃO

O período eleitoral, ao lado dos casos policiais de grande apelo midiático, é um dos momentos em que a tolerância zero à criminalidade volta ao debate público. Apoiados no suposto sucesso de sua adoção em Nova York, candidatos incluem suas práticas em seus programas de governo e reproduzem os chavões importados dos Estados Unidos.

Desde que o neoliberalismo tornou-se o modelo predominante no mundo ocidental, na década de 80 do século passado, governos adotaram a redução do tamanho do Estado como dogma. Porém essa diminuição só ocorre nos campos social e econômico. A contrapartida é o seu inchamento na esfera penal.

A forma de o Estado exercer tutela sobre as populações vulneráveis é por meio das políticas de tolerância zero. Essa doutrina parte do princípio de que a não punição aos crimes menores alimenta a criminalidade. É caracterizada por algumas medidas, tais como, punição aos delitos de menor potencial ofensivo, aumento dos efetivos policiais, investimentos em presídios, adoção de alta tecnologia em vigilância, combate às drogas, dentre outras.

Embora sua adoção esteja relacionada à efemeridade dos ciclos eleitorais, sua aplicação apresenta consequências que não podem ser resolvidas apenas com a troca de um governo. São exemplos o aumento da violência policial, a sobrecarga do poder judiciário, a lotação de presídios e a discriminação racial. Também ocorre a expansão do setor penitenciário nas administrações públicas: crescimento do número de presos, utilização da liberdade vigiada, expansão dos orçamentos para o sistema carcerário e desenvolvimento da indústria da punição.

Entretanto não é somente por meio da política que essa teoria volta à tona em determinados momentos. Zero Hora, por exemplo, ao noticiar uma “epidemia do crack” e

promover uma campanha institucional sobre o tema, condicionou os candidatos a incluírem a luta contra as drogas em suas plataformas eleitorais. Portanto não foi acaso que os institutos neoconservadores responsáveis pela difusão da doutrina da tolerância zero optaram por divulgá-la mediante conferências com ampla cobertura da imprensa. Assim a ideia de abandonar o combate às causas da violência, com a precarização do trabalho assalariado e a redução dos orçamentos dos programas sociais, e atacar suas consequências, por meio do encarceramento em massa, espalhou-se pelo mundo, chegando à América Latina com uma década de atraso.

As coberturas jornalísticas possuem estreita relação com as políticas governamentais de implantação da tolerância zero. Foi por causa de uma abordagem que considerou atípica em 2007 que Tatsch decidiu estudar a cobertura da segurança pública naquele ano, confrontando-a com a de 2003. Constatou o quanto a “explosão da criminalidade” noticiada pelo jornal coincidiu com a adoção de práticas repressivas pelo governo Yeda Crusius.

Esperamos que nosso trabalho tenha conseguido dialogar com essa pesquisa, ampliando suas conclusões. Para isso, optamos não somente por comparar nossos resultados com os anteriores de *Zero Hora*, mas também por incluir o *Correio do Povo* no objeto de pesquisa. Dividimos esta análise em três partes: isolada, cruzada com dados estatísticos e comparativa. Tratamos ainda de uma característica exclusiva da cobertura de 2010: as campanhas institucionais promovidas pelos grupos de comunicação, das quais participaram seus respectivos veículos impressos. Aplicamos essa metodologia nas 92 edições de cada jornal que circularam em agosto, setembro e outubro de 2010.

Com o estudo desse material, verificamos que, embora haja diferenças, os números encontrados em *Zero Hora* em 2010 aproximam-se mais dos resultados de 2007 e menos dos de 2003. Portanto a cobertura “atípica” do primeiro ano do governo Yeda Crusius não representa uma tendência momentânea, mas uma nova linha editorial no trato da segurança pública. A manutenção da coluna *Sua Segurança*, de Humberto Trezzi é um fato que sustenta essa constatação.

Isso não significa que a cobertura foi exatamente igual. A pouca utilização de imagens na capa, visto que somente duas foram o elemento de maior destaque na primeira página, distancia as coberturas de 2010 e 2007. No ano que analisamos, os temas polícia e segurança foram abordados neste espaço principal predominantemente por meio de manchetes e chamadas. Além disso, as imagens de capa e contracapa caracterizam-se pela ausência de violência. Suspeitos não são retratados. Somente policiais e vítimas.

Verificamos que a cobertura não manteve a característica de transmitir uma sensação de insegurança. São indícios dessa tendência o menor emprego de palavras-chave como crime(s) (21 vezes, contra 57 em 2007), segurança (11 contra 30) e violência (9 contra 19).

Em relação à 2007, a cobertura de 2010 apresenta como novidade um ponto que Wacquant (1999) já destacava como característica da ideologia da tolerância zero: a “guerra à droga”. De fato, esse discurso tornou-se uma política não somente do jornal, mas também do *Grupo RBS*, com a promoção da campanha *Crack Nem Pensar*. Em relação a 2003 e 2007, 2010 apresenta o emprego em maior quantidade de palavras-chave relativas ao assunto: *crack* – 24 vezes, contra 2 em 2007 e 7 em 2003; *droga(s)* – 19, contra 10 e 13 respectivamente; e *maconha* – 13, contra nenhuma e 7.

O engajamento no combate às drogas também foi recorrente no *Correio do Povo*. As mesmas palavras-chave foram empregadas em números maiores do que o de *ZH* em 2003 e 2007: *crack*, 11 vezes; *droga(s)*, 28; e *maconha*. 9. A política editorial do *Grupo RBS* de apoiar o combate às drogas também se refletiu nos programas de governo dos candidatos. O assunto foi tratado por todas as coligações em seus programas. O jornal apresenta a capacidade de pautar não só a concorrência, como também o debate eleitoral.

Outra diferença detectada em Zero Hora foi o desaparecimento do personagem secretário de segurança. Tatsch (2007) constatou exatamente o contrário na análise que fez nos três primeiros meses da administração Yeda Crusius:

Zero Hora, durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 2007, transformou-se em um veículo de comunicação do governo estadual e da secretaria de segurança pública, tendo o então secretário de segurança, Enio Bacci, como um baluarte da defesa da ordem. (TATSCH, 2007, p. 94)

Em abril daquele ano, o secretário caiu, dentre outras razões, por ser personalista e ofuscar a governadora na apresentação dos resultados. Tatsch conclui:

Podemos dizer também que a cobertura realizada em 2007 tinha estrita relação com a estada de Enio Bacci à frente da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP-RS), na medida em que, a partir do momento em que este foi desligado de suas funções na SSP, a cobertura de *ZH* voltou a ser uma cobertura normal do jornal, mantendo-se, entretantes, a existência da coluna “Sua Segurança”. (TATSCH, 2007, p. 97)

Percebe-se que o foco da Zero Hora no secretário esteve presente enquanto foi interesse do governo estadual. Em 2007, a palavra “Bacci” foi utilizada 4 vezes nos títulos das matérias, e a fonte “Secretário de Segurança” foi consultada em 10 oportunidades. Em 2010, a presença do ocupante do cargo foi discreta. Não houve nenhuma menção nos títulos ao nome

de Edson Goularte, um general do exército que assumiu a pasta em julho de 2008. A fonte “Secretário Estadual de Segurança” foi ouvida cinco vezes, sendo a maioria das ocorrências relativa ao delegado federal José Mariano Beltrame, Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, cotado à época para integrar o governo gaúcho, no caso de vitória de Tarso Genro.

Este comportamento distinto em relação ao de 2007, evidencia outro, desta vez semelhante: o jornal do *Grupo RBS* esteve alinhado com o Governo do Estado. É o que sugere a atitude de ambos em relação à presença da figura do secretário de segurança pública no noticiário. Enquanto o governo adotou como postura a presença de um titular espalhafatoso na pasta, o jornal deu voz ao secretário. Quando Yeda nomeou um militar, em vez de um político, Zero Hora deu pouca importância ao possuidor do cargo.

O *Correio do Povo*, por outro lado, esteve alinhado com o grupo político rival. A poucos dias do primeiro turno das eleições, o jornal lançou a campanha institucional *SegurançaRS*. O que se seguiu foi uma espetacularização da violência nos mesmos moldes que ZH realizou nos três primeiros meses de 2007.

A subjetividade não se manifesta no jornalismo por meio apenas do texto. Também na escolha dos assuntos a serem abordados, na decisão de qual imagem ilustra uma matéria, no espaço dado para o temas, na escolha de um fato ou outro para figurar a capa. Embora o texto das matérias seja objetivo e respeite as regras elementares da redação jornalística, um ponto de vista conduziu a abordagem de segurança pública do *Correio do Povo*, nos onze dias que antecederam à eleição.

Não há no período analisado qualquer variação nos índices de criminalidade que justifique uma mudança tão brusca de um dia para o outro (aliás, setembro foi o mês em que o *CP* noticiou menos mortes). De 23 de setembro a 3 de outubro, foram publicadas cinco manchetes de capa, entre principais e secundárias sobre a violência urbana. Da mesma, forma, o logo da campanha apareceu em 6 das 11 edições. O foco da cobertura deixou de ser as ações criminosas e vítimas e se concentrou na atuação dos órgãos de segurança. Corrobora esta conclusão o fato de que, das 13 imagens de capa que destacam ações policiais, 12 foram veiculadas nos dois últimos meses de análise.

A intensificação da cobertura em um momento chave do contexto analisado deixa claro que o objetivo do jornal era provocar uma sensação de insegurança nos leitores. A campanha *SegurançaRS* durou praticamente de 23 de setembro, a 3 de outubro, dia da eleição. Após a vitória de Tarso Genro e o início do segundo turno entre Dilma Rousseff e José Serra, a cobertura voltou à normalidade dos meses de agosto e dos primeiros dias de setembro. O *Correio do Povo* só voltou a estampar o selo da campanha em 12 de outubro. Ainda assim,

em uma matéria não relacionada com a violência urbana: um seminário do Conselho Nacional de Justiça.

Essa subjetividade transparece ainda mais quando comparamos as edições de 23 a 30 de setembro com a de 1º de outubro. Enquanto nos dias anteriores a impressão transmitida era de que vivíamos no caos e que a violência estava incontrollável, na data em que o jornal completou 115 anos e lançou o novo projeto gráfico, a violência praticamente desapareceu, a despeito de circular com 52 páginas (raramente uma edição tem mais de 30). Foram publicadas apenas quatro notas sobre polícia ou segurança pública, duas relacionadas com eleições e outras duas nas páginas policiais sobre tráfico de drogas. Nenhuma morte foi veiculada. Aliás, nesse dia, a editoria de polícia foi dedicada quase totalmente a notícias sobre a violência no trânsito.

Verifica-se que a campanha eleitoral influenciou muito mais o *Correio do Povo*. *Zero Hora* manteve sua cobertura no padrão adotado a partir de 2007 durante todos os três meses pesquisados, enquanto o concorrente apresentou variação no período, especialmente nos onze dias que antecederam o primeiro turno do pleito.

Encontramos, ainda, indícios de que o comportamento de *Zero Hora* influencia o do *Correio do Povo*. No decorrer da cobertura do “Caso do Sargento”, o *CP* deixou de publicar as matérias na página policial e passou a veiculá-las na de política, mesmo espaço utilizado pelo concorrente. Da mesma forma, a contagem das expressões e palavras-chave mostra que o jornal do *Grupo Record RS* utilizou 11 vezes a palavra *crack*, número maior que a soma das ocorrências de *ZH* em 2003 e 2007, e 24 vezes a palavra *droga*. Isso mostra que o *Correio* também focou sua cobertura nas questões ligadas às drogas ilícitas e sugere que a campanha institucional de *ZH* pautou sua a cobertura. Aliás, a própria opção por promover uma campanha mostra a adoção de práticas feitas anteriormente pelo concorrente. Ressaltamos que trata-se apenas de um indicativo. Tal assunto merece um olhar mais aprofundado e pode ser objeto de pesquisas posteriores.

Em ambos os jornais percebemos a presença dos ideais de tolerância zero, como a militância pela maioridade penal, condenação da progressão de regime e penas alternativas, desvinculação da violência com as suas causas sociais, vitimização da classe média, combate às drogas, defesa de investimentos em tecnologia, inteligência policial e construção de presídios, dentre outros.

Entretanto, mesmo com práticas semelhantes, *Zero Hora* e *Correio do Povo* estiveram em lados distintos da corrida eleitoral. Enquanto o veículo do *Grupo RBS* esteve alinhado com o governo Yeda Crusius, desde seu início até a definição da sucessão, o do

Grupo Record esteve afinado com a força política que ocupa o Palácio do Planalto, e direcionou sua cobertura de modo a favorecer o candidato da oposição no Estado, Tarso Genro.

Como dissemos na introdução deste estudo, queríamos não somente produzir respostas, mas proporcionar o surgimento de perguntas. Ressaltamos que não foi nossa intenção esgotar o assunto tratado. Por se tratar de um trabalho de conclusão de curso, limitado em termos de espaço, deixamos de abordar diversos pontos do objeto de pesquisa e de fazer referência a inúmeros autores. Entretanto estes aspectos podem servir de ponto de partida para outras análises. Esperamos que este trabalho tenha contribuído para o desenvolvimento dos estudos sobre o jornalismo impresso no Rio Grande do Sul.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1988.

BELLINI, Antônio C.. *Rede Record - 45 anos de história*, São Paulo: Design, 1999.

FERRARETTO, Luiz Arthur. *Rádio e Capitalismo no Rio Grande do Sul: as emissoras comerciais e suas estratégias de programação na segunda metade do século 20*. Canoas: ULBRA, 2007.

GALVANI, Walter. *Um Século de Poder: Os bastidores da Caldas Júnior*. 2ªed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

KIENTZ, Albert. *Análise de Conteúdo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do Jornalismo*. Porto Alegre. Editora da Universidade, 1993

SCHIRMER, Lauro. *RBS: Da Voz-do-Poste à Multimídia*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

TAVOLARO, Douglas. *O Bispo - A História Revelada de Edir Macedo*. São Paulo: Larousse 2007.

WACQUANT, Löic. *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.

Documentos eletrônicos:

CUNHA, Luiz Cláudio. *Ventos da mídia na tormenta de 1964*. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=574AZL002>. Acessado em 02/06/2011.

HOHLFELDT, Antonio; BUCKUP, Carolina. *O Sonho de Wainer: O projeto nacional de Última Hora*. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/al260220033.htm>. Acessado em 14/03/2011.

TATSCH, Juliano. *O Grosso Calibre das Palavras: Um Estudo da Cobertura de Segurança Pública de Zero Hora*. Porto Alegre, 2007. Disponível em <www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17048/000656771.pdf?sequence=1>. Acessado em 02/06/2011.